



**CARRIS**

# Relatório e Contas **2016**

carris 

*JP Santos*  
*[Signature]*

## Índice

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b> .....	<b>5</b>
<b>NOTA DE ABERTURA</b> .....	<b>7</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO</b> .....	<b>9</b>
1.1. SÍNTESE HISTÓRICA.....	9
1.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	9
1.3. UNIVERSO DE EMPRESAS CARRIS.....	12
<b>2. INDICADORES RELEVANTES</b> .....	<b>14</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b> .....	<b>16</b>
3.1. ORGANOGRAMA DA CARRIS.....	17
<b>4. ATIVIDADE</b> .....	<b>18</b>
4.1. EXPLORAÇÃO OPERACIONAL.....	18
4.2. QUALIDADE DO SERVIÇO .....	19
4.3. ATIVIDADE COMERCIAL .....	23
4.4. SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO (SAFETY) .....	30
4.5. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO .....	31
4.6. INFRAESTRUTURAS DE TRACÇÃO ELÉTRICA.....	34
4.7. MUSEU DA CARRIS .....	35
<b>5. GESTÃO CORPORATIVA</b> .....	<b>37</b>
5.1. SEGURANÇA (SECURITY).....	37
5.2. LOGÍSTICA E APROVISIONAMENTOS.....	39
5.3. DESENVOLVIMENTO DA REDE .....	40
5.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO .....	41
5.5. SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO .....	42
5.6. AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DO RISCO.....	42
5.7. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO .....	43
5.8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	44
5.9. COMUNICAÇÃO E MARKETING.....	45
<b>6. RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>48</b>
6.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO.....	48
6.2. POLÍTICA SALARIAL.....	49
6.3. FORMAÇÃO.....	49
6.4. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO .....	51
<b>7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b> .....	<b>53</b>
7.1. FLUXOS FINANCEIROS .....	53
7.2. INVESTIMENTO REALIZADO .....	54
7.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL .....	55
7.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	56
7.5. RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA.....	57
7.6. PRODUTIVIDADE .....	64
<b>8. GOVERNO SOCIETÁRIO</b> .....	<b>65</b>
<b>9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b> .....	<b>66</b>
<b>10. NOTAS FINAIS</b> .....	<b>91</b>
10.1. CONSIDERAÇÕES .....	91
10.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	91
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO</b> .....	<b>93</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b> .....	<b>141</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b> .....	<b>142</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "JR Santos" and other illegible marks.

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo .....	26
Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2016.....	27
Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço e queixas de pessoal .....	30
Gráfico 4 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais .....	38
Gráfico 5 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho .....	38
Gráfico 6 – Ativo (10 <sup>3</sup> €) .....	55
Gráfico 7 – Capital Próprio e Passivo (10 <sup>3</sup> €) .....	56
Gráfico 8 – Evolução dos Rendimentos e Indemnizações Compensatórias (10 <sup>6</sup> €) .....	59
Gráfico 9 – Evolução dos Gastos Totais .....	63

## Índice de Quadros

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2016 .....	18
Tabela 2 – Indicadores da Oferta 2012-2016 .....	18
Tabela 3 – Indicadores da Oferta .....	19
Tabela 4 – Indicadores da Qualidade do Serviço 2012-2016.....	19
Tabela 5 – Velocidade Média de Exploração (Km/h).....	19
Tabela 6 – Ocorrências .....	20
Tabela 7 – Taxa de ocupação.....	21
Tabela 8 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração .....	21
Tabela 9 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração .....	21
Tabela 10 – Regularidade (Vk perdido por milhar de Vk percorridos) .....	22
Tabela 11 – Passageiros - Validações .....	25
Tabela 12 - Receita (sem IVA) por Título de Transporte.....	27
Tabela 13 – Reclamações .....	29
Tabela 14 – Frota de Serviço Público 2012-2016.....	31
Tabela 15 – Frota de Serviço Público.....	32
Tabela 16 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros.....	33
Tabela 17 – Existências em 31 de dezembro .....	39
Tabela 18 – Stock Médio Ativo e Índice de Rotação.....	40
Tabela 19 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro .....	48
Tabela 20 – Saídas .....	48
Tabela 21 – Distribuição funcional do efetivo .....	49
Tabela 22 – Formação .....	51
Tabela 23 – Absentismo .....	51
Tabela 24 – Absentismo detalhado .....	51
Tabela 25 – Trabalho suplementar .....	52
Tabela 26 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10 <sup>3</sup> €) .....	53
Tabela 27 – Investimentos (10 <sup>3</sup> €) .....	54
Tabela 28 – Variação do Património (10 <sup>3</sup> €).....	55
Tabela 29 – Evolução do Serviço da Dívida.....	57
Tabela 30 – Demonstração de Resultados por Funções (10 <sup>3</sup> €) .....	58
Tabela 31 – Resultados por Exploração Antes de Subsídios (10 <sup>3</sup> €) .....	60
Tabela 32 – Rendimentos Totais por Natureza (10 <sup>3</sup> €) .....	61
Tabela 33 – Gastos Totais por Natureza (10 <sup>3</sup> €) .....	62



*Handwritten signature and initials in blue ink, including the text 'JR Santos'.*



Tabela 34 – Gastos com Pessoal (10 <sup>3</sup> €) .....	62
Tabela 35 – Plano de Redução dos Gastos (10 <sup>3</sup> €).....	63
Tabela 36 – Indicadores de Produtividade .....	64
Tabela 37 – Grelha das boas práticas de governação societário .....	65
Tabela 38 – Objetivos de Gestão .....	67
Tabela 39 – Gestão do Risco Financeiro (€).....	68
Tabela 40 – Passivo Remunerado (€) .....	69
Tabela 41 – Prazo Médio de Pagamentos .....	69
Tabela 42 – Dívidas Vencidas .....	70
Tabela 43 – Remuneração Anual dos Membros da Mesa da Assembleia Geral.....	71
Tabela 44 – Identificação dos Membros do Conselho de Administração.....	71
Tabela 45 – Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração .....	72
Tabela 46 – Estatuto do Gestor Público dos Membros do Conselho de Administração.....	73
Tabela 47 – Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração .....	73
Tabela 48 – Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração .....	73
Tabela 49 – Gastos com Comunicações Móveis dos Membros do Conselho de Administração .....	74
Tabela 50 – Encargos com Viaturas dos Membros do Conselho de Administração .....	74
Tabela 51 – Gastos Anuais Associados a Viaturas dos Membros do Conselho de Administração .....	74
Tabela 52 – Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço dos Membros do Conselho de Administração .....	75
Tabela 53 – Identificação dos Membros do Conselho de Administração.....	75
Tabela 54 – Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração .....	76
Tabela 55 – Estatuto do Gestor Público dos Membros do Conselho de Administração.....	77
Tabela 56 – Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração .....	77
Tabela 57 – Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração .....	77
Tabela 58 – Gastos com Comunicações Móveis dos Membros do Conselho de Administração .....	78
Tabela 59 – Encargos com Viaturas dos Membros do Conselho de Administração .....	78
Tabela 60 – Gastos Anuais Associados a Viaturas dos Membros do Conselho de Administração .....	78
Tabela 61 – Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço dos Membros do Conselho de Administração .....	79
Tabela 62 – Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal.....	79
Tabela 63 – Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal .....	79
Tabela 64 – Identificação do ROC.....	80
Tabela 65 – Remuneração do ROC .....	80
Tabela 66 – Identificação do Auditor Externo .....	80
Tabela 67 – Identificação e Remuneração Anual do Auditor Externo .....	80
Tabela 68 – Gastos com Frota Automóvel.....	83
Tabela 69 – Redução de gastos operacionais .....	84
Tabela 70 –Relatório n.º 14/2014 - 2ª Secção - Auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos .....	85
Tabela 71 – Relatório n.º 11/2013 - 2ª Secção - Auditoria ao Desempenho de Empresas Públicas – CARRIS .....	86
Tabela 72 – Informação a constar no site SEE.....	87



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Mensagem do Presidente

O presente relatório reúne de uma forma transparente e detalhada a atividade da CARRIS e os resultados obtidos no seu exercício de 2016, ano em que a empresa completou 144 anos ao serviço da Cidade de Lisboa. O ano em análise ficou caracterizado pelo início da inversão de um projeto de gestão que visava a concentração dos principais operadores de transportes públicos de transportes de Lisboa numa unidade conjunta com vista à subconcessão da maioria dos serviços disponibilizados. De facto fora já, no início de 2015, que a marca “Transportes de Lisboa”, que já abrangia as sociedades CARRIS e Metropolitano de Lisboa, passara a integrar a sociedade Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (Transtejo) e a sua participada Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes (Soflusa). Resultando dessa aposta de integração, e considerando o regime de acumulação de funções previsto, os Conselhos de Administração destas quatro sociedades (CARRIS, ML, Transtejo e Soflusa), passaram a ser integrados pelos mesmos membros, desde 8 de janeiro de 2015.

Com vista a implementar uma nova visão estratégica sobre o futuro das empresas de transportes públicos da cidade de Lisboa, abandonando o conceito de subconcessão, e incentivando a aproximação das empresas ao poder local, a 7 de janeiro de 2016, entrou em funções o novo Conselho de Administração comum, tendo-se procedido à anulação das subconcessões à gestão privada da exploração do modo autocarro que se encontrava em curso.

O exercício de 2016 foi, assim, caracterizado pela nova estratégia definida para o Setor dos Transportes, subordinado ao objetivo de uma separação efetiva das empresas (cuja junção formal nunca se veio a formalizar em pleno) sem contudo, sacrificar o incremento da interoperabilidade entre os diversos modos de transporte público na área metropolitana de Lisboa.

Num contexto em que se assistiu a alguma recuperação dos níveis de confiança e indícios de um ligeiro crescimento económico, para a CARRIS, o ano de 2016, sofreu ainda dos efeitos herdados de um período de mais de 6 anos sem investimentos estruturantes quer tecnológicos e da sua frota, quer em recursos humanos. Assim, em 2016, a CARRIS viu a sua oferta efetiva ser reduzida, assim como o número de passageiros transportados. Se em 2016 a empresa acusou ainda a pesada herança associada a uma política passada de contínuos cortes na oferta e no investimento, foi igualmente o ano de inversão dessa estratégia tendo-se iniciado uma aposta concreta de renovação dos seus recursos humanos, nomeadamente no que respeita à contratação de novos motoristas e guarda freios, em contraciclo com o que se vinha a verificar desde 2011, período no qual a empresa viu os seus quadros serem reduzidos em mais 600 colaboradores.

Na vertente financeira, o ano de 2016 foi um ano de continuidade na prossecução das diretrizes fixadas pelo acionista, com vista a assegurar a sustentabilidade da Empresa, minimizando o apoio financeiro do Estado, objetivo que foi alcançado, tendo a CARRIS apresentado um EBITDA ajustado positivo de 12,2 milhões de euros e um Resultado Líquido de -6,9 milhões de euros, contrastando com os -21,6 milhões de euros verificados no ano transato. Esta evolução ficou a dever-se a um aumento dos Rendimentos de Exploração e particularmente à



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

redução de Gastos de Exploração, uma vez que o período em análise continuou condicionado por fortes limitações orçamentais, cortes e suspensões de componentes salariais impostas por diversos diplomas legais.

Pese embora os resultados positivos na ótica financeira, a sustentabilidade da empresa a níveis operacionais ficou fortemente prejudicada, uma vez que os investimentos em manutenção e em grandes reparações foram claramente insuficientes, assim como a política de renovação de frota que foi reformulada mas ainda sem consequências operacionais.

Ao longo do ano de 2016, pautado por uma nova visão estratégica para a empresa, a CARRIS contou sempre com o empenho e a dedicação dos seus mais de dois mil colaboradores que, trabalhando em equipa, representaram um fator determinante para os resultados alcançados.

É, pois, devida uma palavra de agradecimento profundo a todos os colaboradores da CARRIS que, com a sua dedicação, resiliência e esforço, procuram contribuir para que a CARRIS seja uma empresa de referência no domínio da mobilidade urbana.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às empresas participadas CARRISTUR e CARRISBUS, assim como aos diferentes titulares dos órgãos sociais que, em estreita cooperação com o Conselho de Administração, sempre trabalharam com o objetivo de assegurar o bom funcionamento da CARRIS.

**O Presidente do Conselho de Administração**



Eng.º Tiago Lopes Farias

## NOTA DE ABERTURA

Na sequência do novo enquadramento governativo, decorrente do programa do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019, salienta-se o desenvolvimento de uma nova política, tendo como principal consequência, a necessidade de estabelecer novas políticas económicas e sociais e o desenvolvimento, pelo novo executivo, de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa. Deste facto, e considerando de um modo particular a definição de um novo modelo de Gestão para o setor dos transportes públicos coletivos, destaca-se o novo enquadramento ministerial do setor com inclusão, sob a tutela do Ministério do Ambiente, da responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação.

No âmbito da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, publicada pelo Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, foi determinada a transição da tutela operacional dos transportes urbanos, atribuída ao Ministério da Economia para o Ministério do Ambiente, medida que visou assegurar um dos grandes objetivos do programa, a “descarbonização da economia”, pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes, definindo como medida prioritária, a reversão dos processos de subconcessão que se encontravam em desenvolvimento para o ano de 2016.

O desenvolvimento desta nova política de transportes ditou, ainda, a nomeação de uma nova equipa para o Conselho de Administração das empresas de transportes de Lisboa, para levar a cabo as orientações de Gestão definidas pelo Ministério do Ambiente.

A nomeação dos novos membros do Conselho de Administração para o mandato 2016-2018 foi aprovada no Conselho de Ministros de 07 de janeiro de 2016:

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 07-01-2016</b>	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vogal	Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal	José Realinho de Matos
Vogal	Maria Helena Arranhado Carrasco Campos
Vogal	António Manuel Domingues Pires

Pelo exposto, considera-se adequado apresentar referência ao Conselho de Administração que acompanhou o desenvolvimento da atividade da empresa até 07 de janeiro de 2016, altura em que cessou as suas funções:

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 08-01-2015</b>	
Presidente	Rui Lopes Loureiro
Vogal	Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal	Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal	Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal	José Rui Roque



*Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Realinho de Matos'.*

De referir que, com a publicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, foram revogados o Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, e o Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, determinando a total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2017, sendo nomeado um novo Conselho de Administração para a CARRIS, composto pelos seguintes membros:

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 01-01-2017</b>	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vogal	José Realinho de Matos
Vogal	António Manuel Domingues Pires

Por este motivo os anteriores membros do Conselho de Administração não irão ratificar este documento de prestação de contas.



*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'J. Realinho de Matos'.*



## 1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

### 1.1. Síntese histórica

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa foi fundada em 18 de setembro de 1872, visando a criação de um sistema de transporte do tipo “americano” (carruagens sobre carris movidas a tração animal), tendo sido inaugurada a sua primeira linha em 1873. Na década seguinte surgiu um novo tipo de veículo – ascensor - que veio facilitar os acessos nas zonas mais íngremes da cidade. O ascensor do Lavra foi o primeiro a ser inaugurado em 1884, seguindo-se o da Glória em 1885 e, por fim, o da Bica em 1892. O elevador de Santa Justa apareceu apenas em 1902, acompanhando outras inovações no sistema de transportes da altura.

Em 1901, fruto da convergência de dezenas de anos de esforços e transformações notáveis, surgiu o primeiro carro elétrico cuja rede foi rapidamente estendida a toda a cidade.

Pelos anos 40, tendo a Empresa vários autocarros na sua frota, inaugurou oficialmente em 1944, o serviço de transporte em autocarro. A partir do final da década de 50, coincidindo com a inauguração e crescimento da rede do metropolitano, esta rede de autocarros foi sendo aumentada, em detrimento da rede de elétricos.

No final de 2016, a Empresa disponibilizava à cidade de Lisboa 72 carreiras de autocarros (6 da “rede da madrugada”), 5 carreiras de elétricos, 3 ascensores e 1 elevador, num total de 655 veículos.

### 1.2. Missão, Visão e Valores

#### Missão

A missão da CARRIS é a prestação do serviço de transporte público urbano de superfície de passageiros, orientada por critérios de Sustentabilidade, contribuindo para um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

#### Visão

A Empresa assume, de forma consciente, a sua responsabilidade como agente económico e social, que atua no domínio da mobilidade urbana, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade da cidade de Lisboa com algumas incursões nas suas áreas envolventes, ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, otimizando a utilização dos recursos com vista ao aumento da sua eficiência empresarial e à permanente melhoria da qualidade do serviço que presta.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## Valores

Fiel aos valores que têm pautado o seu desempenho há mais de 140 anos e decorrente de uma auscultação aos Colaboradores, foram definidos os seguintes valores:

- EXCELÊNCIA – assente especialmente num desempenho eficiente e na prestação de um serviço de transporte cómodo e regular;
- QUALIDADE – oferta de um serviço que satisfaça as necessidades e expectativas dos Clientes, contribuindo para uma mobilidade sustentável;
- INOVAÇÃO – procura e partilha permanente de novas soluções para responder aos desafios diários no âmbito dos transportes, valorizando o espírito inovador e a iniciativa individual na definição de novos métodos de trabalho, abordagens e metodologias potenciadoras da produtividade;
- RIGOR – desempenho eficaz com elevados níveis de profissionalismo e de competência, assumindo a responsabilidade das decisões, a nível individual e organizacional e cumprindo os compromissos com os Clientes, Colaboradores e outras Partes Interessadas;
- SUSTENTABILIDADE - contributo para a mobilidade sustentável, desenvolvendo a atividade sem comprometer o futuro e melhorando continuamente o serviço, respeitando a sociedade e o ambiente, privilegiando ainda a sua sustentabilidade económica.

Entre outros aspetos, estes Valores estruturantes encontram-se consagrados no Código de Ética da CARRIS, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos seus colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

Visando reforçar o diálogo com os seus Clientes, a CARRIS, através da “Carta do Cliente”, assume os seguintes compromissos:

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
- Ajustar a sua atividade às necessidades de mercado e implementar horários que respondam eficazmente à procura existente;
- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações do Serviço, ou situações excecionais, seja por motivos decorrentes da própria operação, seja por motivos alheios à empresa;
- Disponibilizar toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação de serviço, de forma clara, perceptível e rigorosa, em espaços próprios existentes nos locais de espera e no interior dos meios de transporte, bem como nos demais suportes de comunicação com o cliente;



*gratuito*  
*H R*

- Assegurar que os diversos equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível;
- Garantir que os locais de espera sob sua gestão, bem como os veículos e equipamentos, se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos;
- Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos para que executem o serviço de forma competente e profissional, assegurando a qualidade e rigor no atendimento ao cliente;
- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida;
- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, providenciando, em tempo útil, o envio da respetiva resposta e promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

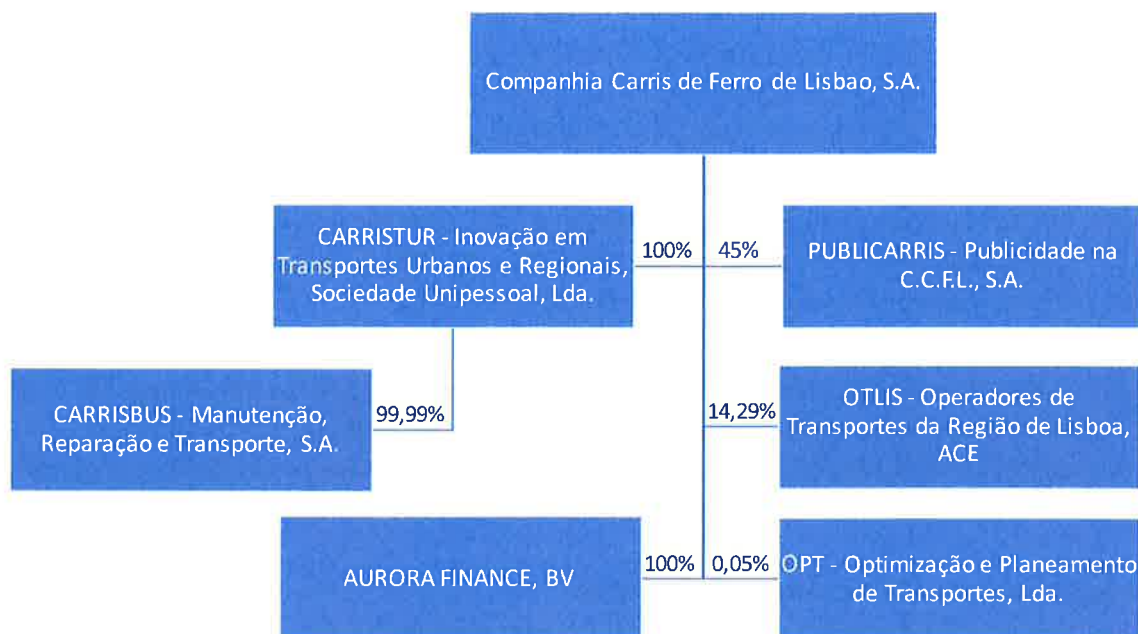
Em contrapartida, o Cliente, nosso parceiro, deve:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço das empresas sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte. Caso não valide o título, o cliente incorre numa situação de transgressão (Lei n. 28/2006, de 4 de Julho, com alterações introduzidas pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de Dezembro, e Portaria n.º 343/2002 de 02 de abril).
- Não fumar nas instalações e no interior dos veículos. Caso o faça, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei (Lei 37/2007 de 14 de agosto, com alterações introduzidas pela Lei n.º 109/2015, de 16 de Agosto);
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Dec. Lei 315/2009 de 29 de outubro, Portaria 968/2009 de 26 de agosto, Portaria 422/2004 de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Utilizar os equipamentos de forma adequada, respeitando as indicações e regras de utilização;
- Respeitar o sinal de fecho de portas e respetivos avisos de segurança;
- Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;
- Ajudar a manter os locais de espera e veículos limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
- Alertar os agentes ao serviço das empresas para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.



*gestões*  
*AR*

### 1.3. Universo de Empresas CARRIS



O universo de empresas CARRIS é formado pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M.,S.A. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais a CARRIS exerce um controlo, que se consubstancia no poder de definir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades, de forma a obter benefícios decorrentes das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

A CARRIS detém a totalidade do capital da empresa CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., empresa que tem por objeto principal o transporte urbano e suburbano de passageiros, desenvolvendo a sua atividade em segmentos diferenciados, com destaque para o setor do turismo, através de soluções e produtos inovadores. A realização de ações de formação profissional no âmbito das tecnologias de organização e gestão de redes e sistemas de transporte público rodoviário e a sua exploração, bem como a formação de tripulantes de autocarros e de elétricos (guarda-freios) constituem igualmente uma área de atuação relevante da empresa.

A CARRISTUR (e a CARRIS, indiretamente) detém a maioria do capital da empresa CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transporte, SA, cujo objeto principal consiste na manutenção e reparação de veículos pesados de passageiros, bem como de carros elétricos. Desenvolve ainda atividades no âmbito do acondicionamento geral de órgãos e veículos, da desempanagem e reboques dos autocarros e elétricos sob assistência, e executa tarefas preventivas/curativas, dos primeiros níveis, nos equipamentos embarcados nos veículos.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Pertence também ao universo de empresas CARRIS a empresa Aurora Finance B. V, sediada na Holanda e constituída em 2004 com o propósito único de contrair um empréstimo obrigacionista com aval integral do Estado Português, cujo montante foi integralmente repassado para a Empresa.

Para além das empresas atrás referidas a CARRIS tem ainda participação nas empresas PUBLICARRIS – Publicidade na CCFL, empresa criada para exploração publicitária de meios nos veículos e espaços CARRIS, e a OPT, empresa especialista em soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público.

A OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas) tem como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte. A OTLIS é detida em partes iguais pelas seguintes entidades: Companhia Carris de Ferro, E.M., S.A, CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo / Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..



*Handwritten signature and date: 2017/01/20*



## 2. INDICADORES RELEVANTES

O painel seguinte apresenta os principais indicadores de desempenho, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2016 nas dimensões Oferta, Procura, Qualidade do Serviço, Frota, Recursos Humanos e Resultados, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2013-2016. Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.



*pp/ato*  
*R J*

INDICADORES DE ATIVIDADE		2016	2015	2014	2013
<b>Indicadores de PROCURA</b>					
PT (Passageiros Transportados)	10 <sup>3</sup>	140.593	144.822	144.438	149.706
PKT (Passageiros x km)	10 <sup>3</sup>	440.432	453.810	448.204	467.256
<b>Indicadores de OFERTA</b>					
LKO (Lugares x km)	10 <sup>6</sup>	2.042	2.199	2.404	2.503
<b>Qualidade de Serviço</b>					
Regularidade <sup>1</sup>	%	95%	98%	99%	98%
Taxa de Ocupação	%	22%	21%	19%	19%
<b>INDICADORES DE RH</b>					
Nº de efetivos	Un.	2.027	1.995	2.141	2.255
Número médio de efetivos	Un.	2.021	2.090	2.194	2.341
Massa Salarial	m€	37.192	38.477	39.858	45.815
Rescisões por Indemnização (valor pago)	m€	888	6.325	2.372	4.351
<b>ESTRUTURA ACIONISTA</b>					
Total do Capital Social	M€	382,941	279,513	163,532	163,532
Cap. Social detido pelo Estado	%	100%	100%	100%	100%
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>					
Ativo não corrente	M€	80,017	80,981	86,667	94,270
Ativo corrente	M€	33,008	25,103	24,577	22,853
<b>Total Ativo</b>	<b>M€</b>	<b>113,026</b>	<b>106,084</b>	<b>111,243</b>	<b>117,123</b>
Capital Próprio	M€	-740,429	-834,414	-924,281	-870,527
Passivo	M€	853,455	940,498	1.035,525	987,650
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>M€</b>	<b>113,026</b>	<b>106,084</b>	<b>111,243</b>	<b>117,123</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>					
Infraestruturas de Longa Duração	M€	0,298	0,574	0,179	0,171
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	2,165	2,228	2,615	2,127
Outros Investimentos	M€	0,042	0,179	0,659	0,271
<b>DESPESA DE INVESTIMENTO</b>	<b>M€</b>	<b>2,504</b>	<b>2,981</b>	<b>3,453</b>	<b>2,570</b>
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>					
Passivo Remunerado	M€	631,925	721,515	813,320	776,721
Autonomia Financeira	%	-655,1%	-786,6%	-830,9%	-743,3%
Solvabilidade	%	-86,8%	-88,7%	-89,3%	-88,1%
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>					
Prazo médio de pagamentos (PMP)	dias	51	48	48	55
Volume de Negócios	M€	94,635	92,156	90,193	88,924
EBITDAr (ajustado) <sup>2</sup>	M€	12,234	1,908	3,811	26,304
Margem do EBITDA	%	12,9%	2,1%	4,2%	29,6%
Rendimentos Operacionais <sup>3</sup>	M€	99,045	96,084	99,567	113,949
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) <sup>4</sup>	M€	83,395	85,599	90,157	93,832
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	0,59	0,59	0,62	0,63
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	118,8%	112,2%	110,4%	121,4%

1) Nº de viagens realizadas / Nº de viagens planeadas

2) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

3) Exclui reversões e Ajustamentos

4) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos Reforma



ppato  
 pt

### 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

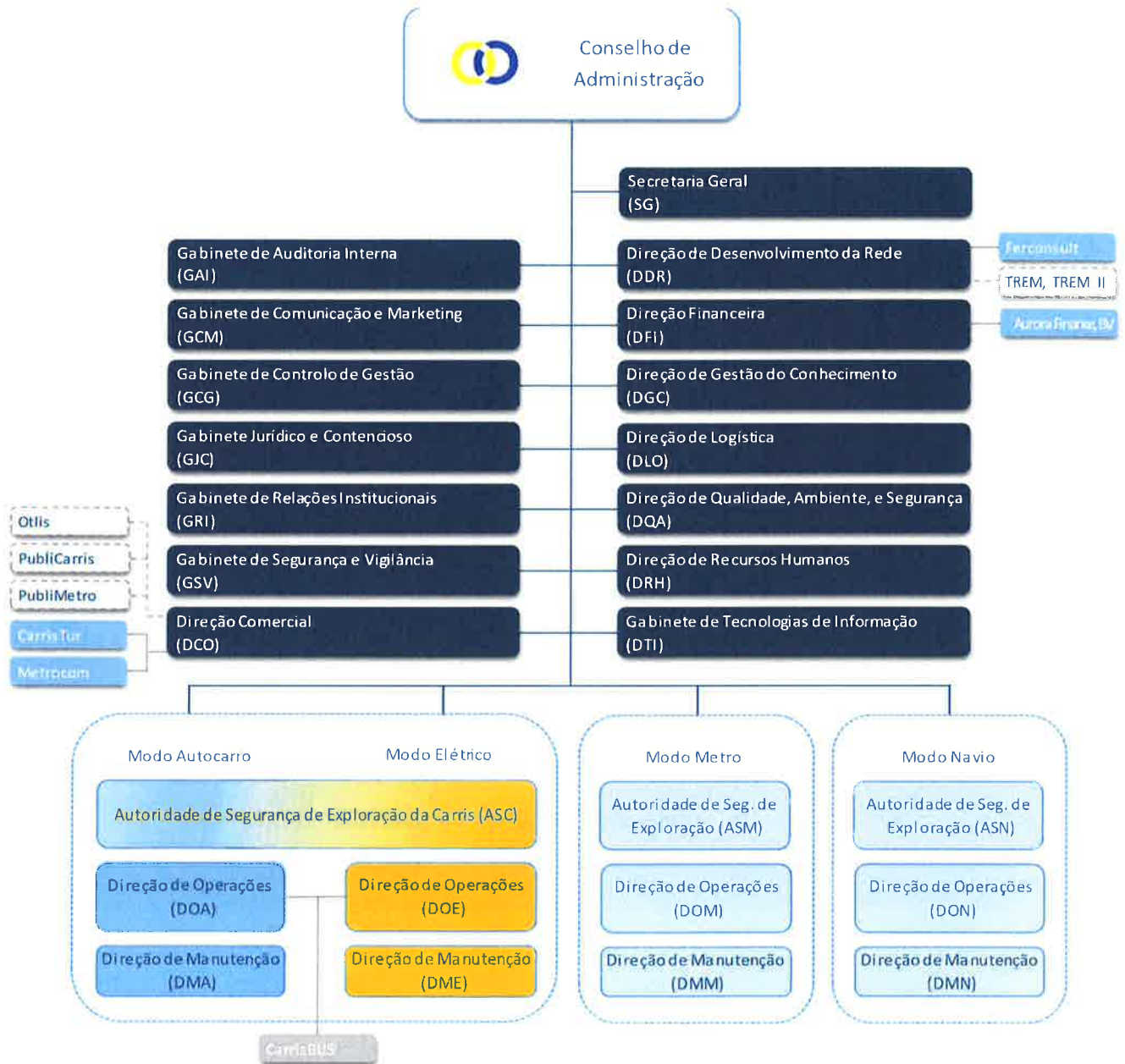
Decorrente da nomeação do Conselho de Administração comum às empresas de transportes CARRIS, Metropolitano de Lisboa, Transtejo e Soflusa, a partir de 18 de maio de 2015 foi aplicado um novo Modelo Organizacional, consubstanciado num Manual de Organização que enquadrou as atribuições da nova Macroestrutura.

Com vista à prossecução do objetivo de descarbonização da economia previsto no Programa do XXI Governo Constitucional no que concerne à área ambiental, tornou-se necessário garantir um sistema de mobilidade que respondesse às necessidades da população e que permitisse o desenvolvimento da área metropolitana de Lisboa. Neste sentido, procedeu-se à anulação das subconcessões à gestão privada da exploração do modo autocarro que se encontrava em curso, pelo novo Conselho de Administração, que entrou em funções em 7 de janeiro de 2016, mantendo-se, no entanto, a gestão conjunta com o Metropolitano de Lisboa e o Grupo Transtejo, no que se refere à concentração das áreas corporativas e de suporte, através de equipas transversais, numa lógica de serviços co-localizados. Este modelo manteve, porém, individualizado cada um dos quatro modos de transporte (Autocarro, Elétrico, Metropolitano e Navio), tendo sido, posteriormente, criada uma unidade de negócio única para os modos Autocarro e Elétrico.



*grato*  
*gr* *R*

### 3.1. Organograma da CARRIS



*Handwritten signatures and initials:*  
 J.P. Santos  
 A.  
 R.

## 4. ATIVIDADE

### 4.1. Exploração Operacional

#### 4.1.1. Rede

Durante o ano de 2016, a CARRIS manteve inalterada a estrutura base da sua rede a que correspondem 72 carreiras de serviço público de autocarros e 5 de elétricos, sem alterações significativas da sua extensão total.

Contudo a Rede da CARRIS sofreu alguns ajustes, nomeadamente e entre outros, o prolongamento da carreira 767 à Estação de Metro da Reboleira, o encurtamento do percurso da carreira 734 à 3.ª feira e ao sábado, devido ao reordenamento do Largo da Graça que a tal obrigou, a alteração de percurso em Campolide devido à construção da nova Praça e ainda a alteração de percurso da carreira 708 no Parque das Nações.

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2016

	Autocarros	Elétricos	TOTAL
Nº de Carreiras	72	5	77
Extensão da Rede (via simples - km)	670	47	678
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1.511	59	1.570
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	21	12	20

#### 4.1.2. Oferta

Tabela 2 – Indicadores da Oferta 2012-2016

OFERTA (milhares)	2012	2013	2014	2015	2016	Var (%)
Veículos x km Serviço-Público (S.P.)	34.479	32.836	31.785	30.740	28.758	-6,5
Autocarros	32.677	31.100	30.086	29.082	27.268	-6,2
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1.803	1.736	1.699	1.658	1.489	-10,2
Veículos-hora S.P.	2.439	2.334	2.269	2.204	2.090	-5,2
Autocarros	2.229	2.128	2.068	2.007	1.900	-5,3
Modo Elétrico	210	205	202	198	190	-3,9
Lugares x km (10 <sup>6</sup> ) *	2.625	2.503	2.404	2.199	2.042	-7,1

\*Indicador recalculado considerando a alteração verificada na lotação dos veículos

A Oferta da CARRIS, medida pelo número de “veículos\*km” produzidos, registou uma redução de 6,5% relativamente ao ano de 2015. Esta redução evidencia de forma clara o incumprimento por falta de pessoal (que se vem agravando desde o último trimestre de 2014) e pelo acréscimo verificado ao nível do absentismo.



grato  
JR



Os resultados do indicador Lugares\*Km resultam do decréscimo verificado na Oferta em veículos\*km.

Tabela 3 – Indicadores da Oferta

	Veículos * km (10 <sup>3</sup> ) SP				Lugares * km (10 <sup>6</sup> )			
	2015	2016	Var.		2015	2016	Var.	
			Abs.	%			Abs.	%
Autocarros	29.082	27.268	-1.814	-6,2	2.074	1.932	-142	-6,9
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1.658	1.489	-169	-10,2	125	110	-15	-11,9
<b>TOTAL</b>	<b>30.740</b>	<b>28.758</b>	<b>-1.983</b>	<b>-6,5</b>	<b>2.199</b>	<b>2.042</b>	<b>-157</b>	<b>-7,1</b>

## 4.2. Qualidade do Serviço

Tabela 4 – Indicadores da Qualidade do Serviço 2012-2016

QUALIDADE DO SERVIÇO	2012	2013	2014	2015	2016	Var (%)
Velocidade Média de Exploração (km/h)	14,35	14,30	14,24	14,18	13,99	-1,3
Autocarros	14,66	14,61	14,55	14,49	14,35	-1,0
Elétricos (Não inclui ascensores e elevadores)	10,33	10,27	10,30	10,26	9,56	-6,8
Taxa de Ocupação (%)	19,46	18,67	18,64	20,63	21,57	4,5

### 4.2.1. Velocidade Média de Exploração

A velocidade média de exploração na rede da CARRIS registou, uma vez mais, um decréscimo relativamente ao ano anterior. O aumento do congestionamento, resultante do acréscimo do número de automóveis na cidade, as obras e o estacionamento indevido, por motivos alheios à responsabilidade da CARRIS, são as principais causas do resultado do indicador.

Tabela 5 – Velocidade Média de Exploração (Km/h)

	2015	2016	Var (%)
Autocarros	14,49	14,35	-1,0
Elétricos	10,26	9,56	-6,8
<b>TOTAL</b>	<b>14,18</b>	<b>13,99</b>	<b>-1,3</b>

<sup>1</sup> A velocidade média de exploração global não inclui dados da exploração dos Ascensores e Elevador



gestão  
H R

A manutenção do funcionamento, em parceria com a Polícia Municipal, da equipa de “Vigilantes” para fiscalização de corredores BUS e para o controlo do estacionamento irregular em paragens ou em locais em que dificulta a circulação do transporte público, conduziu à efetivação de cerca de 4.770 autuações (4.900 em 2015) e promoveu a remoção por reboque de 227 viaturas irregularmente estacionadas, que embora insuficiente para a melhoria global da circulação do transporte público, é absolutamente necessária promover, através de uma maior articulação entre as diferentes entidades intervenientes, sejam gestoras ou fiscalizadoras da utilização da via pública.

O número de interrupções de circulação de autocarros e de elétricos devido a veículos mal estacionados aumentou cerca de 8% em relação ao ano anterior, tendo-se registado, durante o ano de 2016, 1322 ocorrências correspondendo a 1041 horas de interrupção de circulação e afetando cerca de 1500 veículos, sendo a duração média de cada interrupção de quase 1 hora. Dos veículos mal estacionados, foram rebocados 581 e efetuados 93 autos de denúncia.

Tabela 6 – Ocorrências

	2015	2016	Var.	
			Abs.	%
Ocorrências	1.218	1.322	104	8,5
Horas de Interrupção	835	1.041	206	24,7
Veículos Imobilizados	1.356	1.494	138	10,2
Nº de arruamentos c/interrupção por mau estacionamento	186	197	11	5,9

Continua a verificar-se a existência de pontos críticos, onde as interrupções por motivo de estacionamento indevido são significativas, nomeadamente a Rua de S. Paulo, que sem um reordenamento efetivo, não deixará de ter interrupções frequentes. Os 10 locais mais problemáticos foram responsáveis por 39% das imobilizações, tendo, para além da Rua S. Paulo, muito impacto as interrupções na R. Fanqueiros, Praça Novas Nações, R. da Graça e Largo da Graça.

#### 4.2.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros\*km”, com a Oferta, medida em “Lugares\*km”.

Em 2016, reflexo da diminuição da oferta e da estabilização dos valores anuais da Procura, a Taxa de Ocupação evidencia um ligeiro aumento relativamente a 2015.



Tabela 7 – Taxa de ocupação

	2015	2016	Var (%)
Autocarros	20,44	21,27	4,1
Elétricos	23,89	26,68	11,7
<b>TOTAL</b>	<b>20,63</b>	<b>21,57</b>	<b>4,5</b>

#### 4.2.3. Taxa de Acidentes

No global, o Número de Acidentes de Exploração ocorridos em 2016 (1.232) foi ligeiramente superior ao verificado no ano anterior (1.207), constatando-se um aumento de 2,1%.

Do total de 1.232 acidentes de exploração ocorridos, 1.087 são acidentes de exploração, verificados no Modo Autocarro e 145 acidentes ocorridos no Modo Elétrico.

Tabela 8 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração

Acidentes de Exploração (n.º)	2015	2016	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	1.067	1.087	20,0	1,9
Modo Elétrico	140	145	5,0	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>1.207</b>	<b>1.232</b>	<b>25,0</b>	<b>2,1</b>

No que respeita à Taxa de Acidentes de Exploração registou-se um aumento na ordem dos 9%, repercutindo-se especialmente na taxa de acidentes referente ao Modo Elétrico, cujo aumento foi de 13,16%.

Tabela 9 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração

Taxa de Acidentes de Exploração *	2015	2016	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	36,57	39,66	3,09	8,4
Modo Elétrico	77,80	88,04	10,24	13,2
<b>TOTAL</b>	<b>38,98</b>	<b>42,41</b>	<b>3,43</b>	<b>8,8</b>

\* Acidentes por milhão de Vkm (Serviço Total)

O aumento verificado na sinistralidade rodoviária ficou a dever-se a dois motivos. O primeiro, relacionado com o aumento do congestionamento na cidade, com reflexo negativo para a operação, originando um aumento da quantidade e frequência dos congestionamentos, e consequentemente da probabilidade de pequenos



Handwritten signatures and initials in blue ink.

abaloamentos. Por outro lado, a entrada ao serviço de novos tripulantes (Motoristas e Guarda-freios), num quadro de grandes dificuldades de circulação, também agravou a quantidade de ocorrências deste tipo.

É relevante salientar que, apesar do seu aumento, a Taxa de Acidentes da CARRIS continua a ser uma das melhores de entre os operadores de transporte urbano europeus.

Para a manutenção destes níveis inferiores de acidentalidade e com vista à melhoria contínua da condução segura e económica, a CARRIS investe permanentemente na formação e na sensibilização dos seus Tripulantes. Nesse sentido, o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização de ações de sensibilização nas próprias estações e ministradas pelo pessoal de enquadramento (inspetores), têm sido fundamentais para a manutenção de baixos valores dos indicadores associados à acidentalidade.

Ao longo do ano de 2016 foram realizadas ações de formação contínua de tripulantes, no âmbito do CAM – certificado de aptidão para motorista - e ações de reciclagem em “Técnicas de Condução e Prevenção de Acidentes” envolvendo os tripulantes com maior número de acidentes, em situação de baixa há mais de seis meses, ou que tenham de conduzir outras marcas/modelos de autocarros, designadamente, nos casos de mudança de estação, dando especial enfoque aos princípios de condução defensiva, cómoda e segura.

#### 4.2.4. Regularidade

A Regularidade é medida pelo indicador indireto “número de km perdidos por congestionamentos e outros problemas de trânsito por milhar de km percorridos”. O ano 2016 evidenciou, no tocante a este indicador, uma estabilização relativamente a 2015. A diferença nos resultados entre os períodos homólogos, prende-se, entre outros, com a alteração no método de aferição dos km perdidos.

O resultado deste indicador está associado a diferentes fatores, com grande impacto ao nível do transporte público coletivo de superfície, dos quais, para além das condições de circulação, há que considerar um elevado número de eventos culturais, desportivos e outros.

Tabela 10 – Regularidade (Vk perdido por milhar de Vk percorridos)

	2015	2016	Var (%)
Autocarros	4,80	4,10	-14,6
Elétricos	17,20	6,60	-61,6
<b>TOTAL</b>	<b>5,50</b>	<b>4,30</b>	<b>-21,8</b>



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 4.3. Atividade Comercial

### 4.3.1. Enquadramento

A atividade da Direção Comercial na CARRIS centrou-se fundamentalmente na melhoria do serviço prestado ao seu cliente, otimizando as sinergias conseguidas com a partilha dos serviços de atendimento e espaços cliente que integraram o Universo da Transportes de Lisboa.

Em paralelo procurou-se reforçar a política de parcerias com *players* estratégicos, através da implementação de novos projetos geradores de receitas complementares, potenciadores de uma mobilidade mais sustentada e ajustada aos desejos e necessidades dos clientes.

### 4.3.2. Atividade desenvolvida

No âmbito das ações desenvolvidas, em 2016, destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada no serviço prestado ao cliente:

- A criação de dois novos títulos 24 horas, combinados com a Transtejo e a CP, em resposta à crescente afluência turística que se tem verificado na cidade de Lisboa;
- Participação no Rock in Rio Lisboa 2016, assegurando o regresso do público até às 4h00 da manhã, através de duas carreiras especiais, com destino ao Oriente e Cais do Sodré, respetivamente;
- Participação no evento *Web Summit*, através da disponibilização de um passe específico CARRIS, Metro e CP, permitindo aos participantes a utilização ilimitada de toda a rede do Metro e CARRIS (metro, autocarros e elétricos), bem como nos circuitos urbanos da CP (abrange Cascais e Sintra);
- Desenvolvimento, em parceria com a Outmind, de projeto piloto de dissuasão da fraude através da instalação em alguns autocarros da carreira 711 de equipamento eletrónico, que conjugado com equipas de agentes de sensibilização esclareceram os clientes sobre o funcionamento deste projeto;
- Elaboração do Inquérito de Satisfação ao Cliente, referente ao ano de 2015, com vista a identificar a perceção global adquirida pelos clientes do serviço prestado, obtendo o resultado de 62.50 pontos (numa escala de 0 a 100). Como aspetos positivos houve destaque para a facilidade, quer de aquisição de títulos no interior dos veículos, quer de validação, bem como a educação e profissionalismo no centro de atendimento telefónico. Com necessidade de melhoria, identificou-se a qualidade de resposta das reclamações e o tempo de espera para obter resposta.

Ao nível dos Espaços Cliente e gabinete de produção dos cartões Lisboa Viva:

- Deu-se início em fevereiro de 2016 à contagem do número de clientes atendidos nos espaços cliente da CARRIS, tendo-se registado, nos 11 meses, o atendimento de 41.716 clientes, nomeadamente, 21.362 no Espaço Cliente do Arco Cego e 20.354 no Espaço Cliente de Santo Amaro. A referida contagem permitirá aferir doravante a importância deste serviço pelos clientes;



grelato  
st R



- Relativamente aos cartões, em 2016 foram produzidos cerca de 137 mil cartões Lisboa Viva, menos 600 cartões que no ano transato.

Com o início da produção de cartões Lisboa Viva da Transtejo/Soflusa em Maio de 2016, verificou-se uma redução do número de cartões emitidos pela CARRIS (-12,1%) e pelo Metro (-4,7%), agregando a CARRIS cerca de 25 % do total das solicitações efetuadas.

Como fator negativo, destaca-se em 2016 a atualização pela OTLIS da plataforma SIIT - Sistema de Informação Intermodal de Transportes, cuja implementação originou diversos problemas na disponibilidade da ferramenta e consequentemente na qualidade do serviço prestado pelos Espaços Cliente e produção de cartões Lisboa Viva.

#### 4.3.3. Procura

Apesar de em 2015 ter-se assistido a uma ligeira inflexão dos níveis de quebra da procura, em 2016 não foi possível sustentar esta tendência, registando-se uma quebra do número de passageiros transportados com título pago na ordem dos -5,2%.

A redução dos níveis de oferta, associada ao aumento do congestionamento do trânsito na cidade, com consequente degradação do serviço, revelaram-se fatores preponderantes para a perda de passageiros verificada, com consequente transferência para outros modos de transporte.

Analisando o número de passageiros totais transportados (incluindo gratuitos e fraude), verifica-se uma atenuação dos níveis da quebra da procura face a 2015 (-2,9%), justificada pelo acréscimo dos passageiros em fraude, bem como dos gratuitos, fruto da reposição da gratuitidade aos familiares da Empresa em Abril de 2016.

Os Passageiros x km apresentam um decréscimo de -2,9%, acompanhando a tendência registada nos passageiros transportados, mantendo-se o valor do percurso médio por passageiro.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Tabela 11 – Passageiros – Validações

(milhares de passageiros)

Passageiros - Validações	2014	2015	2016	Var (%) 2016/2015
<b>Títulos ocasionais</b>	<b>24.981</b>	<b>25.656</b>	<b>24.854</b>	<b>-3,1</b>
Bilhetes (Tarifa de Bordo)	5.901	6.165	6.333	2,7
Bilhete Viagem Carris/Metro	2.182	2.300	2.946	28,1
Bilhete 24 horas CA/ML	-	-	4.053	100,0
Bilhete 24 Horas CA/ML/TT	-	-	17	100,0
Bilhete 24 Horas CA/ML/CP	-	-	49	100,0
Zapping	12.338	12.311	10.606	-13,8
Outros títulos ocasionais	4.560	4.880	851	-82,6
<b>Passes</b>	<b>101.401</b>	<b>100.876</b>	<b>95.161</b>	<b>-5,7</b>
Navegante urbano	59.045	58.953	55.705	-5,5
Navegante rede	7.264	7.288	6.915	-5,1
Intermodais	18.804	18.671	17.663	-5,4
Combinados	16.288	15.964	14.878	-6,8
<b>Total com títulos pagos</b>	<b>126.382</b>	<b>126.532</b>	<b>120.015</b>	<b>-5,2</b>
Transporte gratuitos e fraude	18.055	18.290	20.578	12,5
<b>Total transportados</b>	<b>144.438</b>	<b>144.822</b>	<b>140.593</b>	<b>-2,9</b>

Apesar do impacto da redução dos níveis de procura se ter sentido globalmente, quer nos passes, quer nos títulos ocasionais, houve títulos cuja procura superou o volume de vendas de 2015, nomeadamente o bilhete Viagem CA/ML (+28%) e o título vendido a bordo (+2,7%), cujos acréscimos de procura poderão estar relacionados com o aumento de turistas na cidade de Lisboa.

Em agosto de 2016 foram criados dois novos títulos 24 horas, combinados com a Transtejo e a CP que apesar de ainda terem pouca expressão no peso da procura contribuíram para um aumento de +1%, face a 2015, no conjunto dos bilhetes 24horas.

Em termos de distribuição da procura, o segmento de passes continua a ter maior expressão no modo Autocarro, sendo os títulos ocasionais os que têm maior peso nos restantes modos.

A procura no Elevador de Santa Justa apresenta um peso residual de passageiros de passe, já os que adquirem título a bordo representam mais de 40%.



*gestão*  
*H* *R*

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo



#### 4.3.4. Receitas Tarifárias

A receita tarifária da CARRIS apresentou em 2016, um acréscimo de +2,6%, em relação ao ano anterior, totalizando 92,8 Milhões de €, o qual resulta, entre outros, do acréscimo das vendas de títulos ocasionais, em particular do modo elétrico, dado o valor unitário dos presentes títulos.

Pela prática das modalidades de estudante e Social+, a CARRIS foi ressarcida em 2,6 Milhões de € (+4,9% face a 2015), alavancando assim o acréscimo da totalidade da receita proveniente dos títulos de transporte para +2,7% face ao ano transato.

Em 2016 não se verificou qualquer aumento tarifário, mantendo-se o preço de venda de todos os títulos válidos na CARRIS.



*pp2-tato*  
*R* *M*

Tabela 12 - Receita (sem IVA) por Título de Transporte

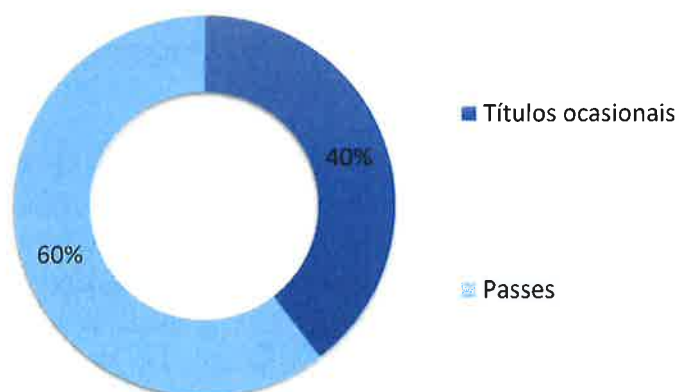
Receita (sem IVA) por Título de Transporte					
(milhares de €)					
Títulos de transporte		2014	2015	2016	Var (%) 2016/2015
Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	34.000	35.456	36.773	3,7
	Passes	54.638	54.995	56.069	2,0
	<b>Total das receitas</b>	<b>88.639</b>	<b>90.450</b>	<b>92.842</b>	<b>2,6</b>
	Comparticipações 4-18 / sub23 / social +	2.345	2.500	2.622	4,9
	<b>Total das receitas com participações</b>	<b>90.984</b>	<b>92.950</b>	<b>95.464</b>	<b>2,7</b>

O aumento das vendas de títulos ocasionais foi um dos fatores que mais contribuiu para o crescimento da receita, representando em 2016 cerca de 40% da receita auferida.

A receita associada aos títulos ocasionais atingiu em 2016 o valor de cerca de 36,8 M€, mais 1,3 M€ face a 2015, resultante na maioria do Bilhete Viagem CA/ML e da Tarifa de Bordo.

Os restantes títulos também apresentaram acréscimos, com exceção do *zapping* que apresentou um decréscimo no final do ano.

Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2016



*gráficos*  
*JK*  
*R*

#### 4.3.5. Receita não Tarifária

As receitas complementares diretamente associadas à atividade da Direção Comercial representaram, em 2016, cerca de 2,2 Milhões de €.

Para este resultado contribui decisivamente a rentabilização da frota, que representa 50% do total da receita não tarifária, com especial destaque para a concessão à Carristur. Esta explora o segmento turístico e garantiu em 2016 uma receita de cerca de 700 mil €, fruto do aluguer de elétricos, à CARRIS.

Destaca-se, também, a receita de vendas e serviços associados aos suportes de títulos, de cerca de 400 mil €, o negócio de arrendamento de imóveis, de cerca de 400 mil € e da contribuição da subconcessão à Publicarris/MOP de exploração dos meios publicitários da empresa, em cerca de 500 mil €.

Com impacto menos significativo nas receitas mas potenciador da imagem da CARRIS, destaca-se ainda a realização, em 2016, de serviços especiais de transporte, nomeadamente no âmbito dos festivais Rock in Rio Lisboa, Super Bock, Super Rock e Nos Alive, do concerto dos AC/DC e do protocolo com o Maratona Clube Portugal, bem como a realização de filmagens em autocarros, elétricos, ascensores e outras instalações da CARRIS.

#### 4.3.6. Combate à Fraude

A fraude nos transportes públicos é um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais, sendo particularmente complexo em sistemas abertos, como o que é operado pela CARRIS.

A publicação da Portaria 241-A/2013 de 31 de julho e o despacho n.º 8946-A/2015 de 11 agosto, que estabelecem as regras gerais de cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas dos passes intermodais, entre Operadores de transporte coletivo de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas validações registadas pelo sistema de bilhética, vem dar, ainda, maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa. Assim, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução da fraude, assume uma importância fundamental.

Ao longo de 2016 verificou-se um maior envolvimento e um apoio mais eficaz da PSP no acompanhamento de várias ações de fiscalização, nomeadamente em áreas e períodos mais críticos, com reflexos positivos na contenção da fraude. Neste contexto prosseguiu, com carácter regular, a realização de ações de fiscalização “estacionada” em determinadas paragens e horários, o que, para além da sua eficácia, permite uma reforçada visibilidade da fiscalização, com os consequentes efeitos dissuasores. Salienta-se que, este tipo de ações de fiscalização “estacionada” apresentou em 2016 um aumento significativo, 113, face às 78 realizadas em 2015.

Durante o ano de 2016 foram fiscalizados mais de um milhão de passageiros, correspondendo a um acréscimo de mais de 9%, tendo sido objeto de autuação 15.500 situações.



*pp*  
*st*  
*ho*  
*st*  
*ho*



A taxa de fraude estimada<sup>1</sup> para 2016 cifrou-se em 16,32%, representando um acréscimo de 2,35 pontos percentuais, relativamente a 2015.

Como nota final, importará salientar que a competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, relativos ao tipo de infrações, bem como a decisão de aplicação das respetivas coimas, não se encontra atribuída aos operadores de transporte, mas, e nos termos da Lei nº 28/2006 de 4 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Contudo, ainda não foi possível em 2016 a implementação do sistema de cobrança, o que tem originado o agravamento do sentimento de impunidade dos clientes em fraude, tornando recorrente a sua prática.

#### 4.3.7. Reclamações

Em 2016 foram recebidas 5.572 reclamações, representando um aumento de 32% face a 2015, distribuídas pelos seguintes assuntos:

Tabela 13 – Reclamações

	2015	2016	Var (%)
Reclamações de serviço	2.101	3.643	73,4
Queixas de Pessoal	909	998	9,8
Coimas	778	671	-13,8
Diversos	419	260	-37,9
<b>TOTAL</b>	<b>4.207</b>	<b>5.572</b>	<b>32,4</b>

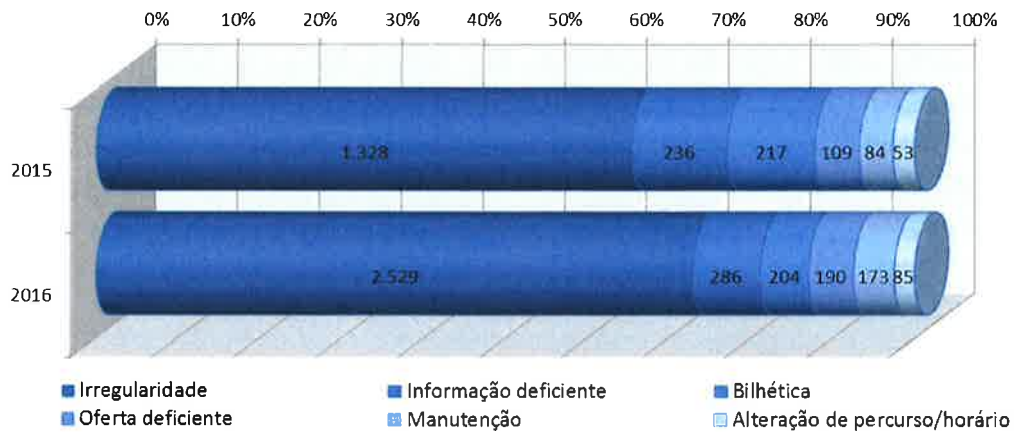
De salientar, que as reclamações de serviço e queixas de pessoal sofreram um acréscimo na ordem dos 54%, sendo os principais motivos apresentados no gráfico seguinte:

<sup>1</sup>Ajustada mensalmente com base no relatório da AMTL.



*gr2 Santos*  
*[Handwritten signatures]*

Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço e queixas de pessoal



Importa referir que a predominância nas reclamações, da irregularidade do serviço, está na sua grande medida, associada à falta de meios humanos e materiais com que a empresa se confrontou ao longo do ano.

#### 4.4. Segurança de Exploração (Safety)

Na sequência do novo modelo de Gestão que entrou em vigor em maio de 2015, foi constituída a Autoridade de Segurança de Exploração do modo Autocarro (ASA) e do modo Elétrico (ASE), assumindo um conjunto de competências anteriormente integradas no Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança da CARRIS.

Deste modo, segregando as funções de *security*, que passaram a ser geridas por uma área corporativa comum a todas as empresas (Gabinete de Segurança e Vigilância), as autoridades de segurança da exploração de cada modo passaram a dar cumprimento às obrigações em matéria de *safety* decorrentes da aplicação do Despacho nº 1094/98 (2.ª série), de 19 de janeiro, emitido pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

No cumprimento da sua missão, a autoridade de segurança específica dos modos Autocarro e Elétrico, que iniciou funções em junho de 2015, manteve-se ao longo de 2016, tendo a sua atuação incidido em três vertentes:

- Contactos com as entidades externas de supervisão da segurança, designadamente, Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.) para definição das matérias a comunicar a estas entidades;
- Acompanhamento da atividade operacional dos modos Autocarro e Elétrico, verificando a existência de eventuais incidentes ou acidentes, analisando-os para que sejam identificadas eventuais ações de melhoria que contribuam para um sistema cada vez mais seguro, bem como sobre a forma como as normas e regulamentos em vigor são cumpridos;



grato  
M

- Elaboração, do plano anual de segurança para 2017 de acordo com os requisitos estabelecidos pelo IMT bem como os respetivos indicadores de controlo. Para o efeito, foram identificados os riscos associados à atividade, as possíveis causas dos mesmos, as potenciais consequências e a forma de mitigação das mesmas.

Já no decorrer do ano de 2016 estas duas unidades foram integradas numa única que se denomina ASC - Autoridade de Segurança das operações da CARRIS.

## 4.5. Frota de Serviço Público

Tabela 14 – Frota de Serviço Público 2012-2016

FROTA	2012	2013	2014	2015	2016	Var (%)
Frota Total	689	689	675	656	655	-0,2
Autocarros	632	632	619	600	599	-0,2
Elétricos	49	49	48	48	48	0,0
Ascensores+Elevadores	8	8	8	8	8	0,0

### 4.5.1. Situação Geral

Em 2016, a CARRIS voltou a não adquirir autocarros. Os constrangimentos impostos no contexto económico-financeiro do país obrigaram a empresa, não só a manter a contenção dos investimentos, como, igualmente, a reformular o plano operacional da oferta. Outra consequência foi o aumento da idade média da frota de autocarros subindo consecutivamente dos 6,3 anos no final de 2009 para 11,4 anos no final de 2016.



gestão  
R R

Tabela 15 – Frota de Serviço Público

Ano	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016
Autocarros	619	600	599
- Miraflores:	178	173	174
Standard	102	97	97
Minis	16	16	17
Articulados	60	60	60
- Musgueira:	242	226	228
Standard	212	196	198
Articulados	30	30	30
- Pontinha:	199	201	197
Standard	162	164	162
Médios	20	20	19
Minis	17	17	16
Elétricos	48	48	48
Remodelados	38	38	38
Articulados	10	10	10
Ascensores + Elevador	8	8	8
<b>Total</b>	<b>675</b>	<b>656</b>	<b>655</b>

#### 4.5.2. Frota Retirada do Serviço

Ao longo do ano de 2016, 1 (um) autocarro MAN14.2410 foi cedido temporariamente à Carristur e 3 (três) autocarros Mercedes Benz 405 já abatidos no início do ano, foram vendidos aos Transportes Coletivos do Barreiro.

#### 4.5.3. Taxa de Imobilização

A taxa de imobilização de autocarros foi de 12,0 %, representando um acréscimo face ao valor verificado em 2015 (11,1 %), associado ao acréscimo do número de avarias, decorrente do aumento da idade da frota.

A taxa de imobilização da frota de elétricos foi de 20,18%, o que se traduz num acréscimo de cerca de 1pp face ao ano de 2015.



grato  
H R

#### 4.5.4. Manutenção da Frota de Autocarros

Foram concluídas 13 Grandes Reparações de Carroçarias de autocarros Volvo B 10L (Standard GNC) e ainda 4 Grandes Reparações de carroçarias de autocarros Mercedes Benz 616 (Mini), tendo sido revisto o plano plurianual de grandes reparações de autocarros, com reflexo nos próximos anos.

A suspensão da renovação da frota, com o conseqüente envelhecimento da mesma, obrigou a um maior esforço na manutenção dos veículos existentes, acabando por se refletir nos custos de manutenção.

Tabela 16 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros

	2015	2016	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção do Modo Autocarro (€)	8.760.845	9.626.787	865.942	9,88

\* RFE modo autocarro -conservação e reparação

#### 4.5.5. Ajustamentos na estrutura orgânica

Após os ajustamentos ocorridos na estrutura orgânica da CARRIS a partir de Maio de 2015, visando a racionalização de meios e de procedimentos, de modo a flexibilizar a organização e o seu funcionamento, promovendo a gestão integrada das áreas corporativas e manutenção das áreas operacionais organizadas por modo de transporte, ocorreram processos de integração de funções. Desta forma, as áreas de manutenção, refletiram os efeitos dos principais ajustamentos efetuados, suportadas em 3 áreas distintas, mas complementares:

- **Área Manutenção**, com a integração dos serviços de manutenção da CARRISBUS nas Direções dos modos Autocarro e Elétrico;
- **Área de apoio à manutenção**, com as funções que não sendo diretamente produtivas, permitem e garantem o funcionamento das oficinas, bem como o controlo dos abastecimentos e limpeza de autocarros, assim como das infraestruturas do modo elétrico.
- **Área de apoio Administrativo**, com a racionalização de procedimentos e a centralização de algumas atribuições nas Direções corporativas.

Durante o ano de 2016, apesar da alteração estratégica definida para a Empresa, os modos autocarros e elétrico, no que às respetivas áreas de Manutenção diz respeito, mantiveram a estrutura orgânica, procuraram a consolidação dos processos de “integração da Carrisbus” na adaptação e resposta ao novo modelo organizativo definido pelo Conselho de Administração, garantindo níveis de operacionalidade e fiabilidade das frotas, apesar do aumento da idade média sucessivamente verificado desde 2009.



*gratias*  
JK  
JK



#### 4.5.6. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2016, o Plano de Reparações Comerciais dos carros elétricos remodelados tendo sido reparados 5 veículos. Foi ainda efetuada a reparação intercalar do ascensor da Glória.

### 4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica

#### 4.6.1. Colaboração com Entidades Externas

Na sequência dos projetos desenvolvidos, quer em anos anteriores, quer em curso, pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) em obras de requalificação urbana, foi dado apoio ao nível da via-férrea, rede aérea, cabos subterrâneos e comandos automatizados de agulhas de via. Estas obras, das quais se destaca pela sua importância, a requalificação do Cais do Sodré/Corpo Santo, Rua do Arsenal, Rua da Alfândega/Campo das Cebolas, Raquete de Campolide, Linha da Graça, Largo Vitorino Damásio e Av. 24 de Julho, traduziram-se numa significativa melhoria das condições de circulação. Nomeadamente, no reordenamento do Cais do Sodré/Corpo Santo foram levantados 988m de linha antiga e assentes 1.247 m de linha nova, incluindo 7 cruzamentos de via e 14 agulhas.

#### 4.6.2. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2016 foram substituídos 53m de fio de contacto, no âmbito da renovação deste tipo de infraestrutura. Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da rede aérea, cujo valor atingiu 100 %.

#### 4.6.3. Via-férrea

Durante o ano de 2016, para além dos trabalhos desenvolvidos em colaboração com Entidades Externas, no âmbito das obras da CML, foram executadas regularmente as ações de manutenção da via, com limpeza dos carris e lavagem/lubrificação de todos os aparelhos de via, garantindo assim as condições de segurança para circulação dos elétricos.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Renovação de linha – 36 m
- Lubrificação de agulhas – 11.310 un



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

- Limpeza de agulhas – 4.508 un
- Afinação e reparação de agulhas – 11.310 un
- Limpeza de canal do carril – 163 km
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 696 un
- Reparação de juntas de carril (calos) – 90 un
- Reparação de agulhas – 21 un
- Reperfilagem de carril com soldadura/limagem – 11 m

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da via-férrea, cujo valor atingiu 100 %.

#### 4.6.4. Obras de Conservação e Beneficiação

Em Setembro de 2016 concluíram-se as obras da 3ª fase da Obra de Conservação e Beneficiação do Elevador de Stª Justa, correspondentes à intervenção em duas fachadas, as voltadas para os lados do Rossio e da Rua do Carmo, e abrangeram essencialmente trabalhos de reparações metálicas, decapagens e pinturas do exterior da Torre.

As intervenções foram realizadas mantendo o Elevador em funcionamento e acessível aos visitantes, com alguns condicionamentos nos acessos inferior e superior, que no entanto, não interferiram com a afluência regular dos visitantes.

#### 4.7. Museu da CARRIS

O Museu da CARRIS foi inaugurado a 12 de janeiro de 1999, visando preservar o valioso acervo da empresa e divulgar o papel integrante e imprescindível da mesma no desenvolvimento da cidade de Lisboa. Tem vindo, cada vez mais, a marcar presença no panorama museológico nacional, como uma viagem no tempo emocionante contando histórias do quotidiano de um povo, que ficam retidas na memória da cidade e dos veículos da CARRIS.

Em termo estratégicos, 2016 foi um ano de foco no reforço da presença e abrangência do programa do Serviço Educativo do Museu, com uma ação educativa vocacionada e adaptada a públicos variados – crianças, jovens, escolas, famílias, adultos e públicos com necessidades específicas, procurando consciencializar o público para a existência do espólio e do património da CARRIS, bem como a sua importância na evolução da morfologia da cidade, do desenvolvimento tecnológico e sua história. Destacam-se neste ano, o alargamento do programa das festas de aniversário para crianças aos domingos e, a realização de diversos workshops técnicos sobre os mais variados temas que procuram trazer mais dinamismo à atividade regular do Serviço Educativo e captar públicos diferenciados.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Em termos globais o Museu da CARRIS apresentou um crescimento de 18% no número de visitantes, o que se traduziu numa receita de bilheteira de 36.254,10€. Ao nível da receita obtida com o Serviço Educativo esta também teve um acréscimo na ordem dos 21,82%, resultado da dinâmica implementada e que se espera que se prolongue no ano de 2017.

No que respeita ao espaço Galeria, em 2016, o Museu da CARRIS recebeu as seguintes exposições:

- Exposição do espólio do próprio Museu (1 a 30 de abril);
- Exposição “Cadeira BUS”, cadeira decorada pelas Mães acolhidas na Casa de Santa Isabel, da IPSS Apoio à Vida, no contexto do Projeto Darte (1 a 30 de abril);
- Exposição “Nem uma partida, nem uma chegada”, de Carlos Medeiros, curador António Pedro Mendes (3 de junho a 5 de agosto);
- Exposição “Zona Estreita | a Transtejo e a travessia fluvial” (3 de outubro a 2 de dezembro).



gestão

## 5. GESTÃO CORPORATIVA

O modelo organizacional implementado a partir de maio de 2015 teve como principal característica a concentração das áreas de Gestão Corporativa e de suporte, constituídas por equipas transversais integrando colaboradores das quatro empresas (CARRIS, Metro, Transtejo e Soflusa). Este modelo foi mantido até ao final de 2016.

### 5.1. Segurança (*Security*)

#### 5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho

No âmbito das principais atuações, durante o ano de 2016, foram prioritárias as ações de avaliação dos riscos profissionais e de observação das condições de trabalho (nomeadamente a identificação de tarefas/condições perigosas, bem como a natureza e tipo de exposição e, ainda, o efeito de medidas de prevenção implementadas ou a implementar).

Nesse sentido foram elaborados Relatórios Técnicos, versando a Avaliação das Condições de Trabalho, em diferentes locais, bem como apreciados e avaliados Riscos Profissionais de Postos de Trabalho, em ligação com as hierarquias dos colaboradores. A conceção e implementação de diversas ações de formação e de sensibilização no âmbito da Saúde e Segurança no Trabalho envolveu, também, esforços significativos.

De sublinhar que a necessidade de implementação de uma aplicação informática para a área da Segurança e para a área da Saúde no Trabalho, da Empresa, levou à afetação de recursos significativos, a prosseguir em 2017.

Sobre o processo de consulta aos trabalhadores, como previsto na legislação em vigor, foi proposta e aceite superiormente a criação da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho (CSST), com a nomeação em 2017 de representantes pela Empresa e de representantes eleitos pelos trabalhadores.

Por último destaca-se o apoio dado à Carrisbus, no âmbito da Segurança do Trabalho.

#### 5.1.2. Sinistralidade

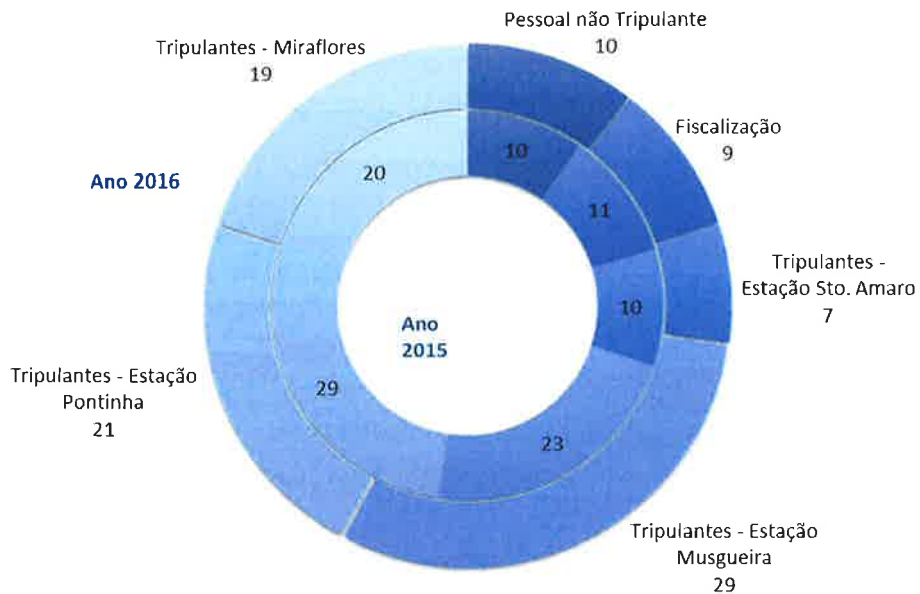
No âmbito da análise à sinistralidade laboral procurou-se apreciar a tipologia dos sinistros, atividades, funções e instalações, com eles relacionados, com vista a potenciar a identificação, o controlo, a redução e / ou a eliminação das condições perigosas ou dos atos inseguros que estiveram na origem dos Acidentes de Trabalho (AT) registados.

Na comparação dos AT 2015-2016, observou-se um aumento global de cerca de 7%, com a distribuição que se apresenta por áreas funcionais: Tripulantes – associados às respetivas Estações (*Santo Amaro, Miraflores, Pontinha e Musgueira*), Agentes de Fiscalização Comercial e Não Tripulantes:



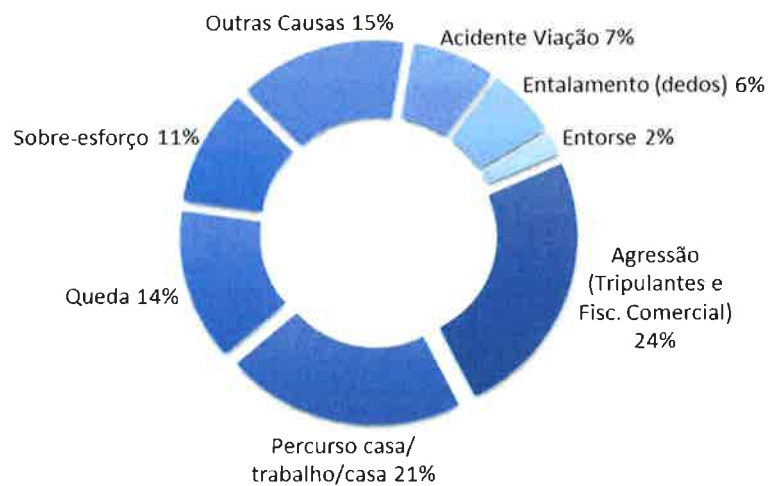
*gratias*  
*[Handwritten signatures]*

Gráfico 4 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais



**Tipologia de Acidentes de Trabalho:** na tipologia de acidentes destacam-se os casos de agressão (23 casos ≈ 24%), de queda (13 casos ≈ 14%) e de sobre-esforço (10 casos ≈ 11%), que no conjunto representam quase 50% do total, como melhor se pode apreciar no gráfico seguinte:

Gráfico 5 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho



*gráficos*  
*AK*



## 5.2. Logística e Aprovisionamentos

Em 2016, a CARRIS aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto e o normativo interno vigente.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes com valor abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º, artigo 11.º *a contrario* e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal, não tem aplicação a parte II do referido Código, foram aplicadas as Normas Gerais internas da CARRIS, garantindo os princípios da contratação pública, nomeadamente da transparência e concorrência.

De salientar, por último, que a CARRIS, em 2016, promoveu a contratação de determinados bens e serviços com agregação de entidades adjudicantes com o Metro, Transtejo e Soflusa, da qual resultou uma significativa redução de custos face ao ano anterior.

### 5.2.1. Existências em 31 de dezembro

O montante imobilizado em existências, no final do ano de 2016, teve um acréscimo de 2,3% comparativamente aos níveis registados em 2015, que decorreu de um aumento das existências de gasóleo, gás natural e outros combustíveis e lubrificantes.

Tabela 17 – Existências em 31 de dezembro

	2015	2016	Var.	
			Abs.	%
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	366.367 €	347.226 €	-19.141 €	-5,2
Outro Material (sem Bilhetes e Senhas)	720.118 €	706.592 €	-13.526 €	-1,9
<b>Sub-Total</b>	<b>1.086.485 €</b>	<b>1.053.818 €</b>	<b>-32.667 €</b>	<b>-3,0</b>
Gasóleo, Gás natural e outros combustíveis e lubrificantes	300.537 €	365.322 €	64.785 €	21,6
<b>Total</b>	<b>1.387.022 €</b>	<b>1.419.140 €</b>	<b>32.118 €</b>	<b>2,3</b>

\* Rúbricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamento, Rede Aérea, Via, Museu e Sucatas

\* Valores em Euros, preços correntes

### 5.2.2. Stock Médio e Índice de Rotação

O stock médio total registou um valor na ordem dos 1.336 milhares de euros (sem Bilhetes e Senhas), montante que traduz uma diminuição de 4,4%, a que corresponde menos 61.821 euros imobilizados em existências ao longo



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

do ano de 2016, comparativamente com o ano anterior, continuando a verificar-se a tendência de descida do stock médio ativo.

No que se refere ao Índice de Rotação, este indicador registou um acréscimo de 0,8%, devido em grande medida ao acréscimo dos custos com a rubrica Outro Material (sem Bilhetes e Senhas).

Tabela 18 – Stock Médio Ativo e Índice de Rotação

Ano	STOCK MÉDIO ATIVO EM 31 DE DEZEMBRO			CUSTOS TOTAIS			ÍNDICE DE ROTAÇÃO		
	2015	2016	Var %	2015	2016	Var %	2015	2016	Var %
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	375.494	356.173	-5,1	157.390	103.431	-34,3	0,42	0,29	-30,7
Outro Material (sem Bilhetes e Senhas)	754.371	705.581	-6,5	314.206	668.735	112,8	0,42	0,95	127,6
<b>Sub-Total</b>	<b>1.129.865</b>	<b>1.061.754</b>	<b>-6,0</b>	<b>471.596</b>	<b>772.166</b>	<b>63,7</b>	<b>0,42</b>	<b>0,73</b>	<b>74,2</b>
Gasóleo, Gás natural e outros combustíveis e lubrificantes	268.611	274.901	2,3	14.796.120	13.930.650	-5,8	55,08	50,68	-8,0
<b>Total</b>	<b>1.398.476</b>	<b>1.336.655</b>	<b>-4,4</b>	<b>15.267.716</b>	<b>14.702.816</b>	<b>-3,7</b>	<b>10,92</b>	<b>11,00</b>	<b>0,8</b>

\* Rúbricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamento, Rede Aérea, Via, Museu e Sucatas

\* Valores em Euros, preços correntes

## 5.3. Desenvolvimento da Rede

### 5.3.1. Investimento Realizado

Durante o ano de 2016 concluíram-se as obras da 3ª fase da Obra de Conservação e Beneficiação do Elevador de Stª Justa. Os trabalhos desta 3ª fase corresponderam a uma intervenção de recuperação das fachadas da Torre voltadas para os lados do Largo do Rossio e da Rua do Carmo. Os trabalhos abrangeram essencialmente trabalhos de reparações metálicas, decapagens e pinturas do exterior da Torre.

### 5.3.2. Projetos de Rede de Transportes

Durante o ano de 2016, foram elaborados estudos/análises para implementação de projetos futuros, nomeadamente:

- Estudo de Reflexão Estratégica sobre o posicionamento futuro dos Transportes de Lisboa, com particular destaque para a rede da Carris;
- Reestruturação da rede da Carris/CML, com o apoio da empresa de consultoria em transportes TRENMO;
- Projeto europeu designado ZeEUS, do consórcio da UITP e fabricantes/operadores, acerca do Autocarro elétrico. No âmbito deste projeto, a CARRIS realizou testes com um protótipo da Caetano Bus, enquadrado no protocolo assinado entre o Estado, a CARRIS e a Caetano Bus.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 5.4. Tecnologias de Informação

Durante o período em análise, para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração na CARRIS, foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

- Implementação de melhorias funcionais
- Implementação de projetos
- Estudo/análise para a implementação de projetos

### 5.4.1. Implementação de melhorias funcionais

A implementação de melhorias funcionais foi realizada em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:

- Portal – implementação de várias soluções, tais como: Whistleblowing (CARRIS, Metro, Transtejo e Soflusa); registo das avarias; registo e gestão da atividade diária dos colaboradores da manutenção; registo dos pedidos de horas de trabalho suplementar; desenvolvimentos de manutenção de equipamentos (baterias, reboques, órgãos rotáveis e em veículos Carristur); gestão da substituição dos equipamentos de videovigilância e gestão de dados dos colaboradores da CARRISBUS e caracterização dos artigos SAP para a manutenção.
- Implementação na plataforma Khoa do sistema de gestão de biblioteca da CARRIS e migração de dados.
- Georreferenciação das ocorrências com veículos, registadas no sistema SIGO, baseadas nos registos dos logs do sistema SAEIP.
- Gestão de Equipamentos Telemáticos – Manutenções Preventivas (Desenvolvimento TL/CARRIS).
- Sistema SAP R/3 – implementação de várias melhorias e funcionalidades referindo-se em seguida as principais:
  - Implementação de melhorias na gestão de equipamentos para integração de equipamentos da CARRIS e Grupo Transtejo;
  - Implementação da funcionalidade de alugueres.

### 5.4.2. Implementação de projetos

No que se refere à implementação de projetos, salientam-se os seguintes:

- Implementação de uma ferramenta de consultas expeditas comum (CARRIS, Metro, Transtejo e Soflusa);



92/Status  
JK R

- Renovação do posto de trabalho – aquisição de PC's (8%);
- Início do projeto de análise e diagnóstico da infraestrutura de sistemas e tecnologias de informação da CARRIS (Ótica dos sistemas orientados ao cliente externo).

## 5.5. Sistema de Gestão Integrado

A existência de uma administração comum às quatro empresas em vigor até 31 de dezembro de 2016, bem como a implementação de um novo modelo organizacional, teve impacto na reformulação de atribuições e implicações ao nível dos processos do Sistema de Gestão. Neste sentido, foi implementado um novo Sistema de Gestão, também este comum às empresas CARRIS, Metropolitano de Lisboa e Grupo Transtejo de modo a adaptá-lo à nova realidade da organização.

No que respeita à CARRIS, a empresa manteve as certificações em Qualidade e Ambiente de acordo com as normas NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001 e em Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a norma NP 4397 / OHSAS 18001, até setembro, assumindo o compromisso da sua melhoria contínua.

A CARRIS continua empenhada no cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis à Empresa em matéria de ambiente, qualidade e segurança e saúde. Relativamente a medidas de controlo operacional, destaca-se a manutenção dos licenciamentos para descarga de águas residuais em instalações e a realização de auditorias aos autocarros, elétricos e paragens que permitiu aferir a qualidade do serviço prestado.

No que à Responsabilidade Social diz respeito, foi entendido suspender a certificação existente, estando a ser analisadas as condições necessárias para a certificação da empresa, devido às alterações internas ocorridas na organização.

## 5.6. Auditoria Interna e Gestão do Risco

Durante o ano de 2016, o trabalho de auditoria interna foi partilhado pelas empresas integradas – CARRIS, Metropolitano de Lisboa, e Grupo Transtejo, e ainda das respetivas participadas (sempre que determinado pelo Conselho de Administração), pelo que houve necessidade de dividir as iniciativas realizadas, designadamente as auditorias efetuadas (planeadas e ad hoc) por estas empresas face aos recursos disponíveis.

Neste ano, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria na CARRIS:

- Auditoria aos sistemas de abastecimento e consumo de gasóleo e de controlo de acessos nas suas estações;
- Auditoria aos processos de prestação de contas dos tripulantes (em curso);
- Auditoria aos recursos humanos (em curso).



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the text "JRF - tps" and other illegible marks.

Foram ainda efetuadas ações de follow up da implementação das recomendações decorrentes dos relatórios de auditorias anteriores, como é o caso da auditoria à Perda de objeto na Carreira 754 ou a auditoria ao Museu da CARRIS.

Foi criado, em 2016, um mecanismo de whistleblowing (Canal MAIS TRANSPARÊNCIA) que contribui para promover a transparência da Organização e que consiste num canal direto de comunicação de suspeitas de fraudes, de conflitos de interesse e/ou de práticas de corrupção, de acordo com as boas práticas de GRC (Governance, Risk Management & Compliance), visando assegurar o cumprimento legal, bem como os princípios éticos e de conduta, a identificação de situações anómalas e de riscos potenciais.

## 5.7. Inovação e Desenvolvimento

No âmbito da Gestão do Conhecimento foram identificadas, em 2016, oportunidades de financiamento comunitário e promoção do intercâmbio de melhores práticas no setor de atividade.

Numa primeira fase foram identificados projetos, ainda que já em curso, aos quais fosse possível dar seguimento, por forma a efetuar transferência de know-how de novas tecnologias e métodos:

- ELIPTIC (Horizonte 2020) Eletrificação do transporte público de superfície, em cidades.
- EBSF2 (Horizonte 2020) Soluções avançadas para o aumento da eficiência e atratividade dos sistemas urbanos de autocarros.
- ZEEUS (7º Programa Quadro) Desenvolvimento de ferramentas que facilitem a decisão para a adoção de autocarros elétricos.

De referir que, através do 8.º Programa-Quadro Europeu (Horizonte 2020) para a inovação e desenvolvimento e o Portugal 2020, foram ainda identificadas oportunidades de participação em novos projetos:

- CORSEC (Horizonte 2020) - Desenvolvimento de uma ferramenta informática que permita efetuar uma análise de risco de segurança durante eventos de massas, em tempo real, incidindo sobre análises comportamentais;
- CERBERUS (Horizonte 2020) - Ferramenta empresarial de Cybersegurança para a avaliação de vulnerabilidade e gestão de sistemas e infraestruturas de transportes críticos;
- MaaSSmarTT (Horizonte 2020) - Análise das estratégias e ferramentas de Social Media que os operadores de transporte público utilizam para responder às necessidades dos utilizadores assim como ajudar no aumento da qualidade de serviço;
- Go2Market (Horizonte 2020) - Integração de informações provenientes de diferentes modos de transporte (Urbanos, Autoestrada, Internacional, etc.), por forma a dotar os operadores e passageiros de uma visão intermodal do sistema de transporte;



gestão  
H F

- InShare (Horizonte 2020) - Explorar o potencial de serviços de mobilidade partilhada, no sentido de fornecer melhor acessibilidade em zonas de menor oferta de transportes públicos e para grupos de população atualmente excluídos;
- NUMBAT (Horizonte 2020) - Melhoria do conhecimento da matriz entradas-saídas, utilizando novas tecnologias em vez de inquéritos;
- EMPOWER (Horizonte 2020) - Exploração do uso de incentivos positivos através de Smartphones e Internet que possam provocar mudanças nos modos de transporte escolhidos, levando os utilizadores a adotar trajetos diários mais sustentáveis;
- ESPRIT2 (Horizonte 2020) - Desenvolvimento de sistema de veículos elétricos ligeiros da categoria L, que podem ser acoplados para ganhar espaço. Graças a sistemas de engate pioneiros, até 8 veículos ESPRIT podem ser acoplados para uma eficiente redistribuição de frotas;
- PPS Mobilidade Urbana e Inclusiva (Portugal 2020) - Análise e monitorização da oferta e procura de transportes públicos. Definição de políticas integradas de apoio à inclusão das pessoas de mobilidade reduzida no sistema de transportes urbanos;
- Portugal 2020 – Promoção da eficiência energética nos transportes públicos coletivos de passageiros, através da aquisição de veículos novos movidos a GNC, GNL, Hidrogénio ou elétricos.

## 5.8. Relações Internacionais

A CARRIS manteve, em 2016, a sua participação, de forma ativa, em grupos de trabalho e fóruns internacionais, promovendo a partilha de práticas essenciais para o incremento do seu negócio, bem como a importação de medidas e práticas que potenciam a sua responsabilidade empresarial, interna e externa, nomeadamente, através da representatividade nas seguintes organizações:

- CEEP - “European Centre of Employers and Enterprises providing Public Services”;
- UITP - “Union Internationale du Transport Public”. A CARRIS integra e participa em diversas Comissões, destacando-se:
  - Bus Committee;
  - Commission on Business & Human Resources Management;
  - Information, Technology & Innovation Commission;
  - Light Rail Committee;
  - Marketing and Product Development Commission;
  - Transport Economics Commission;
  - Security Commission;
  - Sustainable Development Commission.



*Handwritten signature*



- IBBG – “International Bus Benchmarking Group”. A participação da CARRIS em Comissões e Grupos de Trabalho de Organizações Internacionais tem sido promovida, nos últimos anos, consolidando as relações interoperadores de Transporte, designadamente no plano internacional.

O “International Bus Benchmarking Group” foi criado em 2004, tendo a CARRIS aderido em 13 de Novembro de 2006. Este Grupo tem o apoio na promoção e coordenação de uma equipa especializada do RTSC – Centro de Investigação do “Imperial College (London)” e tem permitido uma partilha de informação específica à escala mundial e o conhecimento e interiorização de práticas e benefícios explicitados pela própria metodologia “Benchmarking”, sendo a sua atividade de investigação centrado em três temas – chave :

- Transportes públicos urbanos
- Benchmarking & medições de desempenho
- Transporte Urbano – estratégica & política

A CARRIS participou na Reunião Anual em Kuala Lumpur (julho), tendo ainda organizado a Reunião do “Steering Group” anual do grupo IBBG (Novembro), nas suas instalações. Nesta reunião foram apresentados os factos mais relevantes ocorridos na Empresa no ano anterior, assim como os principais indicadores e perspetivas para 2016-17.

A CARRIS manteve-se igualmente empenhada nas restantes atividades do IBBG, nomeadamente na recolha anual de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação nos estudos rápidos (clearinghouse) e outros da iniciativa dos membros.

## 5.9. Comunicação e Marketing

No ano de 2016 a CARRIS apostou na divulgação de campanhas de comunicação que procuraram promover a utilização do transporte público, assim como diminuir as taxas de fraude, que se apresentam elevadas e são pejorativas ao bom desempenho da organização. Com esse duplo objetivo foram realizadas ações externas, concretizadas de forma integrada e abrangendo as empresas integrantes.

Com o objetivo de promover a utilização do transporte público, numa perspetiva de intermodalidade e de otimização do serviço integrado e sustentabilidade do sistema de transporte, foram lançadas diversas campanhas, nomeadamente:

- Campanha “Grandes Eventos”, promovendo a utilização do transporte público nos eventos de grande afluência de público;
- Campanha “Dia do Transporte Público”, lançada no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, pela Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com a CARRIS, Metropolitano de Lisboa, Grupo Transtejo, CP e Fertagus, que assinalou o Dia do Transporte Público de Lisboa. A campanha promovia a utilização do



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

transporte público na cidade, através da oferta de vouchers de carregamento gratuito de passe mensal e da oferta de uma carteira para o passe.

- Campanha “Passe a Passe”, ainda no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, a Área Metropolitana de Lisboa em parceria com a Carris, Metropolitano de Lisboa, Grupo Transtejo e outros operadores de transporte desta área metropolitana, assinalaram o Dia Europeu Sem Carros com uma campanha de promoção do transporte público, na qual eram oferecidos vouchers de carregamento gratuito de passe mensal.
- Campanha “Novos Títulos Travelling”, que consistia na divulgação dos novos títulos de transporte: Travelling All Lisboa e Travelling Cacilhas.

Com o objetivo de redução da fraude, foi lançada nos meses de novembro e dezembro, em alguns autocarros que realizam a carreira 711, um projeto piloto de dissuasão da fraude através de um equipamento eletrónico, denominado TicketCheck, em parceria com a Outmind. Este sistema inovador fazia soar um alarme quando o passageiro entra no autocarro sem validar o seu título de transporte.

No seguimento do apoio dado em alguns eventos desportivos e lúdicos, a CARRIS participou da seguinte forma:

- Campanha “apoio a Portugal, através da manifestação de apoio à seleção de futebol, com incentivo à utilização do transporte público”;
- Apoio no transporte, por altura de alguns jogos de futebol, importantes, a decorrer na cidade de Lisboa;
- Apoio no transporte em eventos que mobilizaram milhares de pessoas no centro da cidade, nomeadamente o *TallShips* e o *WebSummit*;
- Apoio no transporte em eventos musicais, como concertos de várias bandas (Muse, Adele, AC DC, Scorpions, Iron Maiden), assim como em festivais (NOS Alive, Super Bock Super Rock, Rock in Rio 2016).

Durante o ano de 2016, a CARRIS desenvolveu várias parcerias – cinema, teatro, espetáculos, bailado, eventos e festivais – ao nível da divulgação, através da cedência de espaço nas redes de divulgação próprias, em contrapartida de convites para utilização em passatempos para os clientes. De igual forma, manteve a parceria com a EGEAC Festas de Lisboa, divulgando as várias iniciativas integradas nas Festas de Lisboa.

Em 2016, a CARRIS promoveu três campanhas alusivas à época natalícia, nomeadamente:

- Concertos de Natal - Ciclo de concertos realizado de 13 a 16 de dezembro, nas estações de metro, bem como numa carreira de autocarro e nas estações fluviais.
- Elétrico de Natal (em parceria com a Carristur) - Ação dedicada às escolas e crianças da Área Metropolitana de Lisboa, que consistia em viagens no “Elétrico dos Sonhos” decorado, para o efeito, com motivos natalícios. Esta ação teve uma vertente social, em que as crianças pagaram 2€ pela viagem, que no final reverteu, na totalidade, para o Banco do Bebé.
- Comboio de Natal - Ação dedicada a crianças de Instituições Particulares de Solidariedade Social e de Escolas do Ensino Básico, decorreu nos dias 6, 12 e 16 de dezembro. Na estação Alvalade, na bonita carruagem histórica – ML7 – tiveram lugar várias atividades didáticas para os mais pequenos. Em parceria com o Teatro de Carnide e Pavilhão do Conhecimento, os “pequenos clientes” encontraram várias



gestão  
R  
R

surpresas, entre as quais, teatro e experiências científicas. No final da ação tiveram possibilidade de revelar ao Pai Natal os seus desejos para a noite de Natal.

### 5.9.1. Comunicação Institucional

No âmbito da comunicação institucional da CARRIS, no ano de 2016, foram organizados os seguintes eventos:

- Assinatura do Memorando de Entendimento da transferência da titularidade da CARRIS para o universo municipal, no Museu da CARRIS, Santo Amaro
- Assinatura de protocolo autocarro elétrico na cidade de Lisboa, no Museu da CARRIS, Santo Amaro

Foram também realizadas, ao longo do ano, duas reuniões com grupos internacionais, das quais a CARRIS e o Metropolitano de Lisboa fazem parte, tendo a empresa participado na sua organização, nomeadamente IBBG 2016/2017 Steering Group Meeting e Nova 2016 Meeting.

Tendo em atenção a relação que a CARRIS mantém com parceiros nacionais e internacionais, promovendo a partilha de informação e boas práticas com os mesmos, foram realizadas algumas visitas, coordenadas pela CARRIS, sendo de salientar as seguintes: IBB Turquia, 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança/Assembleia Municipal, Delegação da Indonésia.

### 5.9.2. Comunicação Interna

No seguimento da estratégia adotada pela CARRIS, apostando na comunicação interna como um veículo facilitador na transmissão de mensagens objetivas e transparentes sobre o negócio, políticas e estratégia da gestão de topo, possibilitando assim que todos os colaboradores partilhem uma visão global sobre o progresso da empresa e participem, de forma mais ativa, utilizando os múltiplos canais de comunicação existentes.

Em 2016, foram realizadas várias iniciativas, procurando valorizar e reconhecer os trabalhadores da empresa, como, por exemplo, a cerimónia comemorativa do aniversário da CARRIS, que distinguiu os colaboradores com maior antiguidade e mais horas acumuladas de condução sem acidentes.

Destaca-se ainda a realização de ações em áreas e com objetivos tão diferentes como: a promoção da criatividade associada à sensibilização para a defesa do meio ambiente; ações de promoção de saúde e bem-estar conjugadas com uma vertente de responsabilidade social (através da doação de bens, por parte dos colaboradores, a favor de algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social); dinamização de hábitos e serviços culturais através de parcerias com várias entidades; programas de envolvimento de familiares (em particular dos descendentes) dos trabalhadores em atividades específicas em dias “especiais”.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 6. RECURSOS HUMANOS

A Gestão de Recursos Humanos, na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, em 2016, caracterizou-se pelo reforço e desenvolvimento do Capital Humano da Organização. O desempenho de 2016 pautou-se por validar a estratégia definida e assegurar a concretização dos objetivos traçados. Ainda que se tenha imprimido uma gestão sob a égide das medidas determinadas pela Lei do OE de 2016, foi possível, graças aos esforços desenvolvidos, proceder à contratação de 75 tripulantes, com vista à regularização da atividade operacional da CARRIS.

### 6.1. Evolução do Efetivo

No ano em análise, a Empresa registou uma evolução positiva do efetivo de 32 colaboradores, invertendo assim a tendência verificada nos últimos anos. Com especial enfoque na otimização do serviço público, em 2016, a saída de 26 tripulantes foi compensada pela admissão de 75 colaboradores para esta área.

As tabelas seguintes evidenciam detalhadamente a informação relativa a este indicador.

Tabela 19 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro

Ano	2014	2015	2016
Efetivo ao serviço	2.009	1.881	1.757
Outras situações:	132	114	270
Ausências superiores a 30 dias*	n.a.	n.a.	152
Pré-Reformados	2	2	2
Requisitados à Empresa	5	8	6
Regime de Cedências pela Empresa**	125	104	110
<b>Efetivo Global</b>	<b>2.141</b>	<b>1.995</b>	<b>2.027</b>

\* Retiradas do efetivo ao serviço a partir de janeiro de 2016

\*\*A generalidade das cedências são no quadro das empresas do universo CARRIS

Tabela 20 – Saídas

Ano	2014	2015	2016
Reforma por Invalidez	3	2	3
Reforma por Limite de Idade	3	7	6
Reforma Antecipada	0	0	
Falecimento	0	6	2
Pedido de Demissão	33	33	15
Demitidos	17	3	4
Revogação por Mútuo Acordo	59	95	13
Cessação de contrato a Termo	0	0	1
<b>Total de saídas</b>	<b>115</b>	<b>146</b>	<b>44</b>

As saídas por iniciativa do trabalhador assumiram especial relevância.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Tabela 21 – Distribuição funcional do efetivo

Ano	2014	2015	2016
Dirigentes + Responsáveis de Área	31	30	36
Quadros Técnicos	84	50	42
Apoio Administrativo	249	109	136
Apoio Operacional	56	74	51
Pessoal Tripulante:	1.412	1.420	1.432
Motoristas	1.285	1.285	1.296
Guarda-Freios	127	135	136
Controlo de Tráfego	55	55	58
Fiscalização	40	38	48
Manutenção	82	66	82
Outros*	132	153	142
<b>Efetivo Global</b>	<b>2.141</b>	<b>1.995</b>	<b>2.027</b>

(\*) Inclui pessoal em regime de cedência pela Empresa, requisitados e pré-reformados

As áreas da operação, fiscalização e manutenção assumem quase 90% do efetivo, com o pessoal tripulante a representar 71% do total.

## 6.2. Política Salarial

No ano em análise foi aplicado o estatuído no art.º 18º (Prorrogação de efeitos), da Secção I, Capítulo III, da Lei N.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016).

Assim, concretizou-se a reversão de 20%, por trimestre, dos efeitos da norma de redução remuneratória, tendo o seu efeito sido eliminado a partir de outubro de 2016.

Ainda de acordo com o estabelecido na LOE, a CARRIS procedeu à aplicação do regime remuneratório em vigor na Administração Pública, relativamente a algumas remunerações adicionais, bem como à não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais.

De acordo com o n.º 1 da Lei n.º 11/ 2016 de 4 de Abril – Reposição dos complementos de pensão no setor público empresarial, a partir da entrada em vigor da LOE, foi reposto o pagamento dos complementos de pensão aos reformados e sobreviventes, com efeitos a 31.03.2016.

## 6.3. Formação

A CARRIS continuou a apostar no desenvolvimento dos seus colaboradores, tornando a formação num processo contínuo e dinâmico, que visa valorizar os seus ativos, a sua função e a própria organização, potenciando o desenvolvimento das pessoas, sob o ponto de vista profissional e pessoal.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Durante o ano de 2016, decorreram diversas formações, das quais se destacam:

- Formação de Novos Tripulantes

O recrutamento de 75 novos tripulantes, motoristas e guarda-freios, implicou, em parceria com a Carristur, um esforço acrescido de formação para incrementar com celeridade a capacidade de resposta da empresa às necessidades do serviço público de transporte.

- Programa CAM – Certificado de Aptidão para Motoristas

No decurso deste ano manteve-se o programa de renovação da carta de qualificação profissional dos motoristas, mediante a renovação da formação CAM. Este programa responde à obrigatoriedade legal, determinante no acesso à atividade e qualificação dos motoristas para o desempenho da sua função.

- Formação Comportamental

No âmbito do desenvolvimento das competências comportamentais realçamos o reforço da formação das equipas de fiscalização na temática da segurança pessoal preventiva, com o objetivo de incrementar a segurança na sua atividade, prevenindo e eliminando fatores de risco em situações de conflito.

Destaque ainda para a continuação da realização de *Workshops* de *teambuilding* com o objetivo de integração dos elementos das equipas, reforçando o “espírito de equipa” e o sentimento de inclusão ao grupo.

- Programa de Inglês

A CARRIS continua a valorizar significativamente o programa de formação em Inglês reforçando o cariz transversal na organização com o seu alargamento a elementos da operação.

Esta formação passou assim a abarcar várias vertentes, nomeadamente:

- Programa individual de inglês dirigido a quadros;
- Programa especialmente dirigido às equipas de fiscalização e a guarda-freios de forma a otimizar a relação com o cliente pela diferenciação no seu atendimento.

Em resumo, em 2016, foram ministradas 32.046 horas de formação para 1.576 colaboradores, representando um acréscimo de 126% em comparação com o ano de 2015. Este aumento deve-se em grande medida ao processo de admissão de novos tripulantes e à continuidade do programa de renovação da carta de qualificação profissional dos motoristas responsáveis por 82% do total de horas de formação realizadas.



gratuito  
JK  
A



Tabela 22 – Formação

Ano	2014	2015	2016
Horas	23.882	14.195	32.046
Participantes	2.241	587	1.576
Custo (10 <sup>3</sup> Euros)	191	158	252
Taxa de Formação (%)	6,49	3,99	9,16

## 6.4. Indicadores de Prestação do Trabalho

### 6.4.1. Taxa de Absentismo

A taxa de absentismo dos trabalhadores sofreu em 2016 um acréscimo de 3,1 p.p. face a 2015, ascendendo a 12,6% do volume das horas de trabalho. As ausências ao trabalho, no ano de 2016, geraram, essencialmente pelo aumento de ausências por doença, grandes dificuldades operacionais, provocando sobrecarga de trabalho na tentativa de cumprimento do plano de oferta. A par, verificou-se um crescimento do número de colaboradores, que por motivos de saúde, deixaram de estar aptos para o desempenho da função. Não estando ausentes ao serviço, limitam significativamente a realização do serviço público.

Tabela 23 – Absentismo

Ano	2014	2015	2016
Horas	292.023	353.930	441.024
Taxa de Absentismo Global	7,86%	9,48%	12,61%

A tabela seguinte evidencia, de forma detalhada, os vetores do absentismo. As baixas por doença representam mais de 70% do total da taxa de absentismo.

Tabela 24 – Absentismo detalhado

Ano	2014	2015	2016
Doença	4,28%	5,89%	8,84%
Acidentes de Trabalho	0,55%	0,68%	1,10%
Faltas Injustificadas	0,25%	0,25%	0,32%
Faltas Justificadas	2,37%	2,35%	2,36%
AE - 33ª Cláusula, alínea "m"	0,41%	0,31%	0,00%
Taxa de Absentismo Global	7,86%	9,48%	12,61%



*Handwritten signatures and initials:*  
 2016/10/20  
 AK  
 R

#### 6.4.2. Trabalho Suplementar

O recurso ao trabalho suplementar assume um papel importante no cumprimento dos níveis de serviço público definidos. Para dar cobertura ao aumento da taxa de absentismo, bem como às saídas verificadas ao longo do ano, o recurso ao trabalho suplementar aumentou 1,37 p.p.. A admissão ao longo do ano de 75 tripulantes, para reposição do efetivo para prestação do serviço de transporte, manifestou-se claramente insuficiente para o cumprimento do nível de serviço público, com a conseqüente necessidade de recurso ao trabalho suplementar.

Tabela 25 – Trabalho suplementar

Ano	2014	2015	2016
Horas (10 <sup>3</sup> )	136,7	181,3	219,8
Custo (10 <sup>3</sup> Euros)	820	1.079	1.583
Taxa de Trabalho Suplementar	3,88%	5,34%	6,71%

#### 6.4.3. Saúde

No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, em 2016, a Empresa administrou gratuitamente a vacina da gripe aos seus trabalhadores. Em paralelo com a Agenda da Saúde 2016, realizaram-se vários rastreios de prevenção de doenças crónicas com maior prevalência na população portuguesa, nomeadamente, em comemoração do Dia Internacional da Mulher um Rastreo da Osteoporose e Circulação Venosa, no Dia Internacional do Homem um Rastreo de Prevenção do Cancro da Próstata e no Mês do Coração realizou-se a Campanha “Neste mês de maio Previna, Proteja e valorize a SUA Saúde”.

O Núcleo de Apoio Social, em parceria com o Núcleo da Saúde, teve uma intervenção privilegiada no combate ao absentismo, realizando o acompanhamento domiciliário dos trabalhadores em situação de baixa por doença, de forma alinhada com a estratégia da organização.

#### 6.4.4. Protocolos e Parcerias com outras Entidades

Em 2016, a CARRIS retomou as parcerias/protocolos de cooperação, com empresas, instituições, organismos e entidades externas. No âmbito da Responsabilidade Social interna da empresa, estas parcerias proporcionam benefícios sociais aos colaboradores da CARRIS, ao mesmo tempo que permitem aos parceiros angariar/fidelizar clientes para o seu negócio. Estas parcerias oferecem aos colaboradores da CARRIS, e respetivo agregado familiar, vantagens e condições exclusivas na utilização/aquisição de diversos produtos e serviços. Assim, foram assinados 49 protocolos inseridos nas seguintes categorias: apoio familiar e educação, desporto, domicílio e auto, saúde e bem-estar, seguros e multisserviços, turismo e lazer. Para além da divulgação das condições protocoladas, foram também comunicadas ofertas especiais, pontuais, dos parceiros.



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word 'Protato' written vertically.*

## 7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 7.1. Fluxos Financeiros

Em termos económicos, o ano de 2016 pautou-se pelo reforço da sustentabilidade operacional da CARRIS, atingindo os níveis de desempenho previstos. Os meios gerados pela atividade permitiram cumprir as obrigações resultantes da operação, assim como gerar os fluxos suficientes para fazer face aos baixos investimentos realizados.

No que concerne aos fluxos de investimento, importa salientar a redução dos níveis de investimento, consolidando a tendência de desinvestimento dos últimos anos.

Tabela 26 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10<sup>3</sup>€)

Ano	2014	2015	2016
Fluxo das Atividades Operacionais	6.738,1	3.095,3	7.578,7
Fluxo das Atividades de Investimento	-3.365,9	-2.573,0	-627,1
Fluxo das Atividades de Financiamento	-31,8	1.928,8	-860,5
Destacando-se os seguintes movimentos (*):			
Utilizações de financiamentos não correntes	458.100,0	-	9.500,0
Utilizações de financiamentos correntes	1.592.405,8	-	-
Realizações de capital	-	115.980,4	60.914,9
Reembolsos de financiamentos não correntes	-79.400,0	-86.900,0	-59.700,0
Reembolsos de financiamentos correntes	-1.929.218,3	-644,3	0,0
<b>Variação de Caixa e seus equivalentes</b>	<b>3.340,4</b>	<b>2.451,2</b>	<b>6.091,1</b>

(\*) Não corresponde à globalidade dos movimentos.

No que respeita aos fluxos das atividades de financiamento destaca-se a dotação de capital efetuada, em 2016, pelo Acionista, em cerca de 61 milhões de euros, associada à amortização de empréstimos que ocorreram ao longo do ano.



gestões  
R R

## 7.2. Investimento Realizado

A realização do plano de investimentos para 2016 manteve-se condicionada por restrições financeiras comuns aos últimos anos, mantendo-se praticamente confinada a investimentos considerados inadiáveis.

A quase totalidade dos 2,5 milhões de euros de investimento realizado em 2016 diz respeito, quase exclusivamente, a grandes reparações nos veículos da frota de serviço público (cerca de 85%).

Tabela 27 – Investimentos (10<sup>3</sup>€)

Ano	2013	2014	2015	2016
Frota de Autocarros	1.630	1.832	1.928	1.904
Grandes Reparções	1.600	1.762	1.822	1.862
Outros	30	70	106	42
Frota de Eléctricos	498	783	300	261
Grandes Reparções	426	552	287	254
Outros	72	231	13	6
Infraestruturas	168	174	128	43
Grandes Reparções de Linha e Rede Aérea	165	174	128	43
Outros	3	0	0	0
Edifícios	88	255	446	223
Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração	83	117	49	2
Outros Investimentos Corpóreos	103	292	130	72
<b>Total Investimentos não Financeiros</b>	<b>2.570</b>	<b>3.453</b>	<b>2.981</b>	<b>2.504</b>
Investimentos Financeiros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.570</b>	<b>3.453</b>	<b>2.981</b>	<b>2.504</b>

Contudo, estes investimentos não impediram o aumento das taxas de imobilização, sobretudo na frota de eléctricos, para níveis que não possibilitaram a realização do serviço programado (ao qual a CARRIS se encontra obrigada pela prestação de serviço público).



*jpato*  
H Q

### 7.3. Estrutura Patrimonial

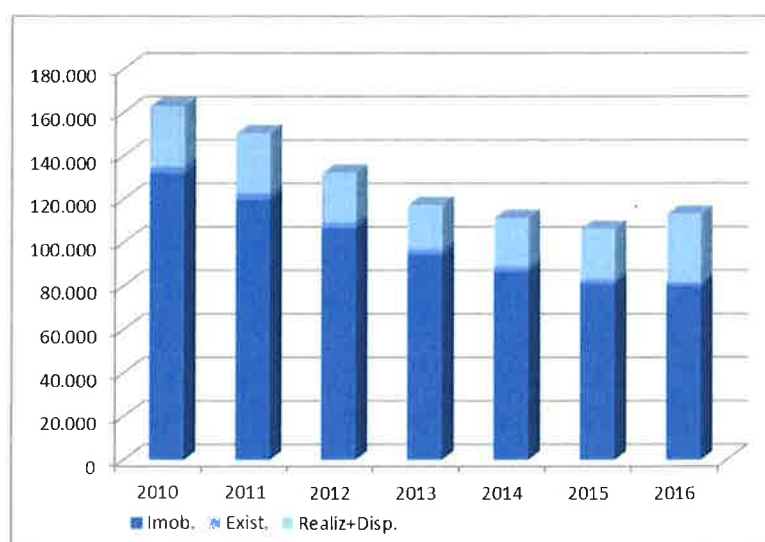
Tabela 28 – Variação do Património (10<sup>3</sup>€)

Ano	2014*	2015	2016	Var. 2016/2015		
				Abs.	%	
<b>Ativo</b>						
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	79.206	71.979	68.873	-3.106	-4,3	
Participações e Outros Ativos Financeiros	7.461	9.002	11.144	2.142	23,8	
Ativo Corrente - Inventários	2.188	1.843	1.505	-338	-18,3	
Ativo Corrente - Outros e Disponibilidades	22.389	23.260	31.503	8.244	35,4	
<b>Total</b>	<b>111.243</b>	<b>106.084</b>	<b>113.026</b>	<b>6.941</b>	<b>6,5</b>	
<b>Capital Próprio e Passivo</b>						
Capital Próprio	-924.281	-834.414	-740.429	93.985	-11,3	
Provisões	23.291	43.256	56.252	12.996	30,0	
Passivo não Corrente (Outro)	824.255	692.761	8.676	-684.085	-98,7	
Passivo Corrente	187.979	204.482	788.527	584.045	285,6	
<b>Total</b>	<b>111.243</b>	<b>106.084</b>	<b>113.026</b>	<b>6.941</b>	<b>6,5</b>	

\* Valores reexpressos

Como o valor do investimento realizado foi inferior às amortizações praticadas no exercício, verificou-se uma redução do Ativo Fixo Líquido (-3,1M€). No entanto, registou-se um aumento da globalidade do Ativo na ordem dos 6,9 milhões de euros face a 2015, em grande parte devido ao aumento do valor das disponibilidades no final do ano.

Gráfico 6 – Ativo (10<sup>3</sup>€)



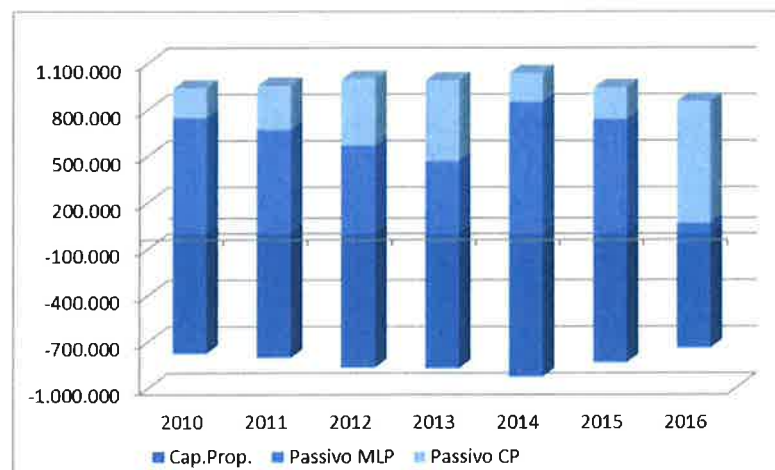
*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Os Capitais Próprios apresentam uma variação de +94 milhões de euros, refletindo o efeito conjugado do aumento de Capital (103,4M€) e da variação do resultado líquido do exercício (+14M€ face a 2015).

No exercício de 2016 o Passivo registou um decréscimo global de 87 milhões de euros, essencialmente resultante de:

- Redução de 90 milhões de euros (-12%) no valor do Passivo Remunerado, pela amortização do financiamento, através de dotações de capital;
- Acréscimo da rubrica “Provisões” em 13 milhões de euros, essencialmente em virtude do reforço da provisão criada em 2013 para fazer face a encargos com um instrumento financeiro de cobertura de risco, cujo pagamento continuou suspenso por indicação da Tutela Financeira e que se manteve em processo litigioso aguardando decisão;
- Acréscimo de 1,1 milhões de euros nas responsabilidades com pensões de reforma, registado na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós-emprego”, resultante do impacto da atualização da taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para apuramento das responsabilidades futuras e da reposição integral dos complementos de pensão de reforma.

Gráfico 7 – Capital Próprio e Passivo (10<sup>3</sup>€)



#### 7.4. Gestão De Risco Financeiro

A CARRIS apresenta em 2016 uma estrutura financeira pouco equilibrada, com capitais próprios significativamente negativos e insuficiência de meios libertos pela exploração para fazer face ao investimento necessário e ao serviço da dívida, pelo que a empresa continua dependente de financiamento do acionista ou de recurso a financiamento bancário.



*gpst-to*  
*At E*



Em 2016 para financiar o serviço da dívida, o acionista procedeu ao aumento de capital através de dotações no montante de 103 milhões de euros, sendo que destes 60,9 M€ destinaram-se a financiar os encargos da dívida junto da banca comercial e o restante para conversão do serviço da dívida à DGTF, o que permitiu inverter a tendência de crescimento do passivo remunerado com reflexo nos gastos efetivos suportados pela empresa com os seus financiamentos.

De igual modo, a redução da taxa de juro do financiamento obtido, em 2014, junto do Estado Português (DGTF), face à do crédito bancário de Curto Prazo que se vinha obtendo na banca comercial, traduziu-se num decréscimo dos gastos financeiros, conforme evidencia o quadro seguinte.

A publicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro, determina a municipalização da Empresa, assumindo o Município de Lisboa as competências e atribuições referentes ao serviço público de transporte coletivo de passageiros e a posição contratual do Estado, a partir de 1 de fevereiro de 2017. Nos termos previstos no referido Decreto-Lei, o Estado assume as obrigações financeiras da Carris em 31 de dezembro de 2016, nomeadamente em relação à dívida financeira existente no balanço, aos complementos de pensões dos trabalhadores e às eventuais responsabilidades de contratos de derivados financeiros com instituições financeiras, bem como a quaisquer responsabilidades relacionadas com os procedimentos de Concurso relativo ao Contrato de Subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Carris, nomeadamente os associados à anulação do referido contrato.

Tabela 29 – Evolução do Serviço da Dívida

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de juro efetiva (%)	2,76	3,12	3,37	3,04	1,80	1,86
Juros suportados (10 <sup>6</sup> Euros)	32,30	40,20	42,60	36,40	22,35	10,36

De referir que entre 2005 e 2007, face à subida das taxas de juro, a empresa contratou quatro instrumentos financeiros para cobertura do risco (derivados), operações apresentadas com detalhe na Nota 16 do Anexo às demonstrações financeiras.

## 7.5. Resultados Globais da Empresa

O ano de 2016 caracterizou-se pela perda de passageiros de serviço público, na ordem dos -2,9%, com maior reflexo no modo autocarro (-3%). Tal como referido anteriormente, a redução dos níveis de oferta aliada ao aumento do trânsito na cidade, contribuíram para estes resultados. Neste sentido, assistiu-se a uma redução de Veículos x Km oferecidos, resultante do ajustamento da oferta à disponibilidade de meios (pessoal tripulante e frota). Este facto justifica a redução de alguns custos variáveis de exploração.

De referir ainda, que o período em análise manteve-se condicionado por fortes limitações orçamentais, tendo sido iniciada, durante o ano de 2016, a reversão de algumas medidas, como é o caso das suspensões de componentes



gplatas

salariais. No entanto, deu-se continuidade à política de redução de custos, mantendo-se condicionadas as contratações.

Face ao exposto os resultados da CARRIS foram os que se apresentam no quadro seguinte:

Tabela 30 – Demonstração de Resultados por Funções (10<sup>3</sup>€)

Ano	2015	2016	Var. 2016/2015	
			Abs.	%
Vendas e serviços prestados	94.628	97.237	2.609	2,8
Custo das vendas e dos serviços prestados	-84.546	-78.323	6.223	7,4
<b>Resultado bruto</b>	<b>10.082</b>	<b>18.914</b>	<b>8.832</b>	<b>87,6</b>
Outros rendimentos	3.532	6.899	3.367	95,3
Gastos de distribuição	-4.234	-4.270	-36	-0,9
Gastos administrativos	-7.617	-5.362	2.254	29,6
Gastos de investigação e desenvolvimento	0	0	-	-
Outros gastos	-9.694	-8.069	1.625	16,8
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-7.930</b>	<b>8.111</b>	<b>16.042</b>	<b>202,3</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-13.606	-15.207	-1.600	-11,8
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-21.537</b>	<b>-7.095</b>	<b>14.441</b>	<b>67,1</b>
Imposto sobre o rendimento do período	321	226	-95	-29,6
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-21.216</b>	<b>-6.869</b>	<b>14.346</b>	<b>67,6</b>

A CARRIS apresentou, em 2016, um Resultado Líquido antes de impostos de -7.095 milhares de euros contra -21.537 milhares de euros verificados no ano de 2015. Esta evolução ficou a dever-se ao aumento dos rendimentos e, essencialmente, à diminuição dos gastos de exploração, com a evolução destes últimos a ter um forte impacto negativo na atividade da Empresa ao nível da prestação do serviço público, dados os motivos associados ao decréscimo dos gastos de exploração.

Na vertente operacional, o ano de 2016 foi um ano de continuidade na prossecução das diretrizes fixadas pelo acionista, com vista a assegurar a sustentabilidade da Empresa minimizando o apoio financeiro do Estado. Nesse sentido, prosseguiu-se a política já iniciada de operar com o Metropolitano de Lisboa e a Transtejo e Soflusa, em regime de complementaridade, não só no que se refere à prestação do serviço público, mas também no que se refere à gestão dos recursos e sinergias geradas pela contratação conjunta de bens e serviços.

Sintetizando os pontos que caracterizaram o ano em apreço, há que salientar:

- A redução da procura e oferta, mas acréscimo das receitas de serviço público;
- A não atribuição por parte do Estado de compensação à realização do serviço público. Foram apenas transferidas verbas para compensar as tarifas sociais 4\_18, sub\_23 e social+;



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

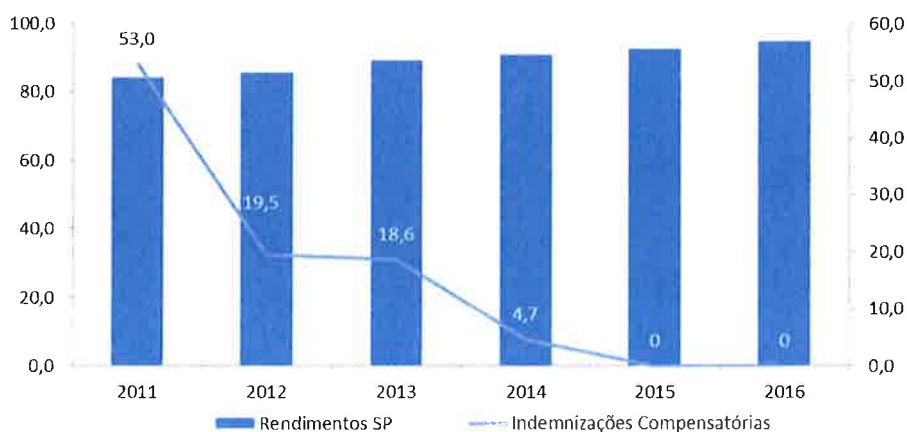
- A redução de 6,2 milhões de euros nos gastos de exploração de serviço público, que resulta da já mencionada quebra do serviço e o reforço da política de redução de efetivo;
- Registo de 18,4 milhões de euros em provisões para cobertura de riscos e encargos relativos a instrumentos financeiros de cobertura de risco que se encontram em contencioso;
- A manutenção de níveis reduzidos de investimento, incompatíveis com o envelhecimento da frota, colocando em risco a sustentabilidade operacional da empresa a curto / médio prazo.

### 7.5.1. Evolução de Rendimentos e Gastos de Exploração

Da análise da evolução do esforço financeiro do Estado no último quinquénio, verifica-se que este se reduziu de forma contínua desde 2011, sendo que desde 2015 as Indemnizações Compensatórias foram totalmente suprimidas.

Na Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março (Lei do OE 2016) e na Resolução do Conselho de Ministros N.º 37-B/2016, foram definidas as verbas a transferir, do Orçamento de Estado 2016 para a Empresa, a título de compensação por passes 4\_18, sub23 e social +, e subsídios ao investimento, facto verificado no decorrer do referido período.

Gráfico 8 – Evolução dos Rendimentos e Indemnizações Compensatórias (10<sup>6</sup>€)



O gráfico acima ilustra o crescimento dos rendimentos de serviço público (mais 16 milhões de euros em 2016 que em 2010). Evidencia ainda a significativa redução do montante de Indemnizações Compensatórias atribuídas à Empresa, assinalando-se a sua supressão total a partir de 2015.



*Handwritten signature and initials:*  
R. Pinto  
R

### 7.5.2. Resultados por Explorações de Transporte Público

Analisando o quadro abaixo, verifica-se que o grau de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos de serviço público aumentou em ambos os modos.

Tabela 31 – Resultados por Exploração Antes de Subsídios (10<sup>3</sup>€)

	Modo Autocarro				Modo Elétrico			
	2014	2015	2016	Var. (%) 2016 / 2015	2014	2015	2016	Var. (%) 2016 / 2015
Rendimentos do Serviço Público <sup>(1)</sup>	75.314	76.057	77.504	1,9	13.323	14.387	15.339	6,6
Gastos Operacionais <sup>(2)</sup>	80.681	76.830	70.580	-8,1	10.290	10.581	10.236	-3,3
Resultado de Exploração Serviço Público	-5.367	-772	6.923	796,4	3.033	3.806	5.103	34,1
Grau de Cobertura % <sup>(1)/(2)</sup>	93,3	99,0	109,8	10,8 p.p.	129,5	136,0	149,9	13,9 p.p.

Os rendimentos do serviço público sofreram um ligeiro aumento face a 2015, contrapondo o decréscimo nos gastos operacionais, com especial enfoque para o Modo Autocarro (-8,1%).

No tocante ao modo autocarro, a expressiva redução dos gastos operacionais ficou a dever-se à redução das suas principais naturezas de gastos, nomeadamente, combustíveis (-1,2 M€) e depreciações de veículos e órgãos (-1 M€).

### 7.5.3. Rendimentos Totais por Natureza

Os rendimentos totais registaram um aumento na ordem dos 0,2% face ao período homólogo, devido, sobretudo, ao efeito do justo valor dos instrumentos de cobertura de risco.



*Handwritten signatures and initials, including the name 'Costas'.*

Tabela 32 – Rendimentos Totais por Natureza (10<sup>3</sup>€)

	2014	2015	2016	Var. (%) 2016 / 2015
Passes <sup>(1)</sup>	56.983	57.489	58.691	2,1
Pré-comprados	22.097	22.979	23.705	3,2
Tarifa de Bordo	11.902	12.476	13.069	4,7
<b>Rendimentos de Serviço Público</b>	<b>90.982</b>	<b>92.944</b>	<b>95.464</b>	<b>2,7</b>
Indemnização Compensatória	4.717	0	0	-
Trabalhos para a Própria Empresa	179	76	43	-42,8
Outros Rendimentos	5.147	5.141	8.629	67,8
Juros e Rendimentos Similares <sup>(2)</sup>	141	26.640	20.889	-21,6
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>101.166</b>	<b>124.800</b>	<b>125.024</b>	<b>0,2</b>

(1) Inclui a compensação pelos subsídios 4\_18, sub23 e Social+ (2,6M€ em 2016, 2,5M€ em 2015, 2,4M€ em 2014)

(2) Inclui a variação do justo valor (MtM) dos instrumentos financeiros para cobertura do risco

Apesar da diminuição de passageiros verificado no ano de 2016, registou-se um aumento de receita de cerca de 2,5 milhões de euros.

Os 224 milhares de euros de aumento dos Rendimentos Totais são explicados pela variação das seguintes componentes:

- Aumento de rendimentos de Serviço Público;
- Redução da provisão efetuada anteriormente por efeito do acordo estabelecido com a entidade credora, relativamente a um instrumento financeiro;
- Variação do justo valor (MtM) dos instrumentos financeiros para cobertura do risco a 31 de dezembro de 2016.

#### 7.5.4. Gastos Totais por Natureza

A evolução dos gastos totais por natureza em que a empresa incorreu nos anos de 2014, 2015 e 2016 estão detalhados no quadro seguinte:



*gestão*  
*RL*

Tabela 33 – Gastos Totais por Natureza (10<sup>3</sup>€)

	2014*	2015	2016	Var. (%) 2016 / 2015
Gastos com Pessoal	56.908	57.819	50.818	-12,1
Consumos	17.869	15.503	15.104	-2,6
Fornecimentos e Serviços Externos	20.408	20.212	20.264	0,3
Gastos Diversos	571	664	650	-2,0
<b>Gastos de Funcionamento</b>	<b>95.756</b>	<b>94.198</b>	<b>86.836</b>	<b>-7,8</b>
Depreciações, Imparidades e Provisões	16.081	11.893	9.188	-22,7
Juros e Gastos Similares**	49.660	40.246	36.095	-10,3
<b>Gastos Totais</b>	<b>161.497</b>	<b>146.337</b>	<b>132.120</b>	<b>-9,7</b>

\* Valores reexpressos conforme NOTA 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras

\*\*Considerados valores relativos ao aumento da provisão para processos judiciais em curso

Os gastos de funcionamento em 2016 registaram um decréscimo de 7,8% face a 2015, facto que ficou a dever-se à variação substancial no que se refere a gastos com pessoal e consumos.

Relativamente aos gastos com pessoal, assistiu-se a um decréscimo de 12%, em grande medida relacionado com a redução de gastos com as indemnizações resultantes do programa de redução de efetivos. O quadro abaixo, analisa a rubrica de gastos com pessoal, expurgando o efeito do registo da variação das responsabilidades com pensões.

Tabela 34 – Gastos com Pessoal (10<sup>3</sup>€)

GASTOS COM PESSOAL	2014	2015	2016	Var. 2016 / 2015 (%)	Un: 10 <sup>3</sup> € Var. 2015 / 2014 (%)
Gastos com Pessoal (DRN)	56.908	57.819	50.818	-12,1	1,6
Efeito das responsabilidades com pensões de reforma	-1.503	-752	4.373	-681,5	-50,0
<b>Gastos com Pessoal sem o efeito das responsabilidades com pensões de reforma</b>	<b>55.405</b>	<b>57.067</b>	<b>55.190</b>	<b>-3,3</b>	<b>3,0</b>

(\*) Os valores integram gastos com rescisões no montante de 0,8 M€ em 2016, 6,3 M€ em 2015 e 2,4 M€ em 2014.

Importa referir que, em 2016, foram repostos os pagamentos de complementos de reforma na sua totalidade, ascendendo os pagamentos de complementos de reforma a 6.901 M€, tendo sido considerado como gasto na demonstração dos resultados o montante de 2.529 M€.



*Handwritten signatures and initials.*



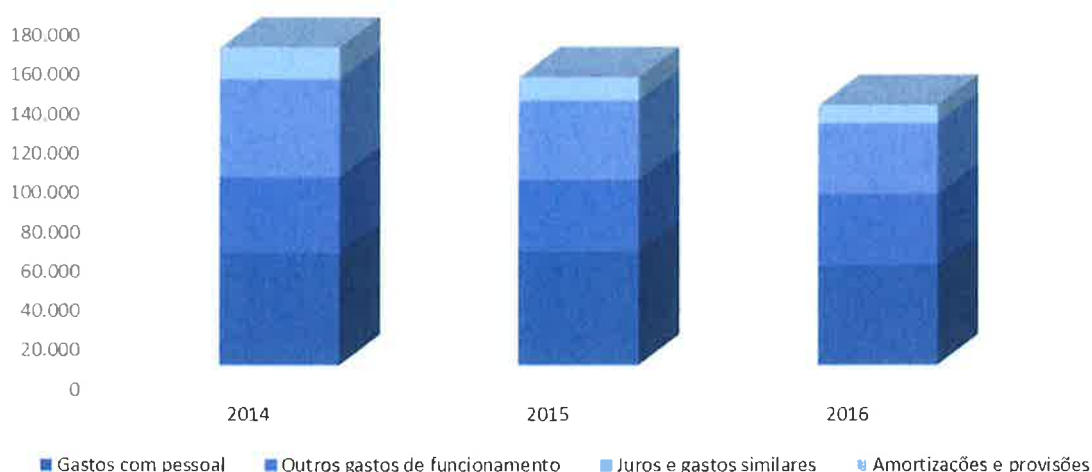
No que respeita aos gastos com consumos, salienta-se o decréscimo que se verificou no consumo de combustíveis, na ordem dos 8%.

Relativamente a gastos com fornecimentos e serviços externos, importa salientar que as rubricas que contribuíram para o seu aumento foram: Manutenção da frota e equipamento oficial, Comunicações e Vigilância e Segurança.

De referir ainda, a alteração da apresentação da demonstração de resultados, evidenciando as provisões relativas ao processo judicial com uma instituição financeira.

O gráfico seguinte mostra a evolução registada pelas grandes rubricas de gastos no período 2014 a 2016.

Gráfico 9 – Evolução dos Gastos Totais



Conforme se demonstra no quadro seguinte, a CARRIS, em 2016, atingiu a redução global de 37% do valor de gastos operacionais relativamente a 2010.

Tabela 35 – Plano de Redução dos Gastos (10<sup>3</sup>€)

	2010	2015	2016	Var. (%) 2016/2010
Consumos	21.034	15.503	15.104	-28,2
Fornecimentos e Serviços Externos	29.406	20.212	20.264	-31,1
Gastos com Pessoal**	83.509	51.380	49.591	-40,6
<b>TOTAL</b>	<b>133.949</b>	<b>87.095</b>	<b>84.959</b>	<b>-36,6</b>

\* Valores reexpressos conforme NOTA 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras

\*\* Expurgados dos efeitos salariais decorrentes das reversões das reduções remuneratórias e indemnizações pagas por rescisão



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word 'gestão' written vertically.*

## 7.6. Produtividade

A diminuição de efetivo médio implicou dificuldades acrescidas no cumprimento do serviço programado, resultando numa evolução negativa dos indicadores de produtividade analisados.

Tabela 36 – Indicadores de Produtividade

	2014	2015	2016	Var. (%) 2016/2015
Lugares-km 10 <sup>3</sup> / Efetivo Médio*	1.096	1.052	1.011	-4,0
Veículos-hora / Efetivo Médio	1.034	1.055	1.034	-1,9
Veículos-km / Efetivo Médio	14.487	14.708	14.229	-3,3

\*Calculado com base no dimensionamento de lugares em pé de 4 passageiros/m<sup>2</sup> na lotação dos veículos

No que respeita à área operacional regista-se um défice de tripulantes que não permitiu à empresa cumprir a oferta programada.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 8. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2016.

Tabela 37 – Grelha das boas práticas de governação societário

Relatório do Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	S	N	S	N		
<b>I. Sumário Executivo</b>	✓		✓		3	
<b>II. Missão, objetivos e políticas</b>	✓		✓		4	
<b>III. Estrutura de Capital</b>	✓		✓		8	
<b>IV. Participações Sociais e Obrigações detidas</b>	✓		✓		9	
<b>V. Órgãos Sociais e Comissões</b>	✓		✓		13	
A. Mesa da Assembleia Geral	✓		✓		13	
B. Administração e Supervisão	✓		✓		14	
C. Fiscalização	✓		✓		27	
D. Revisor Oficial de Contas	✓		✓		34	
E. Auditor Externo	✓		✓		35	
<b>VI. Organização Interna</b>	✓		✓		36	
A. Estatutos e comunicações	✓		✓		36	
B. Controlo interno e gestão de Riscos	✓		✓		38	
C. Regulamentos e códigos	✓		✓		47	
D. Deveres especiais de informação	✓		✓		55	
E. Sítio de internet	✓		✓		56	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	✓		✓		57	
<b>VII. Remunerações</b>	✓		✓		59	
A. Competência para a determinação	✓		✓		59	
B. Comissão de fixação de remunerações	✓		✓		60	
C. Estrutura das remunerações	✓		✓		60	
D. Divulgação das remunerações	✓		✓		63	
<b>VIII. Transações com partes relacionadas e Outras</b>	✓		✓		66	
<b>IX. Análise da Sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental</b>	✓		✓		69	
<b>X. Avaliação do Governo Societário</b>	✓		✓		79	

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a CARRIS disponibiliza, ainda, esta informação no sítio eletrónico da empresa, na sua intranet, bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do estado- [www.dgpf.pt](http://www.dgpf.pt) - mantendo-a, periodicamente, atualizada.



*Handwritten signature and initials:*  
 R  
 JP Statos  
 H

## 9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Dando cumprimento ao ofício-circular da Direção-Geral de Tesouro e Finanças - “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016”, de 27 de fevereiro de 2017, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

### a) Objetivos de Gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial, e os principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio. Face à situação de transição para a autonomização da gestão da empresa, não foi celebrado Contrato de Gestão para o mandato em curso, pelo que não é possível a explicitação de objetivos de gestão.

Tendo por base a execução do Plano de Atividades e Orçamento 2016 (PAO), aprovado pelo acionista, apresenta-se a monitorização dos principais indicadores de acompanhamento que lhe estão associados.



*R*  
*relatório*  
*R*

Tabela 38 – Objetivos de Gestão

INDICADORES DE ATIVIDADE	PAO 2016	REAL 2016	Desvio
<b>Indicadores de PROCURA</b>			
PT (Passageiros Transportados)	148.387	140.593	-5%
PKT (Passageiros x km)	464.746	440.432	-5%
<b>Indicadores de OFERTA</b>			
LKO (Lugares x km)	2.319	2.042	-12%
<b>Qualidade de Serviço</b>			
Regularidade <sup>1</sup>	100%	95%	-5%
<b>Taxa de Ocupação</b>	20%	22%	8%
<b>INDICADORES DE RH</b>			
Nº de efetivos	1.932	2.027	5%
Número médio de efetivos	1.939	2.021	4%
Massa Salarial	39.882	37.192	-7%
Rescisões por Indemnização (valor pago)	600	888	48%
<b>ESTRUTURA ACIONISTA</b>			
Total do Capital Social	429,573	382,941	-11%
Cap. Social detido pelo Estado	100%	100%	0%
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>			
Ativo não corrente	80,592	80,017	-1%
Ativo corrente	18,216	33,008	81%
<b>Total Ativo</b>	<b>98,808</b>	<b>113,026</b>	<b>14%</b>
Capital Próprio	-745,364	-740,429	-1%
Passivo	844,172	853,455	1%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>98,808</b>	<b>113,026</b>	<b>14%</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>			
Infraestruturas de Longa Duração	1,655	0,298	-82%
Renovação e Beneficiação de Frota	3,809	2,165	-43%
Outros Investimentos	1,833	0,042	-98%
<b>DESPESA DE INVESTIMENTO</b>	<b>7,297</b>	<b>2,504</b>	<b>-66%</b>
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>			
Passivo Remunerado	593,959	631,925	6%
Autonomia Financeira	-754,4%	-655,1%	-13%
Solvabilidade	-88,3%	-86,8%	-2%
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>			
Prazo médio de pagamentos (PMP)	47	51	9%
Volume de Negócios	92,992	94,635	2%
EBITDAr (ajustado) <sup>2</sup>	0,283	12,234	4217%
Margem do EBITDA	0,5%	12,9%	12,4 p.p.
Rendimentos Operacionais <sup>3</sup>	97,016	99,045	2%
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) <sup>4</sup>	94,793	83,395	-12%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	0,64	0,59	-7%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	102,3%	118,8%	16,4 p.p.

1) Nª de viagens realizadas / Nª de viagens planeadas

2) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

3) Exclui reversões e Ajustamentos

4) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos Reforma



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'JRSantos' and other illegible marks.



Relativamente ao cumprimento das orientações e objetivos estratégicos, definidos para o ano de 2016, apresentam-se as seguintes conclusões:

- Crescimento do Volume de Negócios;
- Redução significativa dos Gastos Operacionais;
- Crescimento do valor do EBITDA (ajustado);
- Articulação com o Metropolitano de Lisboa ajustando a oferta e eliminando redundâncias;
- Melhoria significativa do Resultado antes de Impostos;
- Gestão integrada dos recursos através de gestão conjunta com o Metropolitano de Lisboa e Transtejo e Soflusa;
- Introdução de ações de inovação que contribuíram para uma melhor sustentabilidade ambiental, designadamente reduzindo o consumo específico de combustível.

## b) Gestão do Risco Financeiro e Limites Máximos do Endividamento

Nos termos do DL nº 133/2013, de 3 de outubro a empresa recebeu a orientação, que cumpriu, de solicitar autorização prévia da DGTF para todas as operações de financiamento, nomeadamente contratação de novos financiamentos ou renovação dos já existentes, as quais ainda teriam de merecer parecer favorável e vinculativo do IGCP.

O Despacho n.º 101/09 – SETF de 30 de janeiro, impõe às empresas do SEE a obrigatoriedade de prestarem informação ao Ministério das Finanças relativa à contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro e estabelece ainda a obrigação de publicitação nos Relatórios & Contas das Entidades Públicas Não Financeiras (EPNF) da descrição da evolução da taxa média anual de financiamento.

No cumprimento do referido Despacho, apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual, nos últimos 5 anos:

Tabela 39 – Gestão do Risco Financeiro (€)

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	12.266.881	14.012.198	25.348.588	28.680.839	24.628.257
Taxa Média de Financiamento (%)	1,86	1,80	3,04	3,37	3,12

(\*) Encargos financeiros correspondentes ao Passivo Remunerado.

Nos termos da Lei nº 7-A/2016 de 31 de março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, a variação do endividamento da CARRIS, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, foi fixado em 1,65%.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



Tabela 40 – Passivo Remunerado (€)

Passivo Remunerado	2016	2015	2014	2013	Var. 2016/2015	
					Abs.	%
	Valores (€)					
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	631.925.000	721.514.863	813.320.187	776.720.971	-89.589.863	-12,4
... dos quais concedidos pela DGTF	429.425.000	458.100.000	458.100.000	0	-28.675.000	-6
Aumentos de capital por dotação	60.914.861	115.980.439	0	0	-55.065.578	-47
Aumentos de capital por conversão de crédito	42.512.934	0	0	0	42.512.934	100
<b>Endividamento ajustado</b>	<b>735.352.794</b>	<b>837.495.302</b>	<b>813.320.187</b>	<b>776.720.971</b>	<b>-102.142.507</b>	<b>-12,20</b>

No entanto, através da análise do quadro supra, é possível verificar que o endividamento da CARRIS tem vindo a diminuir, apresentando um decréscimo de 12% face a 2015.

### c) Prazo Médio de Pagamentos

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril é a que consta da tabela abaixo.

Tabela 41 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2016	2015	Var. 2016/2015	
			Abs.	%
Prazo (dias)	51	48	4	7,75

O aumento do prazo médio de pagamentos encontra-se em parte relacionado com dívidas às empresas do grupo. Se excluirmos as dívidas às empresas participadas (CARRISTUR), o PMP da CARRIS situa-se nos 46 dias.

O aumento da faturação por parte da CARRISTUR prende-se com o acréscimo da formação prestada aos tripulantes, quer por via da abertura da CARRIS à contratação de motoristas de serviço público, quer pelo reforço da formação contínua.

### d) Dívidas Vencidas

Mapa demonstrativo da posição em 31-12-2016 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio.



*Handwritten signature and initials.*

Tabela 42 – Dívidas Vencidas

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com Art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. De Bens e Serviços	1.090.754	46.216	162.838	534.846	3.017
Aq. de Capital	24.224	0	0	0	2.669
<b>TOTAL</b>	<b>1.114.978</b>	<b>46.216</b>	<b>162.838</b>	<b>534.846</b>	<b>5.685</b>

### e) Recomendações do Acionista

Na Assembleia Geral de 16.12.2016 foi recomendado ao Conselho de Administração que sejam tomadas as diligências necessárias com vista a:

- Extinguir as situações constantes da reserva e ênfases expressas na Certificação Legal das Contas e no Relatório dos Auditores externos;
- Reduzir o nível dos pagamentos em atraso;
- Reduzir o prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro;
- Apresentar o relatório sobre as remunerações pagas aos trabalhadores mulheres e homens, conforme previsto na RCM n.º 18/2014, de 7 de março.

O acionista Estado recomendou, também, que quanto à alteração de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos caracterizados como ativos de concessão, que advêm do contrato celebrado a 23 de março de 2015, devem ser efetuadas as devidas alterações tendo em conta o enquadramento definido no novo modelo da CARRIS.



*jpstato*  
*jk* *rk*

## f) Remunerações dos Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

Tabela 43 – Remuneração Anual dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Valor da senha fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Bruto Final (4) = (1) – (2) + (3)
2015-2017	Presidente	Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins		650,0	0	0	650,0
2015-2017	Vice- Presidente	Dra. Luísa Maria Rosário Roque		525,0	0	0	525,0
2015-2017	Secretária	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda		400,0	0	0	400,0
				1.575,0	0	0	1.575,0

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º159-A/2015, de 30 de setembro

### Conselho de Administração – Em funções até dia 7 de janeiro de 2016

Tabela 44 – Identificação dos Membros do Conselho de Administração

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Identificação Entidade	Pagadora [O/D]	
2015-2016	Presidente	Eng. Rui Lopes Loureiro	RCM	08-01-2015	n.a	n.a	D	1
2015-2016	Vogal -1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	RCM	08-01-2015	n.a	n.a	D	1
2015-2016	Vogal -2	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	RCM	08-01-2015	n.a	n.a	D	1
2015-2016	Vogal -3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	RCM	08-01-2015	n.a	n.a	D	1
2015-2016	Vogal -4	Dr. José Rui Roque	RCM	08-01-2015	n.a	n.a	D	1

(1) RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2015, de 14 de janeiro.

(2): Opção pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)



*Handwritten signatures and initials.*

Tabela 45 – Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. Rui Lopes Loureiro	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dr. José Rui Roque	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Tabela 46 – Estatuto do Gestor Público dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	1.526,07	610,43
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	A	1.526,07	610,43
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Rui Roque	S	A	1.526,07	610,43

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Tabela 47 – Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) - (4) + (5)
Eng. Rui Lopes Loureiro	5.488,14	0,00	5.488,14	792,37	207,19	4.902,96
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	6.564,54	0,00	6.564,54	949,13	248,36	5.863,77
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	4.173,70	0,00	4.173,70	602,46	157,51	3.728,75
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	6.157,59	0,00	6.157,59	890,12	232,90	5.500,37
Dr. José Rui Roque	4.580,65	0,00	4.580,65	661,47	172,98	4.092,16
			26.964,62	3.895,55	1.018,93	24.088,00

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) - Reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 69-A/2015, de 30 de setembro

Tabela 48 – Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng. Rui Lopes Loureiro	9,54	50,88	SS	1.167,89	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	39,09
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	9,54	19,08	SS	1.393,93	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	46,66
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	9,54	54,06	SS	889,23	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	29,77
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	9,54	60,42	SS	1.310,41	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	43,86
Dr. José Rui Roque	9,54	44,52	SS	974,89	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	32,63
		228,96		5.736,35	-	-		192,02



gratuito  
 R R

Tabela 49 – Gastos com Comunicações Móveis dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. Rui Lopes Loureiro	40,00	0,00	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40,00	24,19	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	40,00	69,31	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40,00	47,16	
Dr. José Rui Roque	40,00	0,00	
		140,66	

Tabela 50 – Encargos com Viaturas dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas - 2016								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual com Rendas	Prestações contratuais Remanescentes
	[S/N]	data	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[n.º]
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	20.01.2010	42.750	ALD	2010	2014	(2)	(2)	(2)
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	16.06.2011	26.318	ALD	2011	2014	(3)	(3)	(3)
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	15.01.2015	42.520	ALD	2015	2018	202,41	45,71	23
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	05.08.2010	42.822	ALD	2010	2015	(2)	(2)	(2)
Dr. José Rui Roque	S	05.03.2010	45.305	ALD	2010	2015	(2)	(2)	(2)

(1) – Aquisição, ALD, leasing ou outra

(2) – Viatura adquirida pela CARRIS no final do contrato

(3) – Viatura pertencente ao METRO, adquirida por esta empresa no final do contrato

Tabela 51 – Gastos Anuais Associados a Viaturas dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng. Rui Lopes Loureiro	190,76	41,83	0,00	41,83	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	152,61	9,63	5,78	15,41	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	152,61	6,25	0,00	6,25	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	152,61	14,04	0,00	14,04	
Dr. José Rui Roque	152,61	0,00	0,00	0,00	
				77,53	



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



Tabela 52 – Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Eng. Rui Lopes Loureiro	122,87					122,87
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	171,90					171,90
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	132,41	93,50				225,91
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	122,87					122,87
Dr. José Rui Roque	122,87					122,87
						766,42

## Conselho de Administração – Em funções após dia 7 de janeiro de 2016

Tabela 53 – Identificação dos Membros do Conselho de Administração

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Identificação Entidade	Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Eng.ª Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	DUE	07-01-2016	n.a	n.a	D	1
2017-2019	Vogal -1	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	DUE	07-01-2016	n.a	n.a	D	1
2017-2019	Vogal -2	Dr. José Realinho de Matos	DUE	07-01-2016	n.a	n.a	D	1
2017-2019	Vogal -3	Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	DUE	07-01-2016	n.a	n.a	D	1
2017-2019	Vogal -4	Dr. António Manuel Domingues Pires	DUE	07-01-2016	n.a	n.a	D	1

(1) DUE – Deliberação Social Unânime por Escrito

(2): Opção pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JR Santos' and other illegible marks.*

Tabela 54 – Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Presidente	Público
	Transtejo - Transportes do Tejo, S.A.	Presidente	Público
	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda. (até 28 de abril)	Gerente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (até 28 de abril)	Presidente	Público
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Vogal	Público
	Transtejo - Transportes do Tejo, S.A.	Vogal	Público
	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Presidente	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dr. José Realinho de Matos	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Vogal	Público
	Transtejo - Transportes do Tejo, S.A.	Vogal	Público
	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Vogal	Público
	Transtejo - Transportes do Tejo, S.A.	Vogal	Público
	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dr. António Manuel Domingues Pires	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Vogal	Público
	Transtejo - Transportes do Tejo, S.A.	Vogal	Público
	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	Vogal	Público



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Tabela 55 – Estatuto do Gestor Público dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Realinho de Matos	S	A	1.526,07	610,43
Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	A	1.526,07	610,43
Dr. António Manuel Domingues Pires	S	A	1.526,07	610,43

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Tabela 56 – Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) – (4) + (5)
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	40.832,06	0,00	40.832,06	4.587,56	1.540,08	37.784,58
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	32.522,37	0,00	32.522,37	3.659,96	1.231,61	30.094,02
Dr. José Realinho de Matos	32.626,64	0,00	32.626,64	3.670,14	1.231,61	30.188,11
Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	31.647,84	0,00	31.647,84	3.601,88	1.220,25	29.266,21
Dr. António Manuel Domingues Pires	32.448,71	0,00	32.448,71	3.659,96	1.231,61	30.020,36
			170.077,61	19.179,50	6.455,16	157.353,27

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) - Reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 69-A/2015, de 30 de setembro

Tabela 57 – Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	9,54	721,86	CGA	8.954,59	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	0,00
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	9,54	731,40	CGA	7.301,01	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	208,46
Dr. José Realinho de Matos	9,54	769,56	SS	7.217,32	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	208,54
Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	9,54	731,40	CGA	6.954,39	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	0,00
Dr. António Manuel Domingues Pires	9,54	744,12	SS	7.169,70	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	208,48
		3.698,34		37.597,01	0,00	0,00		625,48



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'José António'.

Tabela 58 – Gastos com Comunicações Móveis dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	40,00	184,61	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	40,00	320,57	
Dr. José Realinho de Matos	40,00	184,61	
Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	40,00	184,61	
Dr. António Manuel Domingues Pires	40,00	485,52	
		1.359,92	

Tabela 59 – Encargos com Viaturas dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual com Rendas	Prestações contratuais Remanescentes
	[S/N]	data	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[n.º]
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	S	05.09.2004	44.538	ALD	2004	2008	(2)	(2)	(3)
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	05.01.2010	32.384	ALD	2010	2014	(2)	(2)	(2)
Dr. José Realinho de Matos	S	15.01.2015	42.520	ALD	2015	2018	198,60	2.383,23	12
Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	16.06.2011	26.318	ALD	2011	2014	(3)	(3)	(3)
Dr. António Manuel Domingues Pires	S	05.08.2010	42.822	ALD	2010	2014	(2)	(2)	(2)

(1) – Aquisição, ALD, leasing ou outra

(2) – Viatura adquirida pela CARRIS no final do contrato

(3) – Viatura pertencente ao METRO, adquirida por esta empresa no final do contrato

Tabela 60 – Gastos Anuais Associados a Viaturas dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	190,76	1.767,43	180,88	1.948,31	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	152,61	1.094,45	167,48	1.261,93	
Dr. José Realinho de Matos	152,61	542,45	0,00	542,45	
Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	152,61	933,67	46,90	980,57	
Dr. António Manuel Domingues Pires	152,61	1.135,63	399,20	1.534,83	
				6.268,09	



*[Handwritten signatures]*

Tabela 61 – Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	18,70		96,40			115,10
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	450,91	172,65	99,20			722,76
Dr. José Realinho de Matos			0,00			0,00
Dra. Maria Helena Arranhado Carrasco Campos			0,00			0,00
Dr. António Manuel Domingues Pires	18,70		25,54			44,24
						882,10

Acrescenta-se que, em 2016, nos termos do art.º 32 do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

## CONSELHO FISCAL

Tabela 62 – Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal

Mandato (início – fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal [€]	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2015-2017	Presidente	Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	AG	19-05-2015	801,10	5
2015-2017	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	AG	19-05-2015	603,89	5
2015-2017	Vogal Efetivo	Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	AG	19-05-2015	603,89	5
2015-2017	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	AG	19-05-2015	-	5

(1) AG - Assembleia Geral

Tabela 63 – Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	4.486,28	548,75	277,18	4.214,71
Dr. José Carlos Pereira Nunes	8.412,47	569,23	341,54	8.184,78
Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	8.412,47	560,11	336,06	8.188,42
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00	0,00	0,00	0,00

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro



## ROC

Tabela 64 – Identificação do ROC

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do contrato		
2015-2017	Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Luís Alves da Cunha, ROC	74	20161408	AG	29-07-2008	23-03-2009	8	8
2015-2017	Suplente	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. Abílio Ançã Henriques, ROC	74	20161408	AG				

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Tabela 65 – Remuneração do ROC

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Luís Alves da Cunha, ROC	19.500,00	1.950,00	390,00	17.940,00	-	-	-	-	-

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º159-A/2015, de 30 de setembro

## g) Identificação e Remuneração do Auditor Externo

Tabela 66 – Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da contratação	Duração do contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & Associados SROC, Lda.	29	20161384	01-01-2017	1	0	0

Tabela 67 – Identificação e Remuneração Anual do Auditor Externo

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
BDO & Associados SROC, Lda.	29.780,00	0,00	0,00	29.780,00	-	-	-	-	-

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º159-A/2015, de 30 de setembro



*grato*



#### **h) Remunerações dos Restantes Trabalhadores**

Relativamente ao cumprimento das obrigações legais, no que respeita às remunerações dos restantes trabalhadores, o regime em vigor no exercício 2016 encontra-se detalhado no quadro resumo da alínea u).

#### **i) Estatuto do Gestor Público**

No tocante à aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, bem como o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal, a matéria encontra-se igualmente detalhada no quadro da alínea u).

#### **j) Despesas não documentadas**

No ano de 2016 não se registaram despesas não documentadas.

#### **k) Princípio de Igualdade de Género**

No seguimento da gestão conjunta da CARRIS, Metropolitano de Lisboa e Grupo Transtejo, foi assinado novo protocolo com a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), na qualidade de parceiros, ao abrigo do Acordo de Adesão, ao Fórum Empresas para a Igualdade de Género - O nosso compromisso.

Neste sentido, o Conselho de Administração, para o conjunto de empresas, assumiu os compromissos definidos de melhoria que se consubstanciam em medidas e/ou em práticas em matéria de Igualdade de Género, conforme vertidos em anexo ao Acordo de Adesão ao Fórum Empresas para a Igualdade, mediante a assinatura do mesmo, em sessões distintas, em janeiro e dezembro de 2016.

De acordo com o conjunto de obrigações comunitárias e internacionais estabelecidas para os Estados membros da União Europeia, bem como as obrigações estabelecidas a nível nacional para o Setor Empresarial do Estado no âmbito da igualdade de género, cuja prossecução apela a uma cultura efetiva de igualdade de género, cidadania e de direitos humanos nas diversas empresas e associações empresariais, é de salientar que as empresas CARRIS, Metropolitano de Lisboa, Soflusa e Transtejo, a pedido do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), com a colaboração da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), enviaram a sua resposta ao inquérito destinado a monitorizar a aplicação do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, no que se refere à implementação de



planos para a igualdade, conforme previsto no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro.

Relativamente ao cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, o respetivo relatório, no final de 2016, encontrava-se em preparação, prevendo-se a sua divulgação no início do ano de 2017.

### **l) Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção**

A CARRIS implementou a 1 de Janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009. No PPRCIC são identificadas as áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

No ano de 2016, e em cumprimento das obrigações legais, foi elaborado o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) referente ao ano de 2015.

### **m) Contratação Pública**

Em 2016, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, e pelo normativo interno vigente.

### **n) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)**

No âmbito do novo modelo organizacional, a área de gestão corporativa responsável pela Logística continuou a centralizar os procedimentos de contratação das empresas CARRIS, Metro, Transtejo e Soflusa, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços para as 4 entidades, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.



*Handwritten signature and initials in blue ink, including the word 'relatório'.*

**o) Frota Automóvel**

No cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 96.º da Lei nº 18/2016, de 13 de abril, manteve-se em 2016 o esforço de redução de gastos associados à gestão da frota de veículos do Grupo. No final de 2016 a frota de apoio da CARRIS era composta por 39 unidades.

Verifica-se que foram cumpridas as orientações do artigo 96º - n.º3, da Lei 18/2016 no que respeita à redução dos gastos com veículos de apoio às áreas operacionais e transporte individual de pessoal dirigente, assim como na redução do número de viaturas.

A informação referente aos gastos associados à gestão da frota de veículos apresenta-se tabela seguinte.

Tabela 68 – Gastos com Frota Automóvel

	2016	2015	2014
<b>FROTA AUTOMÓVEL</b>			
Nº Veículos Ligeiros	39	42	41
<b>Gastos (€):</b>	<b>99.902</b>	<b>117.401</b>	<b>204.637</b>
Combustível	28.668	32.527	43.530
Conservação e Reparação	40.425	41.636	67.666
Rendas	2.557	10.611	11.265
Seguros	11.604	15.055	19.500
Via verde	8.769	10.317	12.838
Amortizações	0	0	42.280
Impostos	5.578	7.163	7.461
Outros	2.300	93	98

**p) Plano de Redução de Gastos Operacionais**

O Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, veio estabelecer as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março, definindo os seguintes princípios financeiros para as empresas públicas:

- EBITDA tendencialmente nulo (para as empresas deficitárias);
- Redução de custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, expurgados dos efeitos salariais decorrentes das reversões das reduções remuneratórias e sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, em 15% relativamente a 2010;
- Manutenção dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e comunicações, ao nível do real de 2014 ou 2015, consoante o que apresentar o menor valor
- Redução do número de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, face a 31 de dezembro de 2015.

No cumprimento dos objetivos determinados, em 2016 foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento. O desempenho da CARRIS no exercício 2016 foi o seguinte:



Tabela 69 – Redução de gastos operacionais

PRC	2016	2015	2014*	2010	Δ Abs.	Var. %	Δ Abs.	Var. %
	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	2016/2015		2016/2010	
(0) EBITDA (€)	14.868.481	3.828.927	5.316.328	2.611.292	11.039.554	288%	12.257.189	469%
(1) CMVMC (€)	15.104.141	15.503.071	17.868.711	21.034.172	-398.930	-3%	-5.930.031	-28%
(2) FSE (€)	20.263.914	20.211.983	20.408.277	29.405.830	51.931	0%	-9.141.916	-31%
(3) Gastos com o pessoal (€)	50.817.882	57.818.961	56.907.918	83.555.229	-7.001.079	-12%	-32.737.347	-39%
(4) Indemnizações pagas por rescisão (€)	887.755	6.324.958	2.372.345	45.806	-5.437.203	-86%	841.949	1838%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias (€)	338.695	114.368	0	0	224.327	196%	338.695	-
(6) Gastos Operacionais (€) = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	84.959.487	87.094.689	92.812.561	133.949.425	-2.135.202	-2%	-48.989.938	-37%
(7) Volume de Negócios (€) (a)	94.635.290	92.155.719	90.193.383	78.309.109	2.479.570	3%	16.326.181	21%
(8) Peso dos Gastos/VN (6/7)	0,90	0,95	1,03	1,71	0	-5%	-1	-48%
Gastos com Comunicações (FSE) (b)	819.043	717.843	673.406	771.692	101.200	14%	47.351	6%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE) (c)	10.063	12.471	33.113	55.734	-2.408	-19%	-45.671	-82%
Gastos com Ajudas de custo (G C/ Pessoal)	2.459	4.229	4.455	31.264	-1.770	-42%	-28.804	-92%
Número Total RH (d)	2.032	2.101	2.207	2.780	-69	-3%	-748	-27%
Nº Órgãos Sociais (OS)	11	11	8	10	0	0%	1	10%
Nº Cargos Direção (CD)	8	9	20	28	-1	-11%	-20	-71%
Nº Trabalhadores (sem OS e CD)	2.013	2.081	2.179	2.742	-68	-3%	-729	-27%
Nº Trabalhadores/Nº CD	252	231	109	98	20	9%	154	157%
<b>Viaturas</b>								
Nº de viaturas	39	42	41	n.a	-3	-7%	n.a	n.a
Gastos com as viaturas (€) (e)	100.606	117.401	204.637	n.a	-16.796	-14%	n.a	n.a

(a) - Não inclui os Subsídios em que o Estado se substitui aos clientes no pagamento à empresa. (4\_18 / sub23 e social+).

(b) - A rubrica comunicações inclui o sistema de radiocomunicação da frota e de informação ao público.

(c) - Desde 2010, as deslocações/estadas foram restringidas à participação em reuniões periódicas dos grupos de trabalho internacionais a que a CARRIS pertence.

(d) - O efetivo está apresentado em termos médios.

(e) - Está considerada, em 2015, uma viatura em renting para utilização do CA.

\*Valores reexpressos

Em 2016, o EBITDA corrigido de provisões da CARRIS atingiu um montante de 14,9 milhões de euros, sendo que expurgado dos efeitos extraordinários representou um acréscimo de 10,3 milhares de euros face ao ano transato (2016: 12,234 M€).

O quadro anterior evidencia a evolução positiva dos gastos operacionais no período 2010- 2016, ascendendo, em 2016, a 85 milhões de euros correspondentes a um decréscimo de 48,9 milhões de euros (-37%) relativamente a 2010. Este resultado foi obtido por reduções na generalidade das rubricas.

Estes valores demonstram que a empresa excedeu, largamente, o cumprimento da meta de 15% definido pelo governo através do DLEO 2016 (artigo 96º).



*[Handwritten signature]*

### q) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Conforme previsto no artigo 86.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a CARRIS procura manter as suas disponibilidades no IGCP.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração tem vindo a submeter à apreciação do IGCP e da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, pedidos de dispensa fundamentada, referentes ao cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 03 de outubro (RJSPE).

De referir que a empresa não detém quaisquer aplicações financeiras.

### r) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A CARRIS analisou e deu resposta às Recomendações do Tribunal de Contas, constantes nos seguintes relatórios:

Tabela 70 – Relatório n.º 14/2014 - 2ª Secção - Auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos

Cumprimento das recomendações do TC do Relatório n.º 30/2009 - 2ª Secção, de 23 de setembro	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
<b>Recomendação 8:</b>					
Construção de parques de estacionamento		X			A CARRIS entende que esta recomendação ultrapassa o âmbito das suas competências, do seu objetivo social e até da sua área de intervenção geográfica, não lhe cabendo explorar e construir parques de estacionamento. Embora a Empresa o possa fazer de forma a complementar a sua atividade e em parceria com as restantes entidades interessadas, nomeadamente, câmaras municipais e outros operadores de transporte. Por outro lado, o passe "CARRIS/ML urbano + Parque 30 dias", em vigor desde 1 de janeiro de 2014, já integra o estacionamento nos parques da EMEL e EMPARK em parceria com a utilização de rede de transportes públicos da CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA.
<b>Recomendação 9:</b>					
Contagem de passageiros transportados assente nas validações registadas no sistema de Bilhética sem contacto	X			Desde janeiro de 2015 que a Empresa passou a adotar o novo modelo de contagem de passageiros, tendo por base a informação referente ao número de passageiros transportados, apurados pelas validações do sistema de bilhética.	Concluído.



72/10/10  
 H  
 F



Tabela 71 – Relatório n.º 11/2013 - 2ª Secção - Auditoria ao Desempenho de Empresas Públicas – CARRIS

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
<b>Recomendação 5:</b>					
Diminuição mais acelerada do prazo médio de pagamentos		X		A Empresa mantém o esforço de redução do PMP que se vem verificando desde 2013. Apesar dos contratos assinados com os fornecedores terem um PMP "teórico" que ronda os 40 dias sobre a data de emissão da fatura, existem dificuldades de financiamento mas também na necessidade de conferir (técnica e administrativamente) que se refletem no aumento do número de dias.	O PMP da CARRIS atingiu os 51 dias, em 2016. Contudo, excluindo o efeito das dívidas a empresas do grupo, o PMP da CARRIS situa-se em 46 dias.
<b>Recomendação 6:</b>					
Redução de gastos com o pessoal	X			Redução do efetivo de 607 colaboradores, no período 2011-2016, o correspondente a -23%.	Esta medida permitiu uma redução de 33 milhões de euros (-39%) em 2016, face a 2011.
<b>Recomendação 7:</b>					
Revisão dos Acordos de Empresa ponderando a alteração dos complementos remuneratórios pagos aos trabalhadores que contribuam para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade de desempenho		X			Desde 2011 que a Empresa está condicionada pelas consecutivas Leis do Orçamento de Estado. Logo que seja possível, a Empresa irá desenvolver um conjunto de incentivos ao aumento da produtividade e da qualidade do desempenho.
<b>Recomendação 8:</b>					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fechar os planos de pensões à admissão de novos beneficiários		X			
<b>Recomendação 9:</b>					
Redução de fornecimentos e serviços externos, atendendo aos níveis de qualidade da manutenção e à segurança dos passageiros e rodoviária	X			Foi fixada uma meta de redução de 15% dos gastos operacionais (CMVMC+FSE+GP), em 2016, face a 2010, meta essa controlada, regularmente, pela tutela financeira.	Em 2016, a CARRIS conseguiu uma redução de 31%, face a 2010, o correspondente a menos 9,1 milhões de euros.



prostatio



s) Informação divulgada no site do SEE

Tabela 72 – Informação a constar no site SEE

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S	out-2016	
Caracterização da Empresa	S	jan-2017	
Função de tutela e acionista	S	dez-2016	
Modelo de governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	mai-2016	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	mai-2016	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	mai-2016	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	mai-2016	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	mai-2016	
Esforço Financeiro Público	S	dez-2016	
Ficha Síntese	S	jan-2017	
Informação Financeira histórica e atual	S	jan-2017	
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	dez-2016	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	dez-2016	
- Outras transações	S	dez-2016	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:		dez-2016	
Económico	S	dez-2016	
Social	S	dez-2016	
Ambiental	S	dez-2016	
Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	dez-2016	
Código de Ética	S	dez-2016	



*Handwritten signatures and initials:*  
 MR  
 JRSato  
 R

## t) QUADRO RESUMO – Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento</b>					
Objetivos de gestão definidos para 2016	X			-	Ver o ponto "Objetivos de Gestão"
Gestão do risco financeiro	X			1,86%	Ver o ponto "Gestão do Risco Financeiro e Limites Máximos do Endividamento"
Limites de crescimento do endividamento	X			1,65%	Ver o ponto "Gestão do Risco Financeiro e Limites Máximos do Endividamento"
Evolução do PMP a fornecedores	X			4 dias	Ver o ponto "Prazo Médio de Pagamentos"
Atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			749.585 €	Ver o ponto "Dívidas Vencidas"
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>					
Na Assembleia Geral de 16.12.2016 foi recomendada a intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento de:					<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tendo presente a publicação do DL 86-D/2016, de 30 de dezembro, a empresa manteve para o exercício de 2016, as regras contabilísticas nos termos que tem vindo a efetuar ao longo dos anos. Atendendo a que se prevê a celebração de um novo contrato de concessão a partir de 2017, por força do referido DL, a empresa reavaliará esta matéria.</li> <li>• O DL nº 86-D/2016, de 30/12, determina a municipalização da Empresa, assumindo o Município de Lisboa as competências e atribuições referentes ao serviço público de transporte coletivo de passageiros e a posição contratual do Estado, a partir de 1.02.2017. Nos termos do citado DL, o Estado assume um conjunto de obrigações financeiras, nomeadamente em relação à dívida financeira da Carris</li> <li>• Relativamente aos instrumentos financeiros derivados celebrados em exercícios anteriores, refira-se que um dos instrumentos foi pago no exercício de 2016 e em relação a outro, foi acordado o seu pagamento</li> <li>• A empresa irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31.12.2016</li> </ul>
- Extinguir as situações constantes da reserva e ênfases expressas na Certificação Legal das Contas e no Relatório dos Auditores externos					
- Reduzir o nível dos pagamentos em atraso	X			Aumento de 230%	Ver o ponto "Dívidas Vencidas"
- Objetivo de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro;	X			Intervalo de cumprimento: Entre 36 e 41 dias PMP 2016: 51 dias	Ver o ponto "Prazo Médio de Pagamentos"
- Apresentar o relatório sobre as remunerações pagas aos trabalhadores mulheres e homens, conforme previsto na RCM n.º 18/2014, de 7 de março	X			-	Ver o ponto "Princípio de Igualdade de Género"




  
 António

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
	S	N	N.A.		
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	Não foram pagos prémios de gestão
CA - redução e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			15.600,96 €	Ver o ponto "Remunerações dos Órgãos Sociais"
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			723,31 €	
Auditor externo - redução e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			1.560,00 €	Ver o ponto "Remunerações - Auditor externo"
Restantes trabalhadores - redução e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			135.337,20 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei n.º 82-B/2014, prorrogada pelo n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	X			-	Ver capítulo "6.2. Política Salarial"
<b>EGP - Artigo 32º:</b>					
Não utilização de cartões de crédito	X			-	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	Ver o ponto "Remunerações dos Órgãos Sociais"
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	X			-	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X			-	
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013:</b>					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X			-	Ver o ponto "Despesas não documentadas"
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014:</b>					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	X			-	Ver o ponto "Princípio de Igualdade de Género"
<b>Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46º do DL n.º</b>					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			-	Ver o ponto "Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção"
<b>Contratação pública:</b>					
Apliação das Normas de contratação pública pela Empresa	X			Quanto aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Empresa cumpre as normas previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.	Ver o ponto "Contratação pública"
Apliação das Normas de contratação pública pelas participadas		X		-	
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas		X		-	



*Handwritten signature and initials.*

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
	S	N	N.A.		
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>					
Construção de parques de estacionamento		X		-	Ver o ponto "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
Contagem de passageiros transportados assente nas validações registadas no sistema de Bilhética sem contacto	X			-	Ver o ponto "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
Diminuição mais acelerada do prazo médio de pagamentos			X	-	Ver o ponto "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
Redução de gastos com o pessoal	X			-	Ver o ponto "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
Revisão dos Acordos de Empresa ponderando a alteração dos complementos remuneratórios pagos aos trabalhadores que contribuam para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade de desempenho		X		-	Ver o ponto "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fechar os planos de pensões à admissão de novos beneficiários		X		-	Ver o ponto "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
Redução de fornecimentos e serviços externos, atendendo aos níveis de qualidade da manutenção e à segurança dos passageiros e rodoviária	X			-	Ver o ponto "Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas"
<b>Parque automóvel:</b>					
N.º de viaturas	X			-3	Ver os pontos "Frota Automóvel" e "Plano de Redução de Gastos Operacionais"
Gastos com viaturas	X			-16.796 €	
<b>Gastos operacionais das Empresas Públicas</b>	X				A Empresa reduziu os seus gastos operacionais (CMVMC+FSE+Gastos com o Pessoal) de 36% no período 2016/2010, tendo superado o objetivo fixado pelo governo (15%). (Ver o ponto "Plano de Redução de Gastos Operacionais")
<b>Princípio da unidade de tesouraria (art. 86º da Lei n.º 7-A/2016 e art. 28º do DL n.º 133/2013):</b>					
Disponibilidades centralizadas no IGCP		X		-	Ver o ponto "Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado"
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado		X		-	

## Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável



*Handwritten signatures and initials, including the word 'Gastos' written vertically.*

## 10. NOTAS FINAIS

### 10.1. Considerações

O exercício de 2016, enquadrado por condições adversas, em particular ao nível da limitação de recursos humanos e materiais, o que é bem evidenciado pela generalizada redução dos gastos operacionais, condicionou a prestação do serviço público.

O EBITDA foi positivo, mas não revela sustentabilidade a prazo, dado ter ocorrido em condições de degradação acentuada do serviço prestado à cidade e de redução continuada dos investimentos necessários, em particular da renovação da frota de autocarros e de elétricos.

Desse modo, não pode deixar-se de referir que algumas das medidas de contenção de gastos que têm vindo a ser impostas nos últimos anos, não poderão continuar a persistir, dadas as implicações no serviço público prestado pela empresa.

Os resultados alcançados só foram possíveis mercê do trabalho competente e empenhado dos trabalhadores da CARRIS, sendo devida uma palavra de agradecimento àqueles que, com a sua dedicação e esforço diários, fazem desta uma empresa de referência em todo o setor e, em especial, no domínio da mobilidade urbana.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às empresas participadas CARRISTUR e CARRISBUS, pelo bom trabalho desenvolvido e pelo contributo que têm dado para o desempenho da CARRIS.

Por último, um agradecimento, também, aos diferentes titulares dos órgãos sociais que, em estreita cooperação com o Conselho de Administração, sempre trabalharam com o objetivo de assegurar o bom funcionamento da CARRIS.

### 10.2. Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento da alínea f) do número 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de -6.869.442,83€ - sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.



*JR Sá*  
*JR Sá*

pp. 2 to  
H R



Demonstrações financeiras  
e anexo

**2016**

*Handwritten signature*  
Handwritten initials

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	68.776.416,01	71.824.124,15
Ativos intangíveis	8	96.564,96	154.950,26
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	9.725.397,85	7.563.732,37
Outros investimentos financeiros	11	1.418.825,52	1.438.687,81
		<b>80.017.204,34</b>	<b>80.981.494,59</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	1.504.869,31	1.843.008,32
Clientes	13	2.256.116,75	2.310.636,04
Estado e outros entes públicos	17	1.189.325,89	1.027.625,44
Outros créditos a receber	13	13.237.258,74	11.191.827,56
Caixa e depósitos bancários	5	14.820.773,27	8.729.672,98
		<b>33.008.343,96</b>	<b>25.102.770,34</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>113.025.548,30</b>	<b>106.084.264,93</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	382.940.504,16	279.512.709,29
Resultados transitados		(1.183.298.979,33)	(1.156.600.026,11)
Excedentes de revalorização	14	63.989.511,88	61.205.774,58
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio		2.809.231,85	2.683.164,08
		<b>(733.559.731,44)</b>	<b>(813.198.378,16)</b>
Resultado líquido do período		<b>(6.869.442,83)</b>	<b>(21.215.793,54)</b>
		<b>(740.429.174,27)</b>	<b>(834.414.171,70)</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(740.429.174,27)</b>	<b>(834.414.171,70)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	56.251.635,96	43.255.915,37
Financiamentos obtidos	16	-	584.180.207,22
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	-	99.776.055,90
Passivos por impostos diferidos	10	8.676.095,41	8.804.683,84
		<b>64.927.731,37</b>	<b>736.016.862,33</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	5.438.473,98	3.627.147,14
Estado e outros entes públicos	17	1.608.777,69	1.612.930,10
Financiamentos obtidos	16	632.305.975,61	137.689.328,99
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	100.886.655,08	-
Outras dívidas a pagar	16	47.140.962,56	60.605.979,39
Diferimentos	18	1.146.146,28	946.188,68
		<b>788.526.991,20</b>	<b>204.481.574,30</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>853.454.722,57</b>	<b>940.498.436,63</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>113.025.548,30</b>	<b>106.084.264,93</b>

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2016

**O Conselho de Administração**

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias



Vogais: Dr. José Realinho de Matos

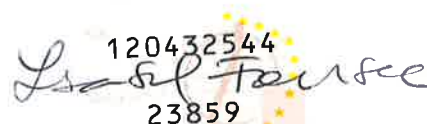


Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca





**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	20	94.635.289,88	92.155.719,39
Subsídios à exploração	20, 28	2.621.560,56	2.500.012,94
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	2.237.311,54	1.582.171,94
Trabalhos para a própria entidade		43.267,08	75.594,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(15.104.141,38)	(15.503.071,43)
Fornecimentos e serviços externos	21	(20.263.913,60)	(20.211.982,60)
Gastos com o pessoal	22	(50.817.882,42)	(57.818.961,15)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	-	(99,64)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(11.203,73)	4.169,39
Provisões (aumentos/reduções)	15	1.659.244,74	(1.580.309,20)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		(23.706,22)	(8.909,96)
Outros rendimentos	24	2.177.598,80	1.696.381,95
Outros gastos	25	(625.699,57)	(642.098,10)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>16.527.725,68</b>	<b>2.248.617,66</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(8.416.640,77)	(10.179.041,93)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>8.111.084,91</b>	<b>(7.930.424,27)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	20.888.556,19	26.639.654,01
Juros e gastos similares suportados	26, 15	(36.095.089,66)	(40.246.018,63)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(7.095.448,56)</b>	<b>(21.536.788,89)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	226.005,73	320.995,35
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(6.869.442,83)</b>	<b>(21.215.793,54)</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2016

**O Conselho de Administração**

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias



Vogais: Dr. José Realinho de Matos



Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

120432544  
  
 23859





**COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		97.237.068,04	94.628.318,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		(78.323.149,90)	(84.545.920,98)
<b>Resultado bruto</b>		<b>18.913.918,14</b>	<b>10.082.397,02</b>
Outros rendimentos		6.898.553,77	3.532.021,29
Gastos de distribuição		(4.270.303,19)	(4.234.132,72)
Gastos administrativos		(5.362.319,86)	(7.616.687,36)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		(8.068.763,95)	(9.694.022,50)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>8.111.084,91</b>	<b>(7.930.424,27)</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		(15.206.533,47)	(13.606.364,62)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(7.095.448,56)</b>	<b>(21.536.788,89)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		226.005,73	320.995,35
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(6.869.442,83)</b>	<b>(21.215.793,54)</b>

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias

Vogais: Dr. José Realinho de Matos

Dr. António Manuel Domingues Pires

O Contabilista Certificado

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

120432544

23859



**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

Período findo em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2016	2015
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		102.512.064,07	102.702.817,09
Indemnizações compensatórias e outros subsídios	28	2.842.087,22	2.617.514,34
Pagamentos a fornecedores		(45.410.052,43)	(48.448.903,40)
Pagamentos ao pessoal		(54.273.364,58)	(57.442.583,16)
Caixa gerada pelas operações		5.670.734,28	(571.155,13)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(87.127,79)	(132.541,38)
Outros recebimentos/pagamentos		1.995.048,66	3.799.046,27
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		7.578.655,15	3.095.349,76
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		(1.288.263,30)	(3.182.571,33)
Ativos Intangíveis		(2.988,90)	-
Investimentos Financeiros		-	(287.254,38)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		1.211,50	128.153,33
Subsídios ao investimento	14	558.532,27	738.944,26
Juros e rendimentos similares		28.774,38	29.727,68
Dividendos	9	75.646,06	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(627.087,99)	(2.573.000,44)
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	16	9.500.000,00	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	14	60.914.861,13	115.980.439,27
Juros e outros rendimentos similares		288,89	1.288,89
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	16	(59.699.999,96)	(87.544.308,54)
Juros e gastos similares		(10.360.753,90)	(22.347.664,43)
Outras operações de financiamento		(1.214.863,03)	(4.160.941,10)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(860.466,87)	1.928.814,09
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		6.091.100,29	2.451.163,41
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	5	8.729.672,98	6.278.509,57
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	5	14.820.773,27	8.729.672,98

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2016

**O Conselho de Administração**

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias



Vogais: Dr. José Realinho de Matos

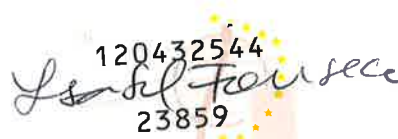


Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

120432544  
  
 23859



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016**

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	14	279.512.709,29	(1.156.600.026,11)	61.205.774,58	2.683.164,08	(21.215.793,54)	(834.414.171,70)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Excedentes de revalorização	6, 14			2.899.089,70	126.067,77		2.899.089,70
Subsídios e doações	14						126.067,77
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(5.483.159,68)				(5.483.159,68)
Ajustamentos por impostos diferidos	10			(115.352,40)			(115.352,40)
Aplicação dos resultados de 2015	14		(21.215.793,54)			21.215.793,54	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-	(26.698.953,22)	2.783.737,30	126.067,77	21.215.793,54	(2.573.354,61)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	14	103.427.794,87				(6.869.442,83)	(6.869.442,83)
Realizações de capital		103.427.794,87	-	-	-	(9.442.797,44)	(9.442.797,44)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>		382.940.504,16	(1.183.298.979,33)	63.989.511,88	2.809.231,85	(6.869.442,83)	(740.429.174,27)

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2016

**O Conselho de Administração**

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Fariais

Vogais: Dr. José Realinho de Matos

**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

120432544  
 Isabel Dias Fonseca  
 23859

Dr. António Manuel Domingues Pires





Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015**

*(Montantes expressos em euros)*

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	14	163.532.270,02	(1.092.227.304,95)	61.337.338,86	2.287.547,09	(59.211.238,13)	(924.281.387,11)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Subsídios e doações	14				395.616,99		395.616,99
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(5.161.483,03)				(5.161.483,03)
Ajustamentos por impostos diferidos	10			(131.564,28)			(131.564,28)
Aplicação dos resultados de 2014	14		(59.211.238,13)			59.211.238,13	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-	(64.372.721,16)	(131.564,28)	395.616,99	59.211.238,13	(4.897.430,32)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	14	115.980.439,27				(21.215.793,54)	(21.215.793,54)
Realizações de capital		115.980.439,27	-	-	-	(26.113.223,86)	(26.113.223,86)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>		279.512.709,29	(1.156.600.026,11)	61.205.774,58	2.683.164,08	(21.215.793,54)	(834.414.171,70)

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2015

**O Conselho de Administração**  
 Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias

Vogais: Dr. José Realinho de Matos

Dr. António Manuel Domingues Pires

**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

120432544  
 Isabel Dias Fonseca  
 23859



# **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA**

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2016

## **1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (adiante designada por Carris, Empresa ou Sociedade) é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em setembro de 1872, com sede social na Rua 1.º de Maio, n.º 103, em Lisboa. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços relativos ao transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 31 de dezembro de 1973, com as alterações introduzidas em 23 de Março de 2015.

A 30 de dezembro foi publicado o Decreto-Lei n.º 86-D/2016 que determina a municipalização da Empresa (Nota 31).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. A Carris irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016, a que se encontra obrigada pelo disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 5 de julho de 2017. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.





## 2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## 2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

## 4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### 4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, SA com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).



7/2/2010







As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros:	8 - 12
Via Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rotáveis de Autocarros:	8 - 12
Rotáveis de Elétricos:	16
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Ferramentas e Utensílios:	1 - 14
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros:	3 - 20

A Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 4.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### 4.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.





#### 4.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registrados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

A taxa de amortização utilizada corresponde a um período de vida útil de cinco anos.

#### 4.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

#### 4.6 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.





Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

#### 4.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo

   
4 / 38  
 



é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio, com exceção das mercadorias comercializadas no Museu em que, existindo uma elevada proporção das mesmas em regime de consignação, se mostra mais apropriada a aplicação do método FIFO para o seu custeio.

#### 4.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

##### (i) Ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

##### a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

##### b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.





Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Outros investimentos financeiros**

Os outros investimentos financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

**d) Fornecedores e outras dívidas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado, exceto os "swaps" (ver ii) a)). Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**e) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas ao longo do período dos financiamentos associados, o qual não difere de forma significativa do que resultaria da aplicação do método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

**f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos**

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".


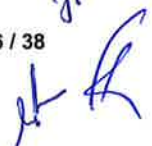
Os ativos financeiros incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida

  6 / 38



por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Empresa procedeu em exercícios anteriores ao registo de perdas de imparidade fiscalmente não aceites como gastos, relativas a contas a receber de outros devedores (essencialmente da Câmara Municipal de Lisboa), mantendo o valor do seu saldo total € 861.073,82 a 31 de dezembro de 2016.

### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes passivos financeiros:

##### **a) Instrumentos financeiros derivados ("swaps")**

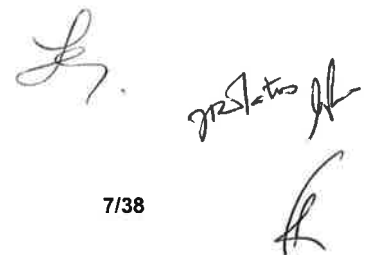
A Empresa celebrou, em exercícios anteriores, contratos de "swap" de taxa de juro, os quais não se configuram como de cobertura. Tais instrumentos financeiros encontram-se a ser registados ao justo valor por resultados, sendo o seu saldo no balanço registado na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

## **4.9 Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.





#### 4.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado ("IVA") e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido:

- Se resultante da venda de bilhetes pré-comprados, no momento da venda;
- Se resultante da venda de tarifas de bordo, no momento da sua venda/utilização;
- Se resultante da venda de passes, no período a que a mesma confere o direito de utilização;
- Restantes transações/prestações de serviços, com base na percentagem de acabamento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

Em 2016 foi atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4\_18 e sub23 no montante de € 1.350.289,22 (€ 1.273.857,75 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo o correspondente valor em 2015 de € 1.274.582,73 (€ 1.202.436,53 reconhecido como rédito). Em 2016 foi ainda atribuída uma compensação financeira para o passe Social +, no montante de € 1.428.564,98 (€ 1.347.702,81 reconhecido como rédito após dedução do IVA). Em 2015 a compensação atribuída para o passe Social + foi de € 1.375.431,00 (€ 1.297.576,41 reconhecido como rédito).

#### 4.11 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- b) Registo de perdas de imparidade em ativos correntes e de provisões;*
- c) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps");*
- d) Responsabilidades com benefícios de reforma.*







## 4.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável é negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.




No registo dos passivos por impostos diferidos relativos às reavaliações de ativos fixos tangíveis a Empresa procede à compensação dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis até à concorrência dos passivos por impostos diferidos durante o período de reporte daqueles prejuízos.

## 4.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



## 4.14 Benefícios pós-emprego

### Plano de benefícios definidos

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente por contrapartida de resultados transitados.

## 4.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## 4.16 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

## 4.17 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.





## 5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	2016	2015
Numerário	86.438,49	88.275,16
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	14.734.334,78	8.641.397,82
	<u>14.820.773,27</u>	<u>8.729.672,98</u>




Em 31 de dezembro de 2016, o montante de € 1.995.048,66 (€ 3.799.046,27 em 31 de dezembro 2015) reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa em "Outros recebimentos/pagamentos" respeita, essencialmente, a pedidos de reembolso de Iva pagos pela autoridade tributária no decurso do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem créditos bancários concedidos e não sacados.

## 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2016							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	39.459.784,08	131.677.195,13	210.981.505,33	2.020.064,73	7.173.302,94	15.241.578,55	490.898,30	407.044.329,06
Aquisições	-	-	319.982,19	-	6.313,92	966,01	2.174.731,88	2.501.994,00
Alienações	-56.726,58	-	-	-17.365,61	-990,00	-	-	-75.082,19
Transferências	-	47.978,00	2.237.588,58	-	13.977,99	868,60	-2.300.413,17	-
Abates	-	-1.020,00	-3.487.286,78	-	-32.901,06	-120,75	-	-3.521.328,59
Revalorizações	-2.761.161,00	5.660.250,70	-	-	-	-	-	2.899.089,70
<b>Saldo</b>	<u>36.641.896,50</u>	<u>137.384.403,83</u>	<u>210.051.789,32</u>	<u>2.002.699,12</u>	<u>7.159.703,79</u>	<u>15.243.292,41</u>	<u>365.217,01</u>	<u>408.849.001,98</u>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo Inicial	-	116.552.160,21	194.933.194,55	1.994.705,04	6.774.194,55	14.965.950,56	-	335.220.204,91
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	1.563.143,15	6.383.232,11	9.739,85	176.954,44	222.755,92	-	8.355.825,47
Alienações	-	-	-	-17.365,61	-990,00	-	-	-18.355,61
Abates	-	-1.020,00	-3.451.284,49	-	-32.663,56	-120,75	-	-3.485.088,80
<b>Saldo</b>	<u>-</u>	<u>118.114.283,36</u>	<u>197.865.142,17</u>	<u>1.987.079,28</u>	<u>6.917.495,43</u>	<u>15.188.585,73</u>	<u>-</u>	<u>340.072.585,97</u>
<b>Ativos Líquidos</b>	<u>36.641.896,50</u>	<u>19.270.120,47</u>	<u>12.186.647,15</u>	<u>15.619,84</u>	<u>242.208,36</u>	<u>54.706,68</u>	<u>365.217,01</u>	<u>68.776.416,01</u>



2015

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	39.459.784,08	131.545.532,60	210.089.208,16	2.065.644,80	7.138.139,01	15.229.738,86	809.372,86	406.337.420,37
Aquisições	-	-	527.610,61	12.960,00	9.982,36	588,16	2.305.011,39	2.856.152,52
Alienações	-	-	-1.245.312,17	-40.709,49	-10.241,06	-	-	-1.296.262,72
Transferências	-	131.662,53	2.380.141,40	-	100.430,49	11.251,53	-2.623.485,95	-
Abates	-	-	-770.142,67	-17.830,58	-65.007,86	-	-	-852.981,11
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>39.459.784,08</b>	<b>131.677.195,13</b>	<b>210.981.505,33</b>	<b>2.020.064,73</b>	<b>7.173.302,94</b>	<b>15.241.578,55</b>	<b>490.898,30</b>	<b>407.044.329,06</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo Inicial	-	114.440.301,03	189.459.668,76	2.041.352,77	6.638.857,38	14.711.054,19	-	327.291.234,13
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.111.859,18	7.462.751,85	9.739,84	210.129,40	254.896,37	-	10.049.376,64
Alienações	-	-	-1.233.004,04	-38.556,99	-10.241,06	-	-	-1.281.802,09
Abates	-	-	-756.222,02	-17.830,58	-64.551,17	-	-	-838.603,77
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>116.552.160,21</b>	<b>194.933.194,55</b>	<b>1.994.705,04</b>	<b>6.774.194,55</b>	<b>14.965.950,56</b>	<b>-</b>	<b>335.220.204,91</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>39.459.784,08</b>	<b>15.125.034,92</b>	<b>16.048.310,78</b>	<b>25.359,69</b>	<b>399.108,39</b>	<b>275.627,99</b>	<b>490.898,30</b>	<b>71.824.124,15</b>

O equipamento administrativo em poder de terceiros em 31 de dezembro de 2016 tem o valor líquido contabilístico de € 34.259,66 e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 309.168,19 e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e Musgueira.

As aquisições registadas na rubrica de "Equipamento básico" em 31 de dezembro de 2016, respeitam, essencialmente, a grandes reparações efetuadas nos veículos de serviço público.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de € 8.355.825,47 (Nota 23) (€ 10.049.376,64 em 2015), foram registadas nas seguintes rubricas:

	2016	2015
Edifícios e Outras Construções	1.563.143,15	2.111.859,18
Equipamento Básico	6.383.232,11	7.462.751,85
Equipamento Transporte	9.739,85	9.739,84
Equipamento Administrativo	176.954,44	210.129,40
Outros Ativos Fixos Tangíveis	222.755,92	254.896,37
	<b>8.355.825,47</b>	<b>10.049.376,64</b>





O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2016 e 2015, líquidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	2016		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.899.869,39	34.742.027,21	36.641.896,60
Edifícios e Outras Construções	1.705.118,71	17.565.001,76	19.270.120,47
Equipamento Básico	11.955.302,79	231.344,36	12.186.647,15
Equipamento Transporte	15.619,84	-	15.619,84
Equipamento Administrativo	242.208,36	-	242.208,36
Outros Ativos Fixos Tangíveis	54.706,68	-	54.706,68
	15.872.825,77	52.538.373,33	68.411.199,10

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2016.

	2015		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (b)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.926.835,65	37.532.948,43	39.459.784,08
Edifícios e Outras Construções	2.090.531,04	13.034.503,88	15.125.034,92
Equipamento Básico	15.788.213,45	260.097,33	16.048.310,78
Equipamento Transporte	25.359,69	-	25.359,69
Equipamento Administrativo	399.108,39	-	399.108,39
Outros Ativos Fixos Tangíveis	275.627,99	-	275.627,99
	20.505.676,21	50.827.549,64	71.333.225,85

(b) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2014.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos exercícios.

## 7 LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa não mantém quaisquer contratos de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa mantinha escriturados bens (essencialmente autocarros), como segue:

	2015		
	Custo	Deprec./ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	9.279.027,30	6.959.270,40	2.319.756,90
Equipamento de transporte	-	-	-
	9.279.027,30	6.959.270,40	2.319.756,90



Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos (a)	
	2016	2015
Até 1 ano	-	1.224.605,02
		<u>1.224.605,02</u>

(a) Inclui juros.

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2016	2015
Até 1 ano	5.527,40	8.500,34
Entre 1 ano e 5 anos	-	2.279,74
A mais de 5 anos	-	-
	<u>5.527,40</u>	<u>10.780,08</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2016	2015
Pagamentos mínimos	7.460,55	14.414,01

*[Handwritten signatures and initials]*  
 J. P. Santos  
 E



## 8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas de computador	
	2016	2015
<b>Ativos</b>		
Saldo Inicial	8.947.172,90	8.822.172,90
Aquisições	2.430,00	125.000,00
Alienações	-	-
Transferências	-	-
Abates	-	-
Revalorizações	-	-
<b>Saldo</b>	<b>8.949.602,90</b>	<b>8.947.172,90</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>		
Saldo Inicial	8.792.222,64	8.662.557,35
Amortizações do período (Nota 23)	60.815,30	129.665,29
Abates	-	-
<b>Saldo</b>	<b>8.853.037,94</b>	<b>8.792.222,64</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>96.564,96</b>	<b>154.950,26</b>

## 9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” foi o seguinte:

	2016	2015
<b>Participações financeiras</b>		
Saldo inicial	7.563.732,37	6.023.855,79
Aumento - Método da equivalência patrimonial	2.186.111,48	1.561.305,58
Diminuição - Método da equivalência patrimonial	-24.446,00	-21.429,00
<b>Saldo final</b>	<b>9.725.397,85</b>	<b>7.563.732,37</b>

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*





Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias e associadas:

		2016								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
<b>Subsidiárias:</b>										
Carristur	Lisboa		14.355.747,73	5.094.509,88	9.261.237,85	16.181.329,39	2.186.111,48	100,00	9.261.237,85	2.186.111,48
Aurora Finance, BV	Amsterdão		972.850,00	508.690,00	464.160,00	2.038,00	-24.445,00	100,00	464.160	-24.446,00
<b>Empresas associadas:</b>										
PUBLICARRIS- Publicidade na CCFL (b)	Oeiras		2.037.506	2.799.934	-762.429,00	929.293,00	-26.499,00	45,00	-	-
									<u>9.725.397,85</u>	<u>2.161.665,48</u>

(a) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 2.237.311,54 (e não € 2.161.665,48) porque inclui ainda dividendos atribuídos pela empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 75.646,06.

(b) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2016.

		2015								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
<b>Subsidiárias:</b>										
Carristur	Lisboa		11.451.695,25	4.376.568,88	7.075.126,37	15.061.649,70	1.544.538,53	100,00	7.075.126,37	1.561.305,58
Aurora Finance, BV	Amsterdão		18.169.163,00	17.680.557,00	488.606,00	48.290,00	-21.366,00	100,00	488.606,00	-21.429,00
<b>Empresas associadas:</b>										
PUBLICARRIS- Publicidade na CCFL (d)	Oeiras		1.899.948,00	2.635.878,00	-735.930,00	962.692,00	-89.780,00	45,00	-	-
									<u>7.563.732,37</u>	<u>1.539.876,58</u>

(c) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 1.582.171,94 (e não € 1.539.876,58) porque inclui ainda dividendos atribuídos pela empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 42.295,36.

(d) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2015.


A subsidiária Aurora Finance, BV foi constituída em 2004 com o propósito único de contrair um empréstimo obrigacionista, cujo montante foi integralmente repassado para a Empresa.

## 10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), aplicando uma taxa de 21% sobre a matéria coletável.

A Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, e a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, alteraram: (i) o artigo 87.º do código do IRC, fixando a partir de 2015, inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; (ii) o artigo 87.º-A do código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, por escalão em função do lucro tributável; e (iii) o artigo 52.º do código do IRC que vem limitar a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável e a extensão para 12 anos do período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014.





Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	17.935,10	19.407,75
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-243.940,83	-340.403,10
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>-226.005,73</b>	<b>-320.995,35</b>

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultado antes de imposto	-7.095.448,56	-21.536.788,89
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	-1.596.475,93	-4.845.777,50
Tributações autónomas	17.935,10	19.407,75
Diferenças temporárias:		
Reporte de prejuízos fiscais	1.596.475,93	4.845.777,50
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (amortização)	-243.940,83	-340.403,10
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>-226.005,73</b>	<b>-320.995,35</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os prejuízos fiscais reportáveis (já declarados) ascendiam a € 109.622.117,88 e € 175.418.934,64, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	Montante	Data	Montante	Data
Gerados em 2009	-	-	41.211.289,42	31-12-2015
2011	-	-	29.003.675,51	31-12-2015
2012	57.540.226,98	31-12-2017	57.540.226,98	31-12-2017
2013	24.611.823,06	31-12-2018	25.014.362,43	31-12-2018
2014	22.649.380,30	31-12-2026	22.649.380,30	31-12-2026
2015	4.820.687,54	31-12-2027	-	-
	<b>109.622.117,88</b>		<b>175.418.934,64</b>	

O prejuízo fiscal relativo ao exercício de 2016, a declarar em maio de 2017, poderá ser recuperável num prazo até 12 anos.



## Impostos diferidos

Tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte (12 anos para os prejuízos gerados em 2016), a Empresa procedeu à dedução, no registo dos passivos por impostos diferidos dos valores correspondentes aos impostos calculados sobre as depreciações a realizar nesse período, e respeitantes às reavaliações efetuadas até 31/12/2016 sobre os bens depreciables. Os passivos por impostos diferidos foram calculados considerando-se uma taxa agregada de imposto de 22,5% em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2016, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 22,5%.

No cálculo efetuado relativamente aos ativos objeto de reavaliações legais, considerou-se o efeito da não dedução fiscal de 40% das reavaliações efetuadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 118-B/86.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2016	2015
Saldo inicial	8.804.683,84	9.013.522,66
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-232.792,19	-326.682,49
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-11.148,64	-13.720,61
	-243.940,83	-340.403,10
Efeito em reservas:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	115.352,40	131.564,28
Saldo final	8.676.095,41	8.804.683,84





## 11 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros investimentos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	689.794,69	689.794,69
Títulos da dívida pública depositados à ordem do Juiz	5.265,76	5.265,76
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	611.847,03	611.847,03
Perdas por imparidades de outros investimentos financeiros	-32.616,18	-8.909,96
	<u>1.274.291,30</u>	<u>1.297.997,52</u>
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	3.843,93	-
Participações financeiras – método do custo	<u>140.690,29</u>	<u>140.690,29</u>
	<u><u>1.418.825,52</u></u>	<u><u>1.438.687,81</u></u>

O montante de € 1.274.291,30 respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

O valor de € 140.690,29 refere-se a investimentos noutras empresas: Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE e OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

## 12 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2016			2015		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	76.400,57		76.400,57	80.101,80		80.101,80
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.435.890,92	7.422,18	1.428.468,74	1.770.328,70	7.422,18	1.762.906,52
	<u>1.512.291,49</u>	<u>7.422,18</u>	<u>1.504.869,31</u>	<u>1.850.430,50</u>	<u>7.422,18</u>	<u>1.843.008,32</u>






## Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	80.101,80	1.770.328,70	1.850.430,50
Compras	6.701,06	14.759.675,58	14.766.376,64
Regularizações	-374,27	-	-374,27
Saldo final	76.400,57	1.435.890,92	1.512.291,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.028,02	15.094.113,36	15.104.141,38

	2015		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	79.781,58	2.115.302,34	2.195.083,92
Compras	14.052,86	15.146.208,49	15.160.261,35
Regularizações	-1.843,34	-	-1.843,34
Saldo final	80.101,80	1.770.328,70	1.850.430,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.889,30	15.491.182,13	15.503.071,43

## Perdas por imparidade

Não foram registradas perdas por imparidade de inventários em 2016.

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme segue:

	2016				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	7.422,18	-	-	-	7.422,18
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
	7.422,18	-	-	-	7.422,18

*[Handwritten signatures and initials]*



	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias	-				-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	7.322,54	99,64			7.422,18
Produtos acabados e intermédios	-				-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-				-
Produtos e trabalhos em curso	-				-
	<u>7.322,54</u>	<u>99,64</u>	-	-	<u>7.422,18</u>

### 13 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo amortizado menos perdas por imparidade:						
Clientes	2.280.493,36	24.376,61	2.256.116,75	2.335.012,65	24.376,61	2.310.636,04
Outros créditos a receber	14.307.390,26	1.070.131,52	13.237.258,74	12.250.755,35	1.058.927,79	11.191.827,56
	<u>16.587.883,62</u>	<u>1.094.508,13</u>	<u>15.493.375,49</u>	<u>14.585.768,00</u>	<u>1.083.304,40</u>	<u>13.502.463,60</u>

A rubrica "Outros créditos a receber" inclui: (i) o montante de € 9.129.609,24 (€ 7.379.696,09 em 2015) referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes (incluindo empresas do setor empresarial do Estado), fruto da repartição de receitas de passes; (ii) o montante a receber como compensação financeira para o passe escolar 4\_18 e sub23 no montante de € 105.299,19 (€ 221.097,19 em 2015); (iii) o montante a receber como compensação para o passe social +, no montante de € 410.873,82 (€ 358.308,84 em 2015); e (iv) o montante de € 1.543.629,65 (€ 1.851.633,16 em 2015) referente a vendas de passes e títulos de transporte efetuados por concessionários no mês de dezembro.

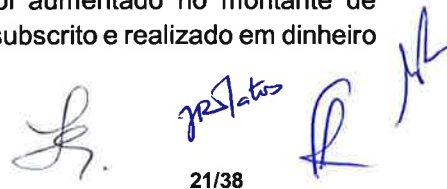
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa reconheceu perdas por imparidade no montante de € 11.203,73.

### 14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa subscrito e realizado é correspondente a 76.741.584 ações ordinárias nominativas com o valor nominal de € 4,99 cada, detido a 100% pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o capital foi aumentado no montante de € 103.427.794,87. Deste montante, o valor de € 60.914.861,13 foi totalmente subscrito e realizado em dinheiro





pelo acionista. O valor remanescente resultou da conversão de créditos no montante de € 42.512.933,74 referentes à prestação vencida em maio de 2016 de um empréstimo da DGTF.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2016, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de € 21.215.793,54, foi transferido para resultados transitados. A Assembleia Geral realizada em 21 de abril de 2015 decidiu a transferência do resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de € 59.211.238,13, para resultados transitados.

#### **Excedentes de revalorização:**

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
<b>Saldo no início do período</b>	61.205.774,58
Revalorizações do período (Nota 6)	2.899.089,70
Realização de reservas	-
Impostos diferidos (Nota 10)	-115.352,40
<b>Saldo no final do período</b>	<b>63.989.511,88</b>

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:




- *Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as amortizações do exercício findo em 2016 foram aumentadas em € 123.873,82. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

#### **Subsídios do Governo:**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certa razãoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

   
22 / 38 



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	2016	2015
Subsídios relacionados com ativos:		
Montante atribuído/recebido no ano	558.532,27	738.944,26
Rédito do período	-432.464,50	-343.327,27
Variação no Capital Próprio	126.067,77	395.616,99

#### Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do período, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa não tinha no seu capital próprio qualquer montante passível de ser distribuível ao seu acionista.

## 15 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Processos judiciais em curso	41.896.139,92	18.430.354,94	-2.358.647,48	-3.047.964,68	54.919.882,70
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.020.499,57		-54.001,22		966.498,35
Matérias ambientais	3.000,00				3.000,00
Outras provisões	336.275,88	25.979,03			362.254,91
	43.255.915,37	18.456.333,97	-2.412.648,70	-3.047.964,68	56.251.635,96

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Processos judiciais em curso	21.957.331,04	20.169.851,23	-81.342,14	-149.700,21	41.896.139,92
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.046.011,00		-25.511,43		1.020.499,57
Matérias ambientais	3.000,00				3.000,00
Outras provisões	285.138,85	51.137,03			336.275,88
	23.291.480,89	20.220.988,26	-106.853,57	-149.700,21	43.255.915,37





Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica de provisões continha as responsabilidades inerentes às pensões de acidentes de trabalho, no montante de € 966.498,35 e € 1.020.499,57, respetivamente, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

Em 2016, as provisões para "Processos judiciais em curso" foram reforçadas no montante de € 17.702.930,01 relativo a prestações vencidas em março, junho, setembro e dezembro de 2016 referentes a dois instrumentos financeiros derivados, cujos montantes (líquidos) a pagar, naquela data, não foram pagos à instituição bancária com os quais foram contratados na sequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender esses pagamentos. Estes montantes encontram-se classificados na Demonstração dos Resultados na rubrica de "Juros e gastos similares suportados".

Em dezembro de 2016 foi acordado com a instituição bancária o pagamento de um destes instrumentos financeiros, com uma redução de 50% dos juros de mora devidos, pelo valor global de € 3.047.964,68, tendo sido utilizadas as provisões constituídas para o efeito. A provisão para fazer face a juros de mora foi revertida no montante de € 28.084,73.

Desta forma, o passivo vencido relativo ao contrato remanescente encontra-se refletido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, no montante total de € 54.670.898,28.

Em 31 de dezembro de 2016 encontrava-se a decorrer um processo num Tribunal em Londres, interposto pela instituição financeira em causa contra o Estado Português no exercício de 2013. Deste processo podem decorrer custas e eventuais gastos adicionais decorrentes da suspensão do pagamento por parte da Empresa, que dependerão do desfecho do mesmo. Em resultado do acordo alcançado pelo Estado Português (Nota 31) foram revertidas a provisão para fazer face a custas judiciais no âmbito deste processo, no montante de € 696.221,83, e a provisão constituída para juros de mora, no montante de € 1.554.493,26.

Nos exercícios de 2016 e 2015 a Empresa passou a apresentar na rubrica de "Juros e Gastos similares suportados" ao invés da rubrica de "Provisões", na Demonstração dos Resultados, as provisões relacionadas com os juros vencidos relativos a este processo em curso, por entender que esta classificação permite uma leitura mais adequada das Demonstrações Financeiras.

## 16 FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores		
Fornecedores c/c	4.866.566,33	3.084.290,41
Faturas em receção e conferência	362.841,39	363.719,91
Fornecedores de Investimento	209.066,26	179.136,82
	<u>5.438.473,98</u>	<u>3.627.147,14</u>

O Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, procede à municipalização da Carris, transmitindo para a Câmara Municipal de Lisboa a totalidade das ações representativas do capital social da empresa. No âmbito deste processo, o Estado assume a totalidade da dívida financeira da Carris, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017 (vd. Nota 30).



Deste modo, na medida em que os empréstimos em curso são liquidados ou transferidos para o Estado em janeiro de 2017, todos os financiamentos contratados pela Carris são considerados correntes a 31 dezembro de 2016, conforme se detalha no quadro seguinte:

	Entidade financiadora	2016			2015		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
<b>Empréstimos bancários:</b>							
Emp. MLP 60 M EUR	BEI	6.666.666,33	6.666.666,33	-	13.333.332,96	6.666.666,72	6.666.666,24
Emp. MLP 30 M EUR	BEI	8.333.333,19	8.333.333,19	-	11.666.666,52	3.333.333,36	8.333.333,16
Emp. MLP 100 M EUR	CGD	-	-	-	12.500.000,00	12.500.000,00	-
Emp. MLP 90 M EUR	BPI	67.500.000,00	67.500.000,00	-	82.500.000,00	15.000.000,00	67.500.000,00
Emp. MLP 215 M EUR	Aurora Finance	-	-	-	17.200.000,00	17.200.000,00	-
Emp. MLP 120 M EUR	BBVA	120.000.000,00	120.000.000,00	-	120.000.000,00	-	120.000.000,00
Emp. MLP 40 M EUR	BPI	-	-	-	5.000.000,00	5.000.000,00	-
		<b>202.499.999,52</b>	<b>202.499.999,52</b>	<b>-</b>	<b>262.199.999,48</b>	<b>59.700.000,08</b>	<b>202.499.999,40</b>
Contratos de locação financeira		-	-	-	-	1.214.863,03	-
Empréstimos DGTF		429.425.000,00	429.425.000,00	-	458.100.000,00	76.350.000,00	381.750.000,00
Encargos financeiros suportados na emissão de dívida bancária diferidos		-	-69.792,18	-	-	-66.824,44	-69.792,18
Encargos com gestão de financia- mento da Aurora Finance		-	450.768,27	-	-	491.290,32	-
		<b>631.924.999,52</b>	<b>632.305.975,61</b>	<b>-</b>	<b>720.299.999,48</b>	<b>137.689.328,99</b>	<b>584.180.207,22</b>

Durante o ano de 2016, a Carris procedeu à amortização das prestações vencidas dos financiamentos em curso, no valor total de € 59.699.999,96, incluindo a liquidação de empréstimos contraídos junto da CGD, BPI, Aurora Finance SPV e BEI.

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 0,00% e 2,18%.

O montante de € 450.768,27 em 31 de dezembro de 2016 (€ 491.290,32 em 2015) refere-se aos encargos a pagar à Aurora Finance pela gestão do financiamento contraído com esta entidade.

Em 2014, face às dificuldades de financiamento e ao custo elevado dos juros a pagar, o Estado Português substituiu-se à banca comercial, financiando a Carris a taxas de juro mais favoráveis. No final desse ano, procedeu-se à consolidação do passivo, convertendo os diversos financiamentos de curto prazo num empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF"), no valor de 458,1 milhões de euros, disponibilizado em cinco tranches com taxas variáveis, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual valor, com início em 31 de maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021.

A primeira prestação deste financiamento, no valor de € 38.175.000,00 com vencimento em maio de 2016 foi, por deliberação do acionista, convertida em capital. O pagamento da prestação com vencimento em 30 de novembro de 2016 foi diferido para 28 de fevereiro de 2017, sem custos adicionais, segundo despacho n.º 1589/16 do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças.



Em agosto de 2016 foi celebrado novo contrato de financiamento com DGTF no montante de 9,5 milhões de euros, disponibilizado à taxa de 1,976%, reembolsável a partir de 31 de maio de 2018 em 12 prestações semestrais de igual valor.

Assim, no final de 2016 o valor total do financiamento disponibilizado pela DGTF somava € 429.425.000,00. Considerando as obrigações financeiras do Estado decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, a 31 de dezembro de 2016, o empréstimo é integralmente classificado como financiamento corrente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Outras dívidas a pagar:		
Remunerações a liquidar	7.022.782,09	6.722.035,92
Acréscimos de gastos - Juros médio e longo prazo	5.346.701,64	1.659.277,63
Acréscimos de gastos - "Swaps"	30.051.297,69	50.939.853,88
Outros credores por acréscimos de gastos	862.494,67	742.094,68
Outros credores	3.847.528,80	532.559,61
Acionistas/sócios	10.157,67	10.157,67
	<u>47.140.962,56</u>	<u>60.605.979,39</u>

O saldo da rubrica “Acréscimos de gastos – ‘Swaps’” respeita a instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor mediante avaliações efetuadas à data de relato pelas entidades bancárias ou, quando não disponibilizado por estas, com base nas avaliações efetuadas pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), como segue:

Referência	Contraparte	Capital inicial	Data final	Capital atual	31.12.2016		31.12.2015	
					Justo valor	Varição	Capital atual	Justo valor
BESI Fev2019 <sup>(1)</sup>	BESI	100.000.000,00	11-02-2019	100.000.000,00	-13.000.000,00	5.829.358,00	100.000.000,00	-18.829.358,00
BSN Mar2019	BSN	90.000.000,00	15-03-2019	15.000.000,00	-17.051.297,69	14.643.152,34	25.000.000,00	-31.694.450,03
BSN Mar2016	BSN	100.000.000,00	27-03-2016	-	-	93.220,92	12.500.000,00	-93.220,92
BPN Mai2016 <sup>(1)</sup>	BPN	215.000.000,00	17-05-2016	-	-	322.824,93	17.200.000,00	-322.824,93
					<b>-30.051.297,69</b>	<b>20.888.556,19</b>		<b>-50.939.853,88</b>

<sup>(1)</sup> Avaliação pela contraparte

A variação positiva do ano é reconhecida na demonstração dos resultados como “Juros e rendimentos similares obtidos”.

Na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 86-D/2016, o Estado procedeu em janeiro de 2017 à liquidação antecipada do swap BESIFev2019, pelo valor de 13 milhões de euros.

Assim, a 31 de dezembro de 2016 mantém-se em curso apenas o swap BSNMar2019, incluído num processo judicial instaurado pela instituição bancária, no qual o Estado Português assumiu todas as responsabilidades nos termos do Decreto-Lei n.º 86-D/2016.



## 17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	350.000,00		280.000,00	
Estimativa de imposto (Nota 10)	-17.935,10		-19.407,75	
Retenção na Fonte	57.548,05		59.053,34	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		463.182,06		463.755,05
Imposto sobre o valor acrescentado	619.906,43		527.144,03	
Contribuições para a Segurança Social	179.806,51	1.046.901,39	180.835,82	1.028.680,21
Outros impostos		98.694,24		120.494,84
	<u>1.189.325,89</u>	<u>1.608.777,69</u>	<u>1.027.625,44</u>	<u>1.612.930,10</u>

## 18 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 2016 e em 2015 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Bilhetes e pré-comprados	4.834,14	26.331,46
Vendas de passes em ATM's	185.848,38	146.201,86
Títulos interempresas	955.463,76	773.655,36
	<u>1.146.146,28</u>	<u>946.188,68</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante inscrito na rubrica de “Títulos interempresas” respeita ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.

## 19 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015 pela Actuariado. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.





Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2016	2015
Idade normal de reforma	Variável <sup>(1)</sup>	Variável
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de desconto	1,6%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários	1,5%	0% em 2016 1,5% após 2016
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

<sup>(1)</sup> De acordo com o art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 187/2007 de 10 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 167-E/2013 de 31 de dezembro, e em conformidade com a Portaria n.º 378-G/2013 de 31 de dezembro e com a Portaria n.º 277/2014 de 26 de dezembro, a idade normal de reforma é de 66 anos (em 2014 e 2015), sendo que após 2015, a INR varia em função da evolução da esperança média de vida aos 65 anos de idade.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Reformados e sobreviventes	83.526.627,92	87.429.880,45
Trabalhadores no ativo	17.360.027,16	12.346.175,45
	<u>100.886.655,08</u>	<u>99.776.055,90</u>

Relativamente aos valores das responsabilidades determinados pela avaliação reportada a 31 de dezembro de 2015, verifica-se que, em termos totais, existiu um acréscimo de cerca de 1,1% das responsabilidades por serviços passados, com a seguinte repartição:

- Responsabilidades dos ativos aumentaram cerca de 40,6%;
- Responsabilidades da população inativa (reformados e sobreviventes) diminuíram cerca de 4,5%.

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

População	2016	2015
Ativos	2.027	1.995
Reformados	2.160	2.304
Sobreviventes	1.365	1.388
	<u>5.552</u>	<u>5.687</u>



O montante registado como gasto na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2016 é de € 2.528.687,32 (€ 2.251.873,15 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 22). Em 2016 foram efetuados pagamentos de complementos de reforma nos montantes de € 6.901.247,82 (€ 1.499.899,28 em 2015).

A evolução das responsabilidades da Empresa com pensões nos períodos de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Valor presente da obrigação no início do período	99.776.055,90	93.862.599,00
Custo dos serviços correntes	533.166,20	374.621,17
Benefícios pagos	-6.901.247,82	-1.499.899,28
Custo dos juros	1.995.521,12	1.877.251,98
Ganhos e perdas atuariais	5.483.159,68	5.161.483,03
	<u>100.886.655,08</u>	<u>99.776.055,90</u>

As responsabilidades por benefícios pós-emprego foram classificadas no passivo corrente em 31 de dezembro de 2016 uma vez que, conforme disposto na alínea b) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, o Estado Português assumiu as obrigações inerentes a estas responsabilidades, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017.

## 20 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	19.782,40		27.414,33	
Prestação de serviços	<u>94.615.507,48</u>	94.635.289,88	<u>92.128.305,06</u>	92.155.719,39
Subsídios à exploração				
Indemnizações compensatórias (inclui 4_18, sub23 e social +)	<u>2.621.560,56</u>		<u>2.500.012,94</u>	
	<u>97.256.850,44</u>		<u>94.655.732,33</u>	



	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Serviço Público:	92.259.587,23	90.061.477,13
Autocarros	77.502.774,71	76.057.322,32
Elétricos	11.392.834,93	10.865.303,44
Ascensores	2.095.499,63	1.969.863,42
Carmo	1.268.477,96	1.168.987,95
Alugueres	872.596,48	779.112,05
Aluguer de espaços para publicidade	484.905,96	600.000,02
Outras	998.417,81	687.715,86
	<u>94.615.507,48</u>	<u>92.128.305,06</u>

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no período em que são atribuídas.

Em 2016 foi atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4\_18 e sub23 no montante de € 1.350.289,22 (€ 1.273.857,75 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo o correspondente valor em 2015 de € 1.274.582,73 (€ 1.202.436,53 reconhecido como rédito). Em 2016 foi ainda atribuída uma compensação financeira para o passe Social +, no montante de € 1.428.564,98 (€ 1.347.702,81 reconhecido como rédito após dedução do IVA). Em 2015 a compensação atribuída para o passe Social + foi de € 1.375.431,00 (€ 1.297.576,41 reconhecido como rédito).

## 21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Manutenção e reparação autocarros	7.552.373,16	7.139.903,57
Manutenção e reparação elétricos	2.036.335,36	1.878.147,48
Manutenção e reparação SAEIP/Bilhética	1.091.577,23	1.015.048,92
Licenciamento de software	583.325,08	541.578,95
Comissões a intermediários	1.595.941,25	1.645.123,04
Seguros	1.044.008,94	1.098.583,27
Auditoria, consultoria e honorários	977.149,90	1.321.810,09
Limpeza material circulante e outros	857.612,39	872.271,52
Aluguer de pneus	622.704,90	647.150,75
Eletricidade	868.356,28	937.297,89
Comunicação	819.042,57	717.843,25
Vigilância e segurança	497.525,08	465.988,67
Outros fornecimentos e serviços externos	1.717.961,46	1.931.235,20
	<u>20.263.913,60</u>	<u>20.211.982,60</u>



## 22 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	207.531,47	172.846,98
Remunerações do pessoal	37.193.805,84	38.910.697,52
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 19)	2.528.687,32	2.251.873,15
Indemnizações	30.000,00	2.450,00
Encargos sobre remunerações	8.886.644,49	9.307.518,29
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	470.179,82	346.365,22
Gastos de ação social	143.711,00	133.633,57
Incentivos à desvinculação	857.755,23	6.322.507,96
Outros	499.567,25	371.068,46
	<u>50.817.882,42</u>	<u>57.818.961,15</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 inclui o montante de € 185.368,55 (€ 142.302,96 em 2015) relativo a remunerações do Conselho de Administração.

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.023 empregados, todos com contratos sem prazo (2.084 em 2015).

Adicionalmente informa-se que o número de efetivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era respetivamente de 2.027 e 1.995.

## 23 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	8.355.825,47	10.049.376,64
Ativos Intangíveis (Nota 8)	60.815,30	129.665,29
	<u>8.416.640,77</u>	<u>10.179.041,93</u>





## 24 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimentos suplementares:		
Vendas de excedentes de armazém	117.339,80	116.168,52
Cartões para passes	565.630,12	359.113,02
Indemnizações	342.819,42	261.480,81
Rendas e cedência instalações	420.431,48	335.972,65
Outros rendimentos suplementares	193.882,03	114.024,55
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	39.640,92	27.721,47
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.913,00	81.700,43
Reconhecimento subsídios ao investimento (Nota 14)	432.464,50	343.327,27
Outros	60.477,53	56.873,23
	<u>2.177.598,80</u>	<u>1.696.381,95</u>

## 25 OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro e 2016 e em 2015 é conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos	388.341,92	444.168,60
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	51.486,99	23.903,74
Quotizações	100.801,71	94.835,61
Outros	85.068,95	79.190,15
	<u>625.699,57</u>	<u>642.098,10</u>



## 26 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	2016		2015	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	3.495.696,99		4.475.007,38	
Financiamentos da DGTF	8.249.258,38		8.652.162,96	
Locações financeiras	8.519,05	11.753.474,42	56.810,01	13.183.980,35
Outros gastos de financiamento (a)		24.341.615,24		27.062.038,28
		<u>36.095.089,66</u>		<u>40.246.018,63</u>

(a) Inclui essencialmente gastos com "Swaps".

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Juros obtidos de depósitos em instituições de crédito	-	19,79
Outros rendimentos similares ("Swaps")	20.888.556,19	26.639.634,22
	<u>20.888.556,19</u>	<u>26.639.654,01</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de "Outros rendimentos similares" respeita à variação de justo valor decorrente dos "swaps" entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Nota 16).

## 27 PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2016 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 185.368,55 (€ 142.302,96 em 2015).





No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

<b>2016</b>						
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados
Entidade que efetuou a operação:						
Subsidiárias						
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	12.644,10	1.324.098,13	20.586,57		871.465,17	
Aurora Finance BV					2.167,94	
Associadas						
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		500.000,00				
Outras partes relacionadas:						
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (a)	<u>316.642,95</u>	<u>125.214,13</u>	<u>262.032,51</u>	<u>263.105,52</u>	<u>8.571.096,22</u>	
	<u>329.287,05</u>	<u>1.949.312,26</u>	<u>282.619,08</u>	<u>263.105,52</u>	<u>9.444.729,33</u>	-

(a) Empresa detida a 100% pela Carristur.

<b>2015</b>						
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados
Entidade que efetuou a operação:						
Subsidiárias						
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	10.525,07	1.367.483,49	86.555,30		785.516,93	
Aurora Finance BV					17.225,70	31.275,81
Associadas						
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		600.000,02				
Outras partes relacionadas:						
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (b)	<u>355.191,17</u>	<u>227.054,74</u>	<u>141.085,71</u>	<u>295.517,71</u>	<u>8.327.541,39</u>	
	<u>365.716,24</u>	<u>2.194.538,25</u>	<u>227.641,01</u>	<u>295.517,71</u>	<u>9.130.284,02</u>	<u>31.275,81</u>

(b) Empresa detida a 100% pela Carristur.



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<b>2016</b>			
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos
<b>Subsidiárias:</b>				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	701.170,48		121.664,89	
Aurora Finance BV				450.768,27
<b>Associadas:</b>				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	1.333.959,12			
<b>Outras partes relacionadas:</b>				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	117.492,70		1.822.360,13	
	<u>2.152.622,3</u>	-	<u>1.944.025,02</u>	<u>450.768,27</u>

	<b>2015</b>			
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos
<b>Subsidiárias:</b>				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	949.414,44		334.211,64	
Aurora Finance BV				17.691.313,88
<b>Associadas:</b>				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	1.235.059,68			
<b>Outras partes relacionadas:</b>				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	168.641,16		840.507,15	
	<u>2.353.115,28</u>	-	<u>1.174.718,79</u>	<u>17.691.313,88</u>





## 28 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	2016				
	Montante atribuído em anos anteriores	Montante atribuído no ano	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período
Subsídios à Exploração:					
Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23	221.097,19	1.350.289,22	1.466.087,22	105.299,19	1.273.857,75
Indemnização Social +	358.308,84	1.428.564,98	1.376.000,00	410.873,82	1.347.702,81
	<u>579.406,03</u>	<u>2.778.854,20</u>	<u>2.842.087,22</u>	<u>516.173,01</u>	<u>2.621.560,56</u>

	2015				
	Montante atribuído em anos anteriores	Montante atribuído no ano	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período
Subsídios à Exploração:					
Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23	210.344,93	1.274.582,73	1.263.830,47	221.097,19	1.202.436,53
Indemnização Social +	336.561,75	1.375.431,00	1.353.683,91	358.308,84	1.297.576,41
	<u>546.906,68</u>	<u>2.650.013,73</u>	<u>2.617.514,38</u>	<u>579.406,03</u>	<u>2.500.012,94</u>

## 29 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas tem direito a faturar € 17.940,00 relacionados com a revisão legal das contas do ano de 2016, montante este que foi faturado na sua totalidade durante o ano.

### Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.<sup>a</sup> série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, nos exercícios de 2016 e 2015, as seguintes:

	2016	2015
Custo das Matérias Consumidas	510,31	698,86
Fornecimentos e serviços externos	292,51	472,31
Gastos com o Pessoal	406.598,55	464.649,78
Depreciações do ativo tangível	-	48,30
	<u>407.401,37</u>	<u>465.869,25</u>

Houve, em média, dez trabalhadores afetos, a tempo inteiro, a estas estruturas em 2016 e 2015.



## 30 GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 2.505.011,59 e € 24.864.288,89, respetivamente, conforme segue:

	2016	2015
Garantias a favor da D. G. Impostos	2.471.445,49	2.471.445,49
Garantias a favor dos tribunais	20.882,53	171.982,53
Garantias a favor de outras entidades	12.683,57	22.220.860,87
	<u>2.505.011,59</u>	<u>24.864.288,89</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as garantias a favor das autoridades tributárias derivam, essencialmente, de um processo de IVA declarado, o qual prescreveu em 2012 e para o qual a Empresa se encontra a efetuar diligências para que se proceda à sua restituição.


## 31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, determina que o Município de Lisboa assume integralmente as atribuições e competências legais referentes ao serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície na cidade de Lisboa, assumindo a posição contratual do Estado no contrato de concessão celebrado com a Carris a partir do dia 1 de fevereiro de 2017. O mesmo diploma determina igualmente a transmissão para o Município, na mesma data, da totalidade das ações representativas do capital social da Carris, competindo ao novo acionista a responsabilidade pelos resultados de exploração da empresa.

O art.º 6.º do referido Decreto-Lei define as obrigações financeiras do Estado, tendo particular impacto nas contas da empresa:

- (i) a assunção da dívida bancária registada no Balanço da Carris à data de 31 de Dezembro de 2016, bem como dos encargos financeiros decorrentes desta dívida com vencimento posterior àquela data;
- (ii) A transferência das responsabilidades relativas a complementos de pensões de reformados, pensionistas e trabalhadores no ativo à data de 31 de dezembro de 2016, conforme previsto nos Acordos da Empresa, para a Caixa Geral de Aposentações;
- (iii) A assunção de quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, decorrentes da celebração pela Carris, até 31 de Dezembro de 2016, de contratos de derivados financeiros com instituições bancárias.

O mesmo diploma, no artigo 7.º, atribui ao Município de Lisboa a responsabilidade pelo financiamento das obrigações de serviço público de transporte que competem à Carris.





O processo litigioso que opunha uma instituição financeira a quatro empresas públicas de transporte coletivo foi concluído no decurso do primeiro quadrimestre de 2017, com a assinatura de um acordo entre o banco, as empresas de transporte e a República Portuguesa, nos termos do qual as empresas cumprirão os contratos de swap existentes, nomeadamente o pagamento dos fluxos vencidos e não pagos e fluxos vincendos. Ficou igualmente definido que nenhum outro montante é devido pelas empresas de transporte à referida instituição financeira, incluindo o pagamento de despesas ou de juros, bem como a título de custas de parte ou custas judiciais.

**O Conselho de Administração**

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias



Vogais: Dr. José Realinho de Matos



Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

